



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**FERNANDO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

**VIOLÊNCIAS E SEUS EFEITOS NO BAIRRO DO PAAR, ANANINDEUA/PARÁ**

**BELÉM – PA  
Junho/2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C837v Costa, Fernando Augusto Ribeiro.  
Violências e seus efeitos no bairro do PAAR, Ananindeua/Pará  
/ Fernando Augusto Ribeiro Costa. — 2023.  
95 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo  
de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2023.

1. Violência Subjetiva. 2. Vivências. 3. Convivências. 4.  
Periferia. I. Título.

CDD 301.633

---

**FERNANDO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

**VIOLÊNCIAS E SEUS EFEITOS NO BAIRRO DO PAAR, ANANINDEUA/PARÁ**

Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PDTU/NAEA/UFPA).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rosa Elizabeth Acevedo Marin

**BELÉM – PA**  
**Junho/2023**

# FERNANDO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

## VIOLÊNCIAS E SEUS EFEITOS NO BAIRRO DO PAAR, ANANINDEUA/PARÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PDTU/NAEA/UFPA).

Data: 28 de junho de 2023.

### **Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Orientadora, NAEA/UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yomara Pinheiro Pires – Examinadora Externa  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Examinador Interno

---

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Examinador Interno Suplente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Teles Rodrigues  
Programa de Pós-Graduação – PPGCIT – Examinadora Externa Suplente

**Defesa:** Belém (PA), 28 de junho de 2023.

**Resultado:** APROVADO

*Nada deve deixar o pesquisador mais desconfiado do que aquilo que lhe seja familiar. Esse pode ser o que ele menos conhece.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), de maneira geral, e à minha Orientadora, de modo particular, pela paciência e encorajamentos que foram tão úteis para que essa etapa fosse concluída. As prorrogações de prazo, até a não mais poder, mostram que um programa de excelência não se constrói sem que se considerem os elementos subjetivos que, muitas vezes, impactam negativamente na carreira acadêmica de seus pós-graduandos.

À minha família, especialmente minha mãe (*in memoriam*) e meu pai.

Às famílias das quadras do entorno do Bosquinho, no PAAR, que sempre tão bem me acolheram e me acolhem e que tiveram a coragem de colaborar nessa pesquisa.

A Deus e à Virgem Santíssima.

Gratidão!

## RESUMO

Objetivamos a partir do uso de procedimentos etnográficos, investigar, analisar e refletir sobre os efeitos das violências para o modo como as vivências e as convivências se estabelecem, se organizam e se reproduzem no cotidiano de indivíduos que residem em meio a elas, especialmente em seu sentido subjetivo, mormente no PAAR, um bairro da periferia da Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. Observa-se que nessas relações estão presentes elementos de uma convivência baseada no apoio e na compreensão mútuos, uma vez que os sujeitos têm de viver em um mesmo lado de coexistência e que, mesmo para com famílias cujos membros foram tidos como suspeitos de ilícitos e barbaramente exterminados, tais atitudes não desaparecem, mas se reforçam.

Conduzir essa reflexão nos levou a buscar compreender as nuances de uma temática trabalhada sob os mais diversos aspectos o que é sempre uma tarefa impregnada pelo desafio de propor um olhar diferenciado, uma análise inovadora ou uma concepção de tal ordem nova que consiga mesmo responder aos anseios por dar respostas prontas e acabadas a situações com bastante complexidade. Assim, inúmeros autores alertam para o risco de visões apriorísticas e enviesamentos do pensamento que acabam por direcionar a análise e, por conseguinte, as conclusões. Um desses autores é Slavoj Žižek. Ao trabalhar as noções de violência subjetiva e de violência objetiva, sob uma perspectiva de busca e não de definições, este autor ajuda na compreensão da multiplicidade de visões e de pontos de vista ao passo em que provoca a pesquisa a ir em busca da confrontação da realidade eivada de simbolismo em detrimento de um Real prenhe de Ideologia.

**Palavras-chaves:** Violência Subjetiva; Vivências; Convivências; Periferia.

## **ABSTRACT**

We aimed, through the use of ethnographic procedures, to investigate, analyze and reflect on the effects of violence on how living and coexistence are established, organized and reproduced in the daily lives of individuals who live in the midst of it, especially in its subjective sense, especially in PAAR, a neighborhood on the outskirts of the Metropolitan Region of Belém, capital of the State of Pará. It is observed that in these relations there are elements of a coexistence based on mutual support and understanding, since the subjects have to live in the same side of coexistence and that, even for families whose members were considered suspects of illicit acts and barbarically exterminated, such attitudes do not disappear, but are reinforced.

Conducting this reflection led us to seek to understand the nuances of a theme worked on under the most diverse aspects, which is always a task impregnated with the challenge of proposing a different look, an innovative analysis, or a conception so new that it can even respond to the longing to give ready-made answers to situations that are quite complex. Thus, numerous authors warn about the risk of aprioristic views and biases of thought that end up directing the analysis and, consequently, the conclusions. One such author is Slavoj Žižek. By working on the notions of subjective violence and objective violence, from a perspective of search and not of definitions, this author helps in the understanding of the multiplicity of visions and points of view while provoking the research to go in search of the confrontation of a reality full of symbolism in detriment of a Real full of Ideology.

**Keywords:** Subjective Violence; Livings; Coexistences; Periphery.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – A área de abrangência da pesquisa .....	31
Figura 2 – Comportamento de homicídios no PAAR em 2015 .....	32
Figura 3 – A entrada da Rua São Paulo com Av. Rio Tapajós no momento da operação .....	58

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Os números de mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil de 2018 a 2021 ...	35
Quadro 2 – Os números de mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil entre 2019 e 2021, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.....	35

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIOE/PMPA – Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará

CPB – Código Penal Brasileiro

CPRM – Comando de Policiamento da Região Metropolitana

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

DH – Delegacia de Homicídios

DOL – Diário Online

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

MVI – Mortes Violentas Intencionais

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ORM – Organizações Rômulo Maiorana

PM – Polícia Militar

RBA – Rede Brasil Amazônia de Comunicação

RMB – Região Metropolitana de Belém

ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1. Motivação e Justificativa .....	23
1.2. Objetivos da Pesquisa .....	24
1.3. Organização do Trabalho.....	24
<b>2. QUANDO O DIFERENTE É IGUAL: OS DESAFIOS DO CAMPO EM SEU CAMPO 26</b>	
2.1. Ter a coragem de optar por um método.....	26
2.2. As etapas da pesquisa .....	31
2.3. Sobre o local de campo.....	32
<b>3. VIOLÊNCIA: CONCEITOS E ABORDAGENS .....</b>	<b>40</b>
3.1. A tríade žižekiana que direciona a visão e a apreensão do fato .....	51
3.2. A violência em Žižek .....	54
3.3. Em busca das múltiplas formas da violência: trabalhos correlatos.....	58
<b>4. OS EFEITOS DAS VIOLÊNCIAS NAS VIVÊNCIAS E CONVIVÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
4.1. Mais um caso? .....	65
4.2. <i>“E aí? Ele ainda tá vivo?”</i> .....	71
4.3. <i>“Não tem como a gente apoiar o que fizeram...”</i> .....	77
4.4. <i>“Ninguém me virou as costas...”</i> .....	82
4.5. Do familiar ao conhecido .....	85
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Para um visitante que pela primeira vez esteja no bairro PAAR, em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (RMB), esse é mais um dos denominados bairros periféricos. Nele funciona uma feira livre, pequenos e médios comércios; é atravessado por uma avenida central para onde e de onde todo o fluxo de caminhões, ônibus, carros, bicicletas, motos, carroças converge ruidosamente no dia a dia. Ainda, algumas igrejas, escolas, poucas praças, escassa vegetação. Em um breve espaço de tempo, poderá mesmo se sentir em casa com a ambiência quase sempre amistosa que os moradores criam entre si e para com alguém que chegue de fora.

Hoje, o PAAR conta com uma das maiores obras de infraestrutura viária da RMB; trata-se da Avenida Independência, inaugurada a menos de uma década, e que margeia o bairro de Oeste a Leste em uma forma de arco. Assim, não apenas a viagem fica mais rápida, como também o olhar apressado de quem passa pela avenida apenas permite enxergar as frentes de casas em sua maioria de alvenaria, alguns comércios e igrejas, entremeadas pelas inúmeras alamedas e algumas avenidas que desembocam na Independência.

No quadrante oposto a esse eixo, cujo tráfego de veículos, leves e pesados, é sempre intenso, reduzindo apenas em um curto período de tempo na madrugada, fica uma curva acentuada da Avenida Rio Tapajós em cuja margem a Nordeste há uma área de mata fechada conhecida como Bosquinho do PAAR. Poucos metros antes dele estão, as alamedas São Paulo e São Marçal. A bem da verdade, nos últimos anos se verificou a ocupação da franja do Bosquinho que fica às margens da Avenida Rio Tapajós.

São dezenas de casas onde habita, por vezes, mais de um núcleo familiar<sup>1</sup> cuja renda vem de trabalhos temporários ou de prestação de serviços rápidos e sem necessidade de muita especialização; algumas dessas famílias tem origem em cidades do interior do Pará. As casas construídas de madeira e a maioria com infraestrutura precária; em uma ou outra casa se pode ver um comércio de itens básicos como farinha, carvão, ovos ou balas.

Por sua vez a Avenida Rio Tapajós é o início e o fim da Alameda São Paulo, na qual em seus 180 metros de comprimento, aproximadamente, hoje residem algo em torno de 50 famílias, sendo que em um dos imóveis é uma vila de quartos vertical. Logo no início da Alameda, à esquerda de quem nela entra, estende-se um beco que dá acesso a um outro que fica paralelo a

---

<sup>1</sup> Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo 2010), trata-se de “famílias conviventes”: quando residem em um mesmo domicílio núcleos familiares distintos, ainda que guardem laços de parentesco entre si. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0).

ela de onde se pode ver o Bosquinho. No fim da Alameda fica atualmente o muro do terreno onde se prevê a construção de um estádio municipal de futebol.

Nessa pequena rua, o fim da tarde e o início da noite mostra um quadro de tranquilidade e – por que não dizer? – normalidade considerando as relações entre famílias moradoras de áreas populares de qualquer grande ou média cidade; vizinhos conversando em frente às casas, roupas sendo tiradas dos varais, pessoas chegando de seu trabalho a pé, crianças brincando de “travinha” cuja interrupção se dá apenas quando se passa por elas e um avisa “*para a bola pro tio passar*”.

No início da rua, à esquerda, há um comércio bastante conhecido no local; uma casa cuja localização estratégica favoreceu ao dono a instalação de prateleiras e o fornecimento de itens, a princípio básicos, mas que hoje, com *freezers* e outros equipamentos, chegam a substituir uma ida à feira ou a um supermercado; o atendimento é feito por entre grades que dão tanto para a Avenida, quanto para a Alameda, sendo que a entrada é franqueada apenas para pessoas conhecidas e que ganharam a amizade e simpatia do dono.

Na Alameda há apenas um bar, quase sempre frequentado por jovens que escutam músicas, por vezes em volume exageradamente alto, jogam sinuca, assistem a jogos de futebol ou vão ali apenas comprar alguma coisa; a única sede religiosa é a capela da Comunidade Católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ligada à Paróquia São Vicente de Paulo; essa comunidade religiosa é mais nova que a própria existência do bairro.

Ocupado entre o fim da década de 1980 e início da de 1990 do século passado, o PAAR é um bairro que contou com a mistura entre pessoas de inúmeras e diversas origens; desde os interiores do estado do Pará até de outros estados da federação. A chegada a essa localidade se deveu a circunstâncias tão diversas quanto se pode pensar; uns vieram para esse bairro em busca de uma vida melhor na “capital”, outros por conta de oportunidade de estudo para os filhos e aqueles e aquelas que vieram para se aventurar na vida, dadas as dificuldades em seus locais de origem, conforme se escutou durante os trabalhos de campo.

Passados os tempos iniciais, marcados pela luta e resistência pela moradia digna, tendo o próprio autor participado de caminhadas e marchas em prol desse direito, o bairro se viu às voltas com a problemática que, em verdade, é outra face da mesma violência: as brigas entre grupos de jovens de bairros do entorno do PAAR, quase sempre no atual Canteiro Central ou na praça em frente à Igreja Matriz do bairro; as invasões às escolas, inclusive na que o autor estudava; pichações com as siglas das “gangues”.

A convivência em situações de violência, contudo, não se restringiram nesse passado a esses eventos. Assim, uma das primeiras lembranças da rotina diária de um adolescente

estudante diz respeito a uma das paralisações das aulas na maior escola estadual do bairro motivada pela famosa “Chacina do PAAR”.

Nesse sentido, Rocha (2007), em pesquisa de dissertação, analisou o episódio ocorrido em 1995, no PAAR, e que envolveu agentes do Estado (policiais civis e militares) e um grupo de indivíduos supostamente criminosos. No referido trabalho, a autora nos leva a perceber os meandros quase imperceptíveis, àquela altura, da relação que existe entre “justiça” e “vingança” no que tange ao exercício do poder *de* polícia em seu afastamento do poder *da* polícia.

Esmiuçando o referido evento, percebem-se ações e reações típicas de um jogo entre pares que, em determinado momento, já não se veem como colaboradores, mas inimigos, abrindo espaço para o solapamento da possibilidade de negociação, antes tão comum, e da instauração do desfecho final com a morte dos oponentes. Após a prisão de um integrante do grupo, seus companheiros invadiram a delegacia e mataram policiais homens, poupando a vida das investigadoras. Na sequência, empreenderam fuga; sendo mortos horas depois, tiveram seus corpos colocados em viaturas de polícia que desfilaram por algumas ruas da região metropolitana ao som de buzinaços e tiros de rojões e armas (ROCHA, 2007).

Rocha (2007) analisou, de seu lugar de fala, a atividade policial no limite do “legal”, não compreendido, e do “ilegal” suportado no sentido em que buscou entender a ação da polícia em uma sociedade permissiva da ilegalidade se esta for em benefício dos “cidadãos de bem”; bem como intencionou a pesquisadora entender a dicotomia entre combate à violência com violência, na ótica de policiais.

Não se pode esquecer, nessas palavras iniciais, das faces da violência que refletem a inserção do tráfico de entorpecentes no bairro. Como se verá na seção em que se vai apresentar a pesquisa de campo propriamente dita, a relação bastante direta entre violência e tráfico de drogas é feita pelos próprios moradores e moradoras, que chegam, em alguns casos, a resumir a violência às drogas; assim, as chamadas “bocas de fumo” sempre foram locais dos quais se mantinha certa reserva e distanciamento, ainda que quem as frequentasse fosse um amigo de rua ou um colega de escola.

Trata-se de realidades vivenciadas na adolescência e que poderiam ter influenciado a visão de que tudo no bairro se resumia à violência; contudo, a experiência do autor em meio às atividades religiosas o fez conhecer outra realidade de vivências que, em certa medida, equilibraram a visão de mundo e que, desde então, o levaram a perceber que aquilo que se tinha como violência não poderia ter explicações tão rasas como as que, já naquele momento, apareciam em programas policiais da televisão. As causas poderiam estar bem mais profundas e as consequências talvez estivessem para além do que os olhos podiam ver.

Assim, a violência, ou as violências, ganha contornos bem mais definidos que simplesmente o embate entre polícia e bandido, a relação que traficantes e pequenos vendedores estabelecem com algumas pessoas ou o medo de sua casa ser invadida por alguém no meio da noite; a violência também abarca os impactos que esta traz à vida e às relações que se estabelecem entre moradores, quer sejam considerados em seu núcleo familiar, quer sejam considerados como indivíduos participantes de uma mesma sociedade.

Destarte, pode-se dizer que esta pesquisa começa bem antes de se iniciar o mestrado. Ela inicia nas questões primeiras com as quais o autor se deparou desde que ainda adolescente no bairro do PAAR, tomado como o ponto do espaço físico em que o agente social se situa, mas que também é o relacionado à sua posição do espaço social (BOURDIEU, 2008). Afinal esse bairro é o lugar onde milhares de famílias despossuídas de capital não exatamente escolheram habitar, mas forçadamente foram construir moradia. Vindas de inúmeras origens geográficas, acabaram por se apropriar, a seu modo, do que lhe estava àquele momento (1980/1990) à frente como possibilidade de habitação.

Ainda que de passagem, Bourdieu (2008) caracterizou os guetos americanos como lugares abandonados definidos fundamentalmente pela ausência precisamente do Estado. Os anos de vivência no bairro do PAAR fazem o autor<sup>2</sup> do presente texto concordar com essa observação de Bourdieu sobre os guetos americanos quando entre as ausências por ele citadas estão as escolas e as instituições de saúde, mas não quando se trata da presença policial. Desde que houve o evento da ocupação do conjunto<sup>3</sup> que seria destinado a funcionários públicos, a polícia se faz presente no bairro; ocorre, contudo, que essa presença a qual, em tese, combateria a violência e daria mais segurança à população, olhado do ponto de vista etnográfico e sociológico, não conseguiu tranquilizar os moradores, especialmente de locais mais remotos do bairro.

Ainda na perspectiva bourdieriana sobre a relação espaço físico e espaço social, o que se verificou ao longo das últimas três décadas foi a constituição de um bairro com múltiplas e, em alguns casos, sobrepostas realidades que geram, a um só tempo, assimilações e distinções caracterizadoras, *a priori*, do que Bourdieu chama de “oposições espaciais” (2008, p. 160). Nesta toada, importante que se traga presente o conceito que Bourdieu tece para *lugar*: “o ponto do

---

<sup>2</sup> Neste texto, o termo *autor* está referido a minha pessoa e faço uso da palavra para identificar minha experiência e minhas visões. Foi uma escolha refletida para evitar o relato autobiográfico.

<sup>3</sup> Um breve traçado histórico e melhor descrição se encontra na Seção 2 deste trabalho.



*espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (BOURDIEU, 2008, p. 160).

A importância da qual se fala é quanto à conexão entre as consequências da definição acima declinada com o que de fato se apresenta no campo, afinal os próprios corpos dos indivíduos dão ao lugar um aspecto de serem suas extensões e, nesse sentido, também herdaram igual sentido de oposição que se poderia reputar aos lugares físicos. Não é estranho, então, que as oposições de que Bourdieu fala sejam manifestas não apenas no contraste que há entre habitantes das “baixadas” e os do “canteiro” e seus arredores. As inúmeras melhorias realizadas no entorno da avenida central do bairro, que possibilitam melhor acesso dos moradores a bens e serviços públicos e privados, acabam por ser também elementos importantes de uma pretensa inferioridade dos que residem em locais mais distantes.

De outro lado, não se pode deixar de mencionar que tais oposições acabam por salientar o aspecto de hierarquização do espaço, vez que isso se verifica mesmo quando de transações de compra e venda de imóveis. Lugar comum no bairro é se escutar “Fulano quer vender a casa por X reais; nunca vai vender nesse valor; é área de baixada”, mesmo que o imóvel apresente estrutura condizente com o valor estipulado. E as justificativas para tal sempre são dadas a partir do espaço físico conjuminado com a noção ainda que pálida de espaço social: afinal, aquela casa por bonita que seja está em uma área de baixada, com ruas pouco iluminadas, sem acesso rápido a ônibus, distante dos serviços de saúde e ensino, sem espaços de lazer e prática de esportes. Assim, contadas todas as quadras esportivas do bairro, nenhuma das quatro está em áreas de baixada, mas se localizam no canteiro e em uma avenida a ele perpendicular.

Inscreve-se ainda nessa mesma linha de abordagem a distinção do lugar como localização e como posição. Se de fato devamos considerar o lugar como espaço certo de localização do sujeito – o que colide em parte com aquela noção da Geografia –, também o devemos fazer a partir de uma ótica relacional, desvelando assim as nuances entre o espaço que um e outro agente ocupam, em especial, sob o ponto de vista do poder e de seu exercício ou como se exerce o poder sobre uns e outros agentes. Nesta esteira é que se pode visualizar e entender sobreditas sobreposições de realidades vez que em um mesmo bairro, em um mesmo lugar ocupado – entendido como a extensão do indivíduo, segundo Bourdieu (2008) –, acaba-se por se verificarem díspares realidades da construção do espaço físico denotadoras de uma pretensa hierarquização.

Entre os próprios moradores há sempre, nas falas, uma distinção entre o “canteiro” e as “baixadas” mesmo porque, em certa medida, “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada,

que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada” (BOURDIEU, 2008, p. 160).

Contudo, não se trataria tão-somente de uma diferenciação caracterizada pelo modo de construir o espaço físico como resultante do que as condições econômicas possibilitam fazer, mas sim de uma diferenciação inscrita também no modo como os agentes se entendem possuidores ou não de um espaço social; assim, o morador de uma área no “canteiro” demonstra, no micro espaço do mesmo bairro, receio não apenas de ir à “baixada”, mas busca afastamento também do morador dessa área do bairro, o que em nosso juízo, representa uma conversão de estrutura física e social em uma “estrutura mental” que acaba por validar “sistemas de preferências” (BOURDIEU, 2008, p. 162).

No intuito de fugirmos a esse dualismo em que se podem encontrar os traços de uma pretensa análise puramente empírica, se pode lançar mão, considerando o contexto em que se está a abordar, de uma ampliação da noção de mera relação de distanciamento para uma de aproximação entre os moradores de “baixada” e do canteiro, estendível também à própria relação entre os moradores da alameda para com os da avenida, considerando a área específica desse estudo. Nesse sentido, é interessante que se notem os laços de convivência social entre esses mesmos moradores, sujeitos divergentes e também sociativos a depender de que lado se observem essas mesmas relações, afinal “Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983, p. 124).

Ocorre que as “oposições espaciais” de Bourdieu acabam por se revelar também como oposições entre os próprios sujeitos, o que está longe de ser entendido como algo de pronto negativo. Tais oposições são constitutivas, grosso modo, de uma maneira de construção de unidade que acaba por agregar e ao mesmo tempo basear diferenciações em um aspecto do que se poderia chamar de conflito (SIMMEL, 1983).

E assim podemos verificar em determinados momentos uma tentativa de alguns sujeitos de se afastarem das áreas de baixadas, especialmente quando ocorrem casos de morte violenta nesses locais, mas uma amistosa relação quando os sujeitos das baixadas necessitam comprar ou adquirir serviços que estão ofertados apenas na área das avenidas ou do canteiro. Mas, não apenas nisso. Momento de aparente unidade dos moradores do bairro pode ser mencionado quando em janeiro de 2018 se realizou a última grande “Caminhada pela Paz”, marcha que percorreu apenas o canteiro e que contou com a presença de moradores das baixadas e do próprio canteiro.

O fio condutor dessa pesquisa é a morte de dois jovens moradores, em maio de 2018, de uma dessas “baixadas” do bairro do PAAR o que abre uma significativa chave de leitura que, grosso modo, poderia revelar como essas diferenciações podem influir nas relações firmadas entre os moradores desse bairro.

De acordo com familiares e vizinhos das vítimas fatais, as famílias já habitavam o bairro há pelo menos duas décadas e meia, os agora adultos e jovens cresceram e construíram sua dimensão relacional frequentando mesmos lugares e dividindo padrões e signos alicerçados em uma convivência que se estendeu no tempo, elaborando modos culturais e até linguísticos de maneira compartilhada; assim, o “*lugar do nascimento*” foi também o lugar do desaparecimento, do extermínio (BOURDIEU, 2008, p. 165).

Por todo esse conjunto de elementos, entender-se-á o PAAR como bairro no sentido de um *lugar* onde se verificam as dicotomias relacionais entre espaço físico e espaço social. Esse é elemento de importância significativa para que se investiguem e se analisem as questões referentes às relações estabelecidas entre moradores e moradoras que convivem com as violências cotidianas em áreas periféricas da região metropolitana de Belém do Pará.

Importante notar, ainda que de passagem, o papel que a mídia exerce nessa dinâmica de violência, mormente a letal, que em muitos casos é a rotina vivida por milhares de famílias, no Brasil e no mundo. Soares (2010), ao tratar sobre o início do processo de “pacificação” nas favelas do Rio de Janeiro, fala em um “mito da polaridade” que se materializa na contraposição que se faz entre a polícia e o tráfico. Em que pese tal análise encontre seu lócus no Rio de Janeiro e se direcione para a realidade do tráfico, não se pode deixar de notar sua semelhança com os discursos que os programas policiais constroem e disseminam que quase sempre colocam, de um lado o policial e, de outro, o bandido, de um lado o “cidadão de bem” e de outro aquele que, tendo-se desviado da retidão legal, agora precisa ser caçado e repellido, tal como fosse o inimigo a ser abatido, não importando as circunstâncias. É cena comum no PAAR, à hora do almoço, ver televisões ligadas nos programas de início da tarde onde essa polaridade é reforçada.

Uma abordagem com qualquer morador do bairro e já se podem notar as influências que essa assistência exerce sobre o modo de percepção da realidade que, por vezes, não está distante do espectador. Assim, as mortes mais à frente descritas que tiveram lugar no bairro no primeiro semestre de 2018 foram, em certa medida, um bom parâmetro para se medirem as dimensões dessa percepção. Um sujeito clássico morador do canteiro, praticante quase sempre do cristianismo como religião e com tendências eleitorais voltadas para a direita ou extrema-direita – a depender da análise que produza – quase sempre se vê representado na fala violenta do apresentador ou no pronunciamento igualmente truculento de um policial ou de um agente

político; estranhamente, parte dos afetados por essa truculência na baixada também parecem em certa medida apoiar as ações e discursos veiculados, o que é rechaçado apenas quando se trata de um que era vizinho e fora vitimado por essa violência, de discurso e de atos.

Desta maneira, o “ver-se na TV”, jargão altamente utilizado em alguns programas, traz consigo um efeito de tentativa de se afastar, como morador de um mesmo bairro estigmatizado, de áreas e/ou de sujeitos que “merecem” aquele modo de tratamento peculiar sem que se notem as nuances de uma generalização do *modus operandi* da mídia; destarte, pode-se até morar no bairro, mas que fique claro: não é na baixada.

De outro lado, não se pode deixar de lado o viés de midiaticização da violência como recurso e ao mesmo tempo entretenimento; mas, não apenas isso, afinal

O apelo às emoções e à sede de justiça costuma marcar a crônica da cobertura policial, numa tradição que vem ainda do jornal impresso e da literatura policial, mas que ganhou na televisão a força da imagem e da emoção humana levada ao limite. O sensacionalismo é o que caracteriza essa linha de abordagem dos fatos: apelar à emoção, provocar a indignação, abusar das lágrimas e do sangue, a fim de garantir a audiência (ZEIFERT e LUCAS, 2021, p. 369).

Uma vez conseguida a audiência, que se traduz pela simpatia do espectador para com o apresentador e seu discurso, a manobra e a construção textual perpassa pela indução ao apavoramento e ao medo, mas ao mesmo tempo ao alívio pelo fato de eu-espectador não ter a mesma sorte do eu-vítima ou do eu-agressor; dessa maneira expostos, os casos sangrentos de violência letal – na mais das vezes perpetrados em áreas periféricas – uma vez repisados várias e várias vezes não conduz aos questionamentos contextuais da violência, levando a sociedade, grosso modo, à insensibilidade (ZEIFERT e LUCAS, 2021).

Nesse passo, é inegável o poder do “quarto poder” na domesticação da visão e da percepção das massas sobre quem são e onde estão os inimigos a serem vencidos; a aparente proliferação de casos violentos em determinados locais levam a sociedade a demarcar os espaços onde se pode ir e onde se deve evitar de ir, que crimes e que criminosos devem ser punidos e quais tipos de castigos eles devem receber, mesmo que, como já afirmado, se trate do próprio bairro de moradia ou de trabalho.

Tal assistência também fez parte do processo de desenvolvimento do autor que em certa medida, quando ainda adolescente, via-se admirando tais programas e aplaudindo ações policiais e discursos radicais dos apresentadores, quase sempre reforçando a ideia de que a violência estava concentrada em determinados bairros da cidade – sempre periféricos – e que a única saída

para que se fizesse ela parar seria a atitude mais violenta por parte do braço armado do Estado, a polícia.

Com o crescimento do bairro vieram também novas visões de mundo em que se começou a perceber que algo havia de errado quando, com o emprego de mais violência, mais violência era produzida, enquanto esta se tornava banalizada. De outro lado, dada a prática de atividades religiosas e educacionais no bairro, o autor começou a perceber como conviviam os moradores em meio a essa realidade. Certamente, naquele momento não se imaginava que anos mais tarde essas vivências e convivências em meio às violências seriam objeto de análise do ponto de vista da pesquisa científica.

Com base nessas argumentações, apresenta-se como problema de pesquisa os efeitos das violências para a maneira como se estabelecem e se desenvolvem as vivências e as convivências entre moradores que se veem em realidades de violências cotidianas; tal observação será realizada a partir de uma pesquisa etnográfica cuja iniciativa foi desencadeada a partir de um fato de 2018 cuja narrativa se verá em seção própria. Como hipótese, temos por norte que as relações entre os indivíduos que sofrem com as diversas nuances da violência se esgarçam e, de toda forma, acabam por determinar afastamentos em uma espiral de fechamento para a convivência os sujeitos afetados.

A ideia primeira para essa pesquisa era tratar de situações em que nas operações policiais não estariam presentes os ditames legais dispostos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), especificamente no que concerne ao devido processo legal, e os agentes do Estado (policiais) acabariam por incorporar dispositivos e comportamentos que se aproximam daquele estado de coisas que, segundo entendimento do autor, poderia ser entendido como o estado de exceção (AGAMBEN, 2004), mas que não fica longe do quadro do Regime Totalitário (ARENDDT, 1989), especialmente por conta da presença de elementos que se coadunam para ter como fim a subjugação de um pretense inimigo e a satisfação de enfrentamento a uma realidade que, na maioria das vezes, é fictícia.

Entendia-se que tais comportamentos não revogariam o Estado de Direito, nem teriam o condão de estabelecer o Estado Totalitário. Continuar-se-ia a existir o Estado de Direito a sobrancear tanto os agentes do Estado envolvidos na intervenção, quanto os indivíduos contra quem, direta ou indiretamente, esses agentes exercem aquela autoridade que se lhes outorga o Direito. Exatamente por não se haver derogado o Estado de Direito, essas operações, em nosso entendimento, poderiam ser tidas como espaços de um desvio particular em relação ao exercício do Direito e da Lei (ROCHA, 2022).

Assim, a ideia original estava calcada em tentar trabalhar um viés sobre violência que

partiria de uma tomada política, tendo como ênfase o próprio papel que o Estado desempenha nessa dimensão. Após a banca de qualificação, percebeu-se que era necessário modificar as lentes de análise e partir para algo bem mais concreto que o que havia sido inicialmente proposto.

Por que definir a presente pesquisa como um estudo etnográfico se não estamos, *a priori*, em um trabalho de Antropologia? Rocha e Eckert (2008) salientam passos significativos no tocante a se fazer um estudo de cunho etnográfico que não seja dentro especificamente da Antropologia, mas que estão à disposição da pesquisa dentro das ciências humanas; dessa maneira, do ponto de vista da metodologia, não há apenas que se dar conta de um trabalho de ordem etnográfica senão também esmiuçar e justificar como fazer uma pesquisa com viés etnográfico quando o que se tem em frente é o próprio ambiente do pesquisador, quando seus interlocutores lhe são similares e quando a ordem da realidade também lhe afeta.

Velho (1973) auxilia nesse sentido ao trabalhar questões de pesquisas etnográficas no limite entre o familiar e o conhecido, ou o pretense conhecido; nesse sentido, se há uma questão interessante na pesquisa etnográfica é quanto à visão do outro, quase sempre revestido de exotismo e com marca de diferença que colocam o pesquisador na condição de ser diferente, não familiar e desconhecido. Assim,

o que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que *não vemos* e *não encontramos* pode ser exótico, mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1978, p. 126) (destaques no original).

Os já referidos fatos que tiveram lugar em maio de 2018 na região do chamado “Bosquinho do PAAR” e que culminaram com as mortes de dois jovens da comunidade fizeram o autor buscar ali mesmo, no bairro de sua moradia, redescobrir os indivíduos e reordenar a lente pela qual lhes enxergava até então; aquela violência, em meio à qual as vivências e convivências se fizeram construir, agora estava bem mais concreta do que quando de sua adolescência e parte da juventude. Concreta porque era a causa direta de possíveis rupturas entre os moradores; concreta porque saía das telas de TV que mostravam os programas policiais e se perpetrava agora em uma pacata rua de casas residenciais; concreta porque não passaria sem que entrasse para sempre na vida e nas relações dos indivíduos que passaram os dissabores daquela manhã-tarde de maio.

Para este autor os anos de trabalho comunitário e religioso passados em meio a essa comunidade não foram tão prechos de informações e conhecimento quanto foram os meses de

incurções mais focadas nos diálogos com os sujeitos que ali residem; trabalhos realizados quase sempre ao início da noite, dada a rotina de trabalho do autor; diálogos quase sempre regados a um cafezinho e feitos em meio aos afazeres da casa; diálogos longos e também curtos na saída da capela ou na frente de uma ou outra casa.

### **1.1. Motivação e Justificativa**

Em primeiro lugar, não faltam números a justificar e a mostrar como a violência tem sido uma marca nas periferias de grandes e médias cidades do Brasil. De outro lado, entidades ligadas à defesa dos direitos humanos têm promovido seminários, debates e manifestações em que visam a denunciar episódios pontuais ou rotineiros sobre tal situação, de acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e seus Anuários (FBSP, 2019) (FBSP, 2020) (FBSP, 2021).

Contudo, há alguma coisa bem maior que os números: as vidas. Tais vidas, encaradas não apenas no seu aspecto biológico (zoé), mas também em seus aspectos relacionais e políticos (bíos), são por sua própria índole carregadas de histórias e significados. Estatísticas não falam de como se sente uma mãe cujo filho lhe tenha sido tirado sem que lhe fosse dada chance de defesa, seja em esfera jurídica, seja em esfera de limite de existência; é exatamente essa busca que aqui será realizada.

Assim, uma vez que essa problematização vai além da mera consideração direta dos números, ela necessita partir da premissa de que somente a escuta e a abertura aos relatos dos sujeitos direta ou indiretamente envolvidos poderá dar as condições suficientes para se fazer a devida análise do que são as repercussões da violência para o conjunto das relações estabelecidas entre esses mesmos indivíduos; essas condições, reputa-se, podem ser dadas pela pesquisa que se perfila no nível da pesquisa etnográfica.

Em segundo lugar, e não menos importante, trata-se de uma oportunidade de se defrontar com as realidades diversas de um bairro e de indivíduos pretensamente já conhecidos; nesse sentido, considerando que motivação é algo que parte do interno do pesquisador e que justificativa é um porquê da pesquisa, afirma-se que entrar no mundo dos sujeitos interlocutores, ser conduzido a ver o mundo pelas suas interpretações e, ao mesmo tempo, nivelar por eles e por elas a visão que se tem do próprio bairro ou mesmo daquela área específica, é um exercício de autoafirmação da pertença a essa mesma dinâmica.

## 1.2. Objetivos da Pesquisa

De acordo com tudo o que se vem até agora expondo, é necessário que se firmem os objetivos que nortearão a presente pesquisa. Assim, de maneira geral, objetiva-se, a partir de um viés etnográfico, investigar, analisar e refletir sobre os efeitos das violências para o modo como as vivências e as convivências se estabelecem, se organizam e se reproduzem no cotidiano de indivíduos que residem em meio a elas, especialmente em seu sentido subjetivo, mormente no PAAR.

Em específico, objetiva-se: i) compreender os conceitos de violência e como esta, em suas múltiplas faces, pode ser interpretada no campo das ciências sociais; ii) investigar a maneira como as relações entre sujeitos afetados pelas múltiplas faces da violência se constroem e se organizam no espaço da periferia, especialmente no bairro do PAAR, em Ananindeua; e iii) analisar as maneiras pelas quais sujeitos afetados pela violência subjetiva interpretam e elaboram tal dinâmica após expostos a eventos violentos.

## 1.3. Organização do Trabalho

O presente texto está organizado da seguinte maneira:

Introdução: apresentam-se nessa parte de modo geral os aspectos principais e secundários atinentes a essa pesquisa; na linha de escrita que se seguiu, nessa parte do texto primou-se por descrever o campo a ser investigado de maneira menos profunda, demarcando as principais maneiras pelas quais se teve contato com o episódio gerador da pesquisa e buscando caracterizar esse mesmo campo. Buscou-se construir a parte introdutória do trabalho de modo a deixar claro a sequência de aproximação – determinação metodológica – reflexão teórica – trabalho de campo;

Seção 2: apresenta-se nela o marco metodológico seguido para a realização dessa pesquisa; elencam-se os desafios, caracteriza-se o local de pesquisa e evidencia-se o porquê de se optar por uma etnografia;

Seção 3: apresenta o marco teórico que embasa essa pesquisa; procura-se o escudo de macro teorias sobre violência em um arco que se reputa não ser terminativo, mas condutor para a análise que se busca fazer no presente trabalho; assim, finaliza-se com o debate sobre as contribuições de Žižek (2008; 2014) para o entendimento da violência, mormente em seus aspectos subjetivo e objetivo;

Seção 4: após ter feito um trajeto de aproximação com o campo e o objeto, haver traçado e justificado a escolha metodológica, refletido com os autores que embasam essa pesquisa,



trazem-se mais detida e aprofundadamente os dados de campo, momento em que se verificam os diálogos travados, as descrições de campo e as análises e conclusões próprias da pesquisa;

Seção 5: esta traz as Considerações Finais a respeito dos achados dessa pesquisa.

## **2. QUANDO O DIFERENTE É IGUAL: OS DESAFIOS DO CAMPO EM SEU CAMPO**

O objetivo central da presente seção é demonstrar os passos metodológicos seguidos nessa pesquisa, bem como debater com o leitor acerca de questões ligadas à metodologia e justificar as causas pelas quais nesse trabalho optou-se pelo “método etnográfico”.

Primordialmente, dialogaremos com autores que tratam da etnografia, quer seja em sua área originária, quer seja em outras áreas do conhecimento. Em seguida, se fará a caracterização do local de pesquisa, procurando-se concatenar os elementos-chave do presente trabalho, quais sejam: o olhar e as reflexões žižekianas sobre a violência aliados às perspectivas de vivência e convivência de indivíduos moradores de áreas em que se visualizam violências subjetivas no cotidiano analisadas a partir de um enfoque etnográfico.

### **2.1. Ter a coragem de optar por um método**

Foi no dia da qualificação do projeto de pesquisa de mestrado que o autor se sentiu mais desafiado a fazer uma escolha e ter como sustentá-la, no que tange à vida acadêmica e de pesquisador. Um dos professores avaliadores pouco questionou sobre o mérito da pesquisa; quis ir diretamente ao método. Concluiu que, dentre outros ajustes a serem feitos, era necessário buscar um método adequado a se encaixar na proposta de objetivo da pesquisa. Entre os muitos sugeridos, chamou a atenção do autor a etnografia. Todavia para muitos antropólogos não existe um “método etnográfico”, ou melhor, a etnografia não é um método e endereçam para a força da teoria e da própria prática (PEIRANO, 2014). Assim,

Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria. Aos alunos sempre alerta para que desconfiem da afirmação de que um trabalho usou (ou usará) o “método etnográfico”, porque essa afirmação só é válida para os não iniciados. Se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico (PEIRANO, 2014, p. 383).

Apesar de que em algumas disciplinas do mestrado já havia lido sobre “o método etnográfico”, nunca me saiu da cabeça a ideia de que ele era algo de antropólogos; entretanto, as palavras daquele professor combinadas com as da orientadora dessa pesquisa encorajaram o autor a ver o que estava mais do que claro: era preciso olhar os fatos ocorridos em seu próprio bairro também pela visão dos que lhe são diferentes, por se tratarem de Outros, mas nunca deixaram de lhe ser iguais – pois que vivenciantes de experiências aproximadas.

Contudo, apenas isso não era suficiente; portanto, as leituras sobre o trabalho etnográfico foram preponderantes para aceitar ir a campo com a determinação mais focada em fazer uma pesquisa que, mesmo estando fora do esquadro antropológico, pudesse se utilizar de procedimentos etnográficos para uma melhor compreensão do objeto a ser estudado.

Viu-se também nessa maneira de pesquisa a oportunidade de exercitar a visão paraláctica sobre a violência na perspectiva de Žižek (2008; 2014), em que pese ser de praxe na pesquisa que nem sempre seus achados corroboram as premissas a partir das quais se a empreende; isto posto, passa-se ao diálogo com os autores.

Uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma *distância* mínima que garanta ao investigador condições de *objetividade* em seu trabalho. Afirma-se ser preciso que o pesquisador veja com olhos *imparciais* a realidade, evitando *envolvimentos* que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões (VELHO, 1978, p. 123) (destaques no original).

Seguramente, esta é uma das primeiras lições que se aprende quando se começa uma graduação na área das ciências sociais; a necessidade de um rigor científico começa a ter um sentido de garantia de qualidade na medida em que o pesquisador – mesmo em carreira iniciante – não leva consigo o objeto nem tem com ele uma relação de proximidade. Aprende-se e apreende-se muito cedo na Academia que o olhar não deve ser enviesado, mas direto; que os sentidos precisam estar a serviço de abarcar o objeto e não o contrário.

Contudo, Velho (1978) desanuviava já esse entendimento quando, logo após trazer presente uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais, também alertava de que inevitavelmente há envolvimento entre pesquisador e objeto e isso está longe de se constituir em defeito; é nesse ponto que ele introduz suas observações acerca dos métodos qualitativos, característicos da antropologia.

Debatendo com Da Matta, entretanto, o referido autor traz um argumento que nos acode em nosso objetivo de caracterizar essa pesquisa da maneira como essa seção explicita. Em suas palavras em trecho já antes nesse trabalho referenciado:

O que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que *não vemos e encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1978, p. 126) (destaques no original).

O autor do presente trabalho ainda não contava vinte anos de história e já havia percorrida as quase três dezenas de comunidades que até o início dos anos 2000 compunham a paróquia

católica de São Vicente de Paulo, sediada no bairro do PAAR. A quem não conhece a organização da Igreja Católica, especialmente, vale a pena fazer esse parêntese à guisa de propiciar melhor entendimento sobre o trabalho do pesquisador.

Territorialmente, a unidade básica da Igreja é a paróquia que se trata de uma subdivisão do que se chama de Igreja Particular (que pode ser uma prelazia, uma diocese ou uma arquidiocese); a depender de como seja a configuração territorial de cada paróquia, ela se subdivide em comunidades de base, as quais podem ter ou não um local de encontro e celebração dos sacramentos – as capelas.

Fruto das desobrigas missionárias que se faziam desde os inícios de 1990, a paróquia de São Vicente de Paulo foi criada em dezembro de 1994 abrangendo basicamente três bairros: PAAR (que até então não era bairro), Curuçambá e Icuí. Para mais ampliar o trabalho de evangelização, foram criadas as comunidades de base que até o ano 2000 somavam 27.

O autor dessa pesquisa começou seus trabalhos pastorais em 1996 e passou a atuar em todas as comunidades de base em um período em que atos violentos – que iam desde pequenos furtos até homicídios – eram uma constante e acabavam por repercutir mesmo nas programações religiosas. Ainda estão na memória as vezes em que missas tinham que ser interrompidas ao som de tiros e sob ameaças de brigas entre as gangues.

Com os desmembramentos ocorridos a partir de 2000 surgiram novas paróquias nos outros bairros e a paróquia de São Vicente de Paulo ficou restrita ao PAAR, com 5 comunidades de base e a comunidade matriz. Foi entre os anos de 2009 e 2010 que o autor se aproximou bem mais da hoje comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cuja capela fica na área em que essa pesquisa foi realizada. Foram realizadas visitas em residências, celebrações em ruas e reuniões com indivíduos locais para consolidar essa comunidade até que finalmente ela foi formalizada oficialmente.

Contudo, anteriormente a essa data, o autor já mantinha contato com lideranças católicas da área por meio das quais tomava conhecimento das afetações que as inúmeras situações de violência produziam no cotidiano de indivíduos e famílias naquela área do bairro. Se a referência do autor é dada por meio da dimensão religiosa é por conta do espaço que esta ocupou no processo de discernimento e de aproximação dele com a realidade de seu bairro.

Assim, feitos esses esclarecimentos, pode-se dialogar com Velho (1978) a respeito do que é familiar, mas até certo ponto, desconhecido. Apesar de morar a aproximadamente 1 km da área, quase o extremo oposto da mesma avenida, não se pode dizer que o autor vivencie em seu cotidiano as mesmas realidades daqueles e daquelas que, sendo iguais em certo aspecto, acabam

por ser outros na prática, acabam por diferenciados em decorrência de suas experiências cotidianas bem mais do que por razões biológicas.

A busca desse familiar, que não é de pronto chancela para ser conhecido, escuda a justificativa para essa pesquisa, tanto em seu aspecto de mérito, quanto em sua metodologia. Veem-se as pessoas, as encontramos, trocamos ideias, somos ajudados e ajudamos e, até mesmo, as visitamos, mas, se compromete a visão, as noções de familiaridade e conhecimento se confundem. Nesse sentido, é de se recordar um telefonema recebido de uma das participantes dessa pesquisa anos atrás.

O autor estava chegando à sede da paróquia vindo do Colégio Estadual Paes de Carvalho, onde cursou o ensino médio, quando o telefone da casa paroquial tocou e ela pedia ajuda para conseguir um advogado a fim de tirar o filho da delegacia; houvera sido detido em uma situação que àquele momento não era muito clara; movido pela atenção ao choro de uma mãe que era catequista da paróquia, o autor entrou em contato com algumas pessoas para socorrê-la. No dia seguinte, as coisas já estavam tranquilizadas, mas apenas anos depois soube-se que a família inteira, desde que um dos filhos fora flagrado em uma situação de ilegalidade por policiais militares, era acoçada por pedidos de propina, não importando a hora do dia ou da noite. À falta de dinheiro – situação comum na vida dessa família –, os policiais apresentavam o dito cidadão na delegacia do bairro.

Como se verá na próxima seção desse trabalho, essa família é uma das mais próximas daquela da qual a mesma Polícia Militar executou um dos membros em 04 de maio de 2020. Portanto, o contato de familiaridade ao que se refere Velho (1978), de fato, não pode ser tido como um conhecimento em seu sentido literal, pois que evitaria uma tentativa mais profunda de se chegar o mais próximo possível de enxergar a realidade do outro como ele a vê, como ele a sente, como ele a vivencia, mormente, nesse caso, no que tange à violência, afinal,

Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “pôr-se no lugar do outro” (VELHO, 1978, p. 127) (destaques no original).

Rememorando nesta pesquisa boa parte das vivências que o autor mesmo experimentou em tempos passados, muitas em conjunto com algumas das pessoas que participam desse trabalho, é impossível não considerar as vezes em que ele apenas as via como “a mãe cujo filho está

preso”, “o filho que não corresponde ao amor dos pais”, “as pessoas que moram ali perto do bosquinho”, “aquela catequista que mora no final da Tapajós” e até mesmo “aqueles necessitados que precisam de nossa ajuda”. Em verdade, eram as construções que a pretensa familiaridade impunha que fizéssemos. O que não parecia óbvio, de certo, era que, partindo do conceito abstrato de alteridade, não se enxergavam as mesmas coisas que eles e elas enxergavam.

A oportunidade, portanto, que a presente pesquisa propicia é, ainda que no atraso de décadas, colocar-se no lugar do outro para tentar reduzir a distância entre os pontos de observação do objeto entre os observadores, não trocando de papel, mas considerando papéis diferentes em um mesmo cenário.

Assim, como não basta ter um mapa sem que se compreenda como ele se organiza a partir de seus princípios e mecanismos (VELHO, 1978), é mandatório que observem os limites e as limitações, bem como as possibilidades de se posicionar junto e até mesmo com o outro para entender-lhe não somente as visões de mundo que carrega, mas também como entende e interpreta os fatos sociais de que toma parte, seja como espectador, seja como agente. Nesse sentido, quem é considerado como malfeitor em uma determinada área pode contar com a simpatia de pessoas que com ele convivem e ser mais estimado que alguém a quem se repute ter uma conduta pretensamente aprovável do ponto de vista legal.

Utilizando das reflexões de Velho (1978), procura-se debater acerca da possibilidade de se estar optando pela etnografia na coleta e levantamento de dados não sem antes enfrentar a dicotomia ainda presente de imergir no que parece ser igual ou assemelhado. Desse exercício se está concluindo que o distanciamento – exigência tradicional das pesquisas de cunho social – não tem um sentido apenas físico geográfico senão também psicológico; se está a compreender que familiar e conhecido não são sinônimos e, ao mesmo tempo, se está a dizer que a objetividade não carece de distância entre pesquisador e objeto.

Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 1978, p. 128).

Longe de tranquilizadoras, as reflexões de Velho levam a uma preocupação dobrada para que tudo quanto se produza como resultado das observações, das memórias, das leituras e dos diálogos estejam a serviço da melhor compreensão a respeito de como se vive e convive com as violências do cotidiano.

Nesse sentido, “o que define [a etnografia] é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 1989, p. 15). De outro lado, “A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (DE MATTOS, 2001, p. 45).

## **2.2. As etapas da pesquisa**

Uma vez, portanto, definido o procedimento e as práticas pelo qual se faria a coleta e o levantamento dos dados, foi a hora de elaborar as etapas da pesquisa a fim de que melhor se organizasse o trabalho que ainda deveria ser realizado. Assim, destacam-se:

*a) Pesquisa Bibliográfico-documental:* foi realizada, após a qualificação de pesquisa, uma nova pesquisa em autores indicados pela banca, especialmente Žižek; assim, esse levantamento foi realizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Biblioteca do NAEA, em repositórios *online* e nos acervos das disciplinas estudadas ao longo do curso;

*b) Pesquisa em jornais diários e sites de notícias da imprensa tradicional e outros:* foi realizada a busca em jornais diários e telejornais (por meio da grande rede) para que se visualizasse como esses noticiosos deram a notícia sobre o acontecimento de 04 de maio de 2018 e de que maneiras, no geral, canais de agentes policiais e afins tratam questões ligadas à violência; foi de grande utilidade essa pesquisa, vez que, unida às leituras realizadas, tiveram como consequência a ampliação de horizontes sobre essa temática e a maneira como as visões sobre ela ora se unem, ora se afastam, a depender do observador;

*c) Sistematização das memórias:* pode parecer estranho elencar esse passo como etapa de pesquisa, mas se aqui ele consta é pela sua importância para a consecução do que se pretende como exercício de uma etnografia dentro da temática proposta, afinal

La memoria – dinámica, transformable, definida por recuerdos y olvidos siempre fluctuantes en la tarea de reconstrucción – se inscribe en nuestro presente y nos atraviesa. El ser-en-el-tiempo nos impide escapar de la temporalidad y permea en nosotros mismos y en nuestra individualidad, inseparables de nuestra ocupación como investigadores. Como se dice, popularmente, “todos somos hijos de nuestro tiempo” (CASTRO, 2020, p. 2-3) (destaques no original).

E foi assim que, feitas as leituras e definido o método, antes de partir a colher dados, pela observação direta e pelos diálogos com as pessoas da área em que a pesquisa se fará, detive-me em trazer ao presente memórias de décadas atrás em que comecei a familiarizar-me com o que

e com os quais somente agora vim entender que me eram desconhecidos. Pus-me a fazer anotações, lembrar diálogos, recordar fatos e filtrar todas essas reminiscências pelas lentes da memória;

*d) Coleta de dados:* antes mesmo da qualificação do projeto de pesquisa, já se havia realizado incursões mais focadas junto à área de estudo, qual seja, o entorno do chamado “Bosquinho do PAAR” que coincide com a área geográfica correspondente à comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conforme já explicitado anteriormente; após a qualificação, foram retomadas as visitas à área, contudo, privilegiou-se a escuta de familiares de jovens mortos e/ou de jovens que já tiveram algum envolvimento em situações policiais; e

*e) Elaboração do trabalho escrito:* à medida em que se foi executando a leitura, exercitando a memória e se realizando o trabalho em campo, também se foi efetuando a escrita do presente trabalho; realizado entre uma pausa e outra no trabalho, em meio a cansaços e alentos, varando-se madrugadas a fio ele é a expressão e o resultado de um esforço colaborativo entre orientando e orientadora, entre pesquisador e participantes.

### **2.3. Sobre o local de campo**

Antes de desembarcar no chão do bairro do PAAR, necessário se faz tratar, ainda que brevemente, de compreender o processo de consolidação da cidade de Ananindeua enquanto integrante da Região Metropolitana de Belém e sua relação com a capital e os demais municípios a fim de que se tenham mais claras as nuances de desarticulação entre ocupações e planejamentos estatais e suas consequências inclusive para a temática da violência.

Lima, Cardoso e Holanda (2005) fizeram um trabalho de resgate da implementação da menor das regiões metropolitanas instituídas pela Lei Complementar 14, de 1973, e destacam a divergência entre a concretude da experiência vivenciada na realidade dos habitantes locais e os planos que se tentaram levar a termo, especialmente a partir das décadas de 1970-80; deste modo, segundo os autores, pode-se destacar três momentos nesse processo de consolidação da assim chamada RMB, a saber:

O primeiro deles foi o de sua própria institucionalização, com os municípios e Belém e Ananindeua, em 1973, pelo governo federal, como uma decisão geopolítica; o segundo foi o da promulgação da Constituição de 1988 e consequente alteração dos mecanismos de gestão que viabilizavam procedimentos de abrangência metropolitana; e o terceiro foi a sua ampliação pelo governo estadual, em 1995, com a inclusão de três novos municípios – Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará – a partir de pleitos políticos e pressões do setor privado pela unificação de tarifas de serviços públicos (LIMA, CARDOSO e HOLANDA, 2005, p. 104).



A dinâmica administrativa do governo autoritário pelo qual o Brasil passava na década de 1970 foi caracterizada pela incessante busca de controle e vigilância, bem como teve como mola propulsora a tentativa de indução de desenvolvimento a partir de determinados pontos do território; nesse sentido, a cidade de Belém, capital do estado do Pará, figurou como um importante polo para essa tentativa do governo federal de então.

Observa-se, nesse período histórico, que as assim chamadas regiões metropolitanas serviram ao propósito de se escapar ao controle tanto de instâncias locais (municípios), quanto de instâncias maiores (estados), trazendo, dessa maneira, uma relativa desordem no processo de harmonia entre os entes federados especialmente no tocante à ordem administrativa – o que de fato viria a ficar devidamente estabelecido na Constituição de 1988. Dessa maneira, a despeito de outras experiências, grassou no Pará a falta de uma instância administrativa que pudesse regular de maneira mais apropriada a RMB, sem se falar das sobreposições de importâncias de umas cidades sobre as outras.

A pesquisa conduzida pelo NAEA, em 1973, demonstra que a rede de cidades existente na época tinha Belém como pólo importante, com influência abrangendo a calha do Rio Amazonas até Tefé (AM), na direção oeste, a calha do Rio Tocantins até Tucuruí (PA) ao sul, até Macapá (AP) ao norte, e toda a costa atlântica do Pará, somada à pequena porção do estado do Maranhão [...] a leste (LIMA, CARDOSO e HOLANDA, 2005, p. 106).

À falta de uma gestão mais conforme os desafios presentes, não se pode esquecer de que os municípios (Belém e Ananindeua, até ali) tinham preservada sua autonomia e, por óbvio, contavam com administrações separadas; importante frisar, contudo, que a cidade de Ananindeua, cuja instalação fora realizada na virada de 1943 para 1944 por questões políticas, se tomada em relação à capital, ou mesmo ao assim chamado Marco da Primeira Léguas, era já em seu nascedouro uma periferia de Belém, no que era acompanhada de outros bairros que hoje desempenham papel importante na consolidação da atual configuração urbana que ela apresenta.

Em que pese haver divergências na História de Ananindeua a respeito de que núcleo ou núcleos de povoamento deram origem ao município, Lima, Cardoso e Holanda (2005) assumem, não sem razão, que a estação de trem da Estrada de Ferro Belém-Bragança (hoje substituída pela BR 316) funcionou como atrativo de um desses núcleos, malgrado já existirem o Curtume Maguary e o Abacatal. O fato, contudo, é que Ananindeua em relação a Belém, quando da constituição da RMB, “não dispunha de quadro técnico que pudesse desenvolver as tarefas de planejamento, dificultando a interlocução entre os dois municípios. A cornubação

(sic) ainda não unificava as duas cidades, a ponto de existir uma única identidade por parte da população” (LIMA, CARDOSO e HOLANDA, 2005, p. 107).

Essa realidade, aliada à política de desenvolvimento aplicada pelo Governo Federal no tocante ao ordenamento de áreas metropolitanas que visava diretamente à satisfação de problemáticas recorrentes e imediatas da população, acabou por redundar, por parte do Governo Estadual, na implementação de planos de infraestrutura e habitação calçados, basicamente, na construção de conjuntos habitacionais, até porque essa era uma das condicionantes para que os Estados recebessem investimentos por parte da União (LIMA, CARDOSO e HOLANDA, 2005). A construção das assim chamadas Cidades Novas, na zona Norte de Ananindeua, são justamente desse período – ao todo, seriam nove, contando com o PAAR, que nunca chegou efetivamente a ser assim chamado.

Dessa maneira, o período que vai desde a implantação da RMB até o advento da Constituição de 1988 foi caracterizado pela ocupação do vasto território especialmente do município de Ananindeua por conjuntos habitacionais desarticulados de políticas socioassistenciais e desacompanhadas de outras políticas de indução de desenvolvimento local consolidando uma visão que acompanharia o município até meados da década de 1990, a de ser uma cidade-dormitório e satélite da capital, afinal

Os conjuntos habitacionais constituíam-se nos únicos assentamentos “urbanos” existentes após a Primeira Léguas Patrimonial de Belém, além das vilas formadas ao redor das paradas de trem. Essas últimas eram vilas que, inicialmente, abrigavam funcionários responsáveis pela manutenção da estrada de ferro e serviram de núcleo inicial para as demais cidades que hoje constituem a região metropolitana de Belém (LIMA, CARDOSO e HOLANDA, 2005, p. 117).

O bolsão existente entre a Primeira Léguas Patrimonial de Belém e as Cidades Novas em Ananindeua sofreu, a partir da década de 1970, com a especulação fundiária e imobiliária servindo em parte para a consolidação de áreas apropriadas para fins de abrigarem chácaras e sítios, excluindo-se as pequenas propriedades e afastando, a princípio, sujeitos menos abastados; entretanto, a pressão por habitação característica da década posterior encontrou em espaços insalubres e geograficamente instáveis locais de estabelecimento de moradia.

Dessa maneira, o período imediatamente posterior à promulgação da Constituição de 1988 assistiu também a um período de ocupações de inúmeros terrenos na RMB, incluindo aquela que seria a Cidade Nova 9, o hoje bairro do PAAR. Assim, realizada essa visualização, pode-se mais claramente compreender as causas que resultaram em áreas ocupadas por habitação, mas que não se fizeram acompanhar de políticas indutoras de desenvolvimento local,

tal como em Ananindeua, que até pouco tempo atrás ainda tinha áreas de ocupação não planejadas nem assistidas pelo poder público, sendo um espaço aberto para a presença de agentes extraestatais incluindo-se as organizações criminosas, regionais ou locais.

O PAAR<sup>4</sup> foi planejado ainda na década de 1980 do século passado, mas foi ocupado antes da entrega por parte do Governo do Estado por famílias vindas dos mais diversos lugares, não apenas da capital ou outros bairros de Ananindeua (LIMA, 2021). Lima (2021) também descreve o que o autor dessa dissertação viu quando de sua chegada ao bairro, em 1994: boa infraestrutura, quadras bem divididas, rede de esgoto e de água, mas com deficiência em pavimentação asfáltica, em que pese já haver três anos desde que houvera sido ocupado.

Não havendo espaço para se tratar da questão habitacional naquele período, vale ressaltar que a virada de 1980 para 1990 foi bastante pródiga em casos de “invasões” de terrenos, seja na cidade, seja no campo. O próprio PAAR, por anos, teve o apelido de “maior invasão da América Latina”. Esse processo acabou se tornando uma boa fonte de votos para políticos que construíram em torno de si uma aura de legalizadores de “áreas de invasão”, como foi o caso do hoje senador Jader Barbalho, à época Governador do Estado e até hoje tido pelos mais antigos do bairro como um patrono; “Mais que ocupantes ilegais, as pessoas que estavam presentes naquela região seriam consideradas milhares de votos nas eleições subsequentes” (LIMA, 2021, p. 85).

De outro lado, não se tratava apenas de ocupar um conjunto; tratava-se também de construir moradias. E nisso houve bem mais que criatividade da parte dos ocupantes: em pouco tempo, via-se barracos de lona, cercas de tábuas, pequenos cercados de arames farpados e o medo constante de que a polícia retirasse as famílias que já chegavam a uma soma de aproximadamente 6 mil (LIMA, 2021).

Assim foi que em 15 de setembro de 1991 – data em que até hoje se festeja o aniversário do bairro –, “Jader entrega lotes urbanizados a carentes”, segundo manchete do jornal Diário do Pará. Longe de haver definitivamente resolvido a questão de habitação, o que se viu da parte do mandatário estadual foi a promessa de que em pouco tempo seriam construídas casas populares, divididas em três tipos, para as famílias – promessa que até hoje não se realizou. Também o tão prometido e sonhado título definitivo de propriedade nunca chegou.

Assim, de acordo com Lima (2021), em que pese as personagens políticas e as lideranças comunitárias da época da ocupação – com algumas das quais o autor chegou a conviver – terem

---

<sup>4</sup> Sigla para Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.

seu nome marcado na História do bairro, ela é feita pela coragem de famílias “que com muita luta reivindicaram sua moradia e não desistiram de seus direitos” (LIMA, 2021, p. 83).

Os anos que se passaram desde o momento em que a retirada dos ocupantes já não era mais uma ameaça foram tempos de esquecimento por parte do poder público municipal com raras exceções; por exemplo, as reformas infraestruturais ocorridas no bairro a partir de 1997 deram a ele espaços de lazer e quadras de esportes, além de se haver regularizado, em parte, o transporte coletivo; por força daquilo que significa como vitrine para o governo municipal, a avenida principal sempre passa por reformas, tendo sido recentemente totalmente revitalizada com um canteiro em que se construíram quadras de esportes, pistas de corrida, espaço para crianças e a feira coberta do bairro ao lado do que há uma praça de alimentação coberta.

A esquisita obra, saudada como um grande avanço pela prefeitura, traz consigo um campo interessante para a análise do novo comportamento do fluxo de entorpecentes no bairro; se antes os pontos quentes de distribuição e repasse de pequenas quantidades eram as assim chamadas “baixadas”, agora tais atividades passaram para os boxes da feira coberta, quase sempre escuros a partir de dada hora da noite.

O atual canteiro substituiu em sua apresentação, formas e usos os antigos. Sim, essa já foi a terceira “grande” reforma desse espaço; e a cada uma delas, novos significados são impostos aos moradores e usuários desse equipamento; se vai tentando, ao longo do tempo, apagar as reminiscências de fatos que são guardados ainda na memória do autor e de tantos e tantas do bairro: tiroteios e assassinatos, disputas de gangues e manifestações pela paz.

Sintomático, contudo, é o fato de que as buscas por trabalhos acadêmicos em uma das mais conhecidas plataformas de busca geram resultados de pesquisas que relacionam o PAAR à violência, em seus mais diversos aspectos. Das pesquisas encontradas, uma em particular nos chama a atenção.

Borges, Nascimento *et al.* (2016) procuraram entender como são as dinâmicas dos homicídios no bairro do PAAR a partir de conceitos geográficos como o espaço e o território. Discorrem os autores a respeito do que na ciência geográfica se chama de território e como esse conceito se relaciona com o que se constrói enquanto espaço.

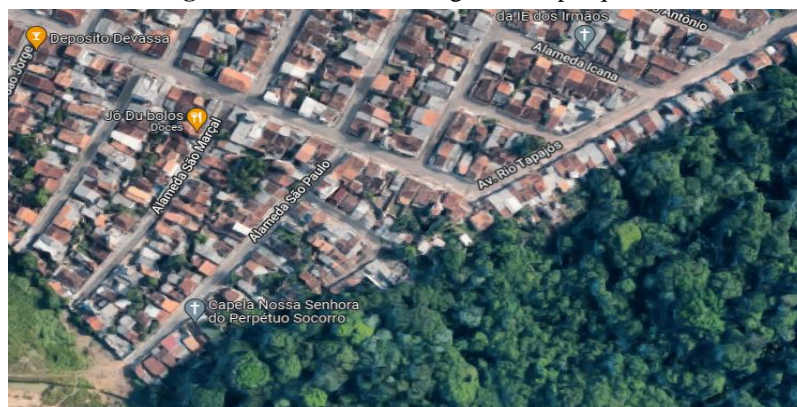
Assim, como em geografia quase nada é pacífico, é comum se ligar o conceito de território ao de poder e poder político. Contudo, “é necessário considerar a existência de uma multiplicidade territorial, que representa o papel desempenhado por inúmeros agentes sociais, em diversas escalas” (BORGES, NASCIMENTO, *et al.*, 2016, p. 32). Ou seja, a dinamicidade do território depende em grande parte dos usos do espaço pelos agentes sociais que nele se situam e que dele fazem uso.

É dessa maneira que, ao se deparar com o comércio de entorpecentes hoje presente nas barracas de feira construídas no canteiro central do PAAR, o autor não entende de outra maneira que não sejam as marcas dessa dinâmica e que a lógica de não existência de vazio no poder faz suas articulações com uma “ausência combinada” do Estado com a presença “não percebida” dessas relações nesse espaço.

Os autores da referida pesquisa, utilizando dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, informam que, em 2015, dos 17 assassinatos, 77% no bairro haviam sido feitos por arma de fogo; e que quase 35% das vítimas tinham entre 35 e 64 anos. Contudo, não são essas as questões que interessam nessa parte. Mas antes de explicitar, vale mostrar ao leitor uma visão melhor da área em torno do Bosquinho do PAAR, onde a pesquisa foi realizada.

Ratifica-se que essa pesquisa começa com um evento datado de 04 de maio de 2018 na área do Bosquinho do PAAR, cujos limites são a Avenida Rio Tapajós, a Alameda São Paulo e o terreno de construção do estádio municipal de futebol de Ananindeua, obra que se estende desde os inícios de 2000; todas as alamedas iniciam na Avenida e desembocam no muro do terreno; assim, a Figura 1 mostra a localização da área de estudo em que se fez as incursões, durante esse trabalho, e onde se tem desenvolvido trabalhos religiosos, políticos e de assistência ao longo de décadas.

**Figura 1** – A área de abrangência da pesquisa

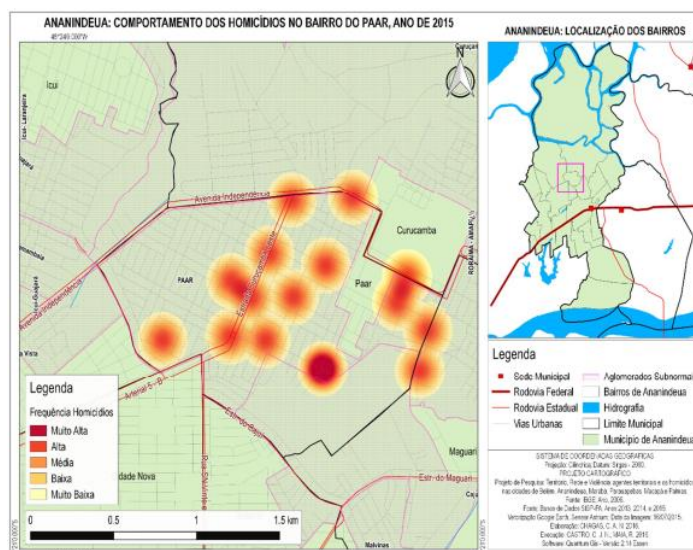


Fonte: Adaptado de *Google Maps*, 2022

Voltando à pesquisa de Borges, Nascimento *et al.* (2016), os autores apresentam uma cartografia dos homicídios em 2015; aplicando a técnica de mapas de calor, descobriram que esses crimes não se espacializaram de maneira homogênea; segundo os autores, há homicídios ocorridos nas bordas do PAAR, nas anteriormente chamadas baixadas, onde as estruturas do Estado não chegam; há aqueles que ocorreram na Avenida Curuçambá Oeste, o chamado Canteiro Central, onde estão os principais locais de festa no bairro e consumo de drogas lícitas;

e, por fim, os homicídios ocorridos nas áreas de contato com outros bairros, especialmente com o bairro do Curuçambá. Veja-se a Figura 2.

**Figura 2** – Comportamento de homicídios no PAAR em 2015



Fonte: Borges, Nascimento *et al.*, 2016, p. 37

A leitura das informações presentes na Figura 2 fazem entender que a área mais quente no sentido de ter homicídios, especialmente os que foram cometidos por arma de fogo, é exatamente o entorno do Bosquinho do PAAR. Esse mapa traz à memória do autor boa parte dos momentos vivenciados nos últimos anos no bairro do PAAR, por meio de sua atuação religiosa; apenas entre 2015 e 2018, foram inúmeros velórios ou orações em casa de pessoas vitimadas por arma de fogo no bairro.

Assim, por mais essa fonte, vê-se que é importante buscar os testemunhos de pessoas que residem nesse entorno a respeito dessa convivência em meio ao plural de violência subjetiva no seu entorno, tomando conta de suas vivências e desafiando seus olhares a respeito de como ela se põe nas suas existências.

O conjunto das violências objetivas (sistêmica e simbólica) por meio de maneira dispositiva interfere nessa visada desde a escolha de termos a se referirem sobre esse fato social até mesmo as maneiras estruturais de uma rede de nós em que os indivíduos são partes; nesse sentido, a violência enquanto instrumento, nos termos arendtianos, de fato pode não ser o melhor ângulo para observar de que modo as vivências e convivências entre os indivíduos locais se estruturam e operam no cotidiano.

Se a visão paraláctica que examinaremos no próximo capítulo sobre a violência subjetiva tende a dar uma noção mais clara do que ela representa para as relações entre as pessoas ou até

mesmo se um evento crítico, como a morte de jovens moradores da área do campo, tem como consequência estranhamentos entre os indivíduos locais ou não e em que medida elas se fazem é o que iremos buscar na próxima e última seção.

### 3. VIOLÊNCIA: CONCEITOS E ABORDAGENS

A proposição de escrever uma genealogia do conceito de violência é central para alguns pensadores, como Hannah Arendt e, mais recentemente, o filósofo Slavoj Žižek. Entre 1968-1969, a filósofa política Hannah Arendt escreveu o ensaio *Sobre a Violência* publicada em 1970 que expõe como sendo uma investigação acerca da “natureza e das causas da violência”.

A discussão se estruturou em três partes: i) descrição e discussão dos acontecimentos políticos imediatos, colocando-nos o sistema de guerra e violência a qual os indivíduos estamos submetidos; ii) discussão sobre a distinção entre poder e violência, a partir da qual propõe parâmetros para a compreensão dos acontecimentos políticos particulares; e iii) tentativa de análise da natureza e das causas da violência, ao que conclui que a violência não é animalésca nem irracional. O texto arendtiano estabelece a tese de que a violência não é fonte de poder; assim, quanto mais poder, menos violência. Nada mais comum que a combinação destes dois elementos. Os acontecimentos do século XX – século de revoluções – tem como denominador a violência e o progresso dos implementos da violência.

Arendt elabora observações precisas, tais como: a violência tem enorme papel no desempenho das atividades humanas; ela precisa de instrumentos e funciona com apoio em técnicas algumas sofisticadas; é regida pela categoria meio/objetivo; abriga um elemento adicional de arbitrariedade; e frisa que violência e a arbitrariedade tornaram-se corriqueiras, óbvias, um fenômeno marginal de tal forma que não mereceu consideração das Ciências Sociais.

Em sua argumentação, ela salientou os autores que analisaram e definiram a violência: Karl Marx e a consciência do papel desempenhado pela violência na história e Estado instrumento da violência; Carl Von Clausewitz com a guerra como “um ato de violência que se destina a compelir o adversário a fazer o que queremos” (ARENDR, 2022); Mao-Tse-Tung, George Sorel, Frantz Fanon, Jean Paul Sartre e teceu críticas a partir da perspectiva das relações com o conceito de poder.

Alessandro Passerin d’Entreves, autor do livro “A noção do Estado” é notado por Arendt como o autor que tem consciência da importância da distinção entre a violência e o poder; que distingue poder de força – a força pelo simples fato de ser qualificada, cessa de ser força. O poder, para D’Entreves, é a força “qualificada” ou “institucionalizada”. Esse autor define o poder como um tipo de violência mitigada (ARENDR, 2022, p. 32).

Assim o ensaio sobre a violência apresenta uma genealogia do conceito de violência, a distinção do seu caráter instrumental e uma relação central com o poder, pois,



a violência tem capacidade de destruir o poder mais nunca de criá-lo, bem como que inevitavelmente o poder pode ser legitimado enquanto a violência no máximo poderá ser justificada como instrumento a ser usado para se alcançar determinado fim (idem, p. 37).

Desta maneira, a questão da violência em relação ao poder em Arendt pode ser compreendida quando se toma o binômio “Todos contra Um” *versus* o “Um contra Todos” proposto por ela; enquanto o primeiro é a forma extrema do poder, o segundo é a forma extrema de violência. Partindo-se de ambas as noções – a violência como meio e sua forma extrema manifesta no “Um contra Todos” –, entende-se que as ações violentas que têm lugar em áreas da periferia das grandes cidades, mas não apenas nelas, mostram em certa medida a fragilidade do próprio exercício do poder, em tese legítimo, daquelas instituições a quem caberia a manutenção da ordem enquanto ausência de atos violentos, especialmente em sua face de crimes.

Pode ser uma obviedade, mas o que se impõe não são as palavras ou os planos que aqui e ali as autoridades divulgam com estardalhaços visando ao combate à violência em “áreas vermelhas”, mas sim a realidade de sucessivas violências que acabam vitimando por igual os sujeitos habitantes de áreas periféricas; em que pese seu aspecto global de análise, não há que se negar no microcosmo de vivência as consequências da fragilidade do exercício de poder legítimo frente ao emprego da violência, notadamente em ações das instituições responsáveis pela garantia da segurança e das condições necessárias para o desenvolvimento humano, quer sejam de âmbito local, regional ou nacional.

Nessa linha de raciocínio e já trazendo apontamentos da pesquisa de campo, é importante que se verifiquem as atuações de “poderes” que atuam no bairro do PAAR. Chama-se aqui de poderes em decorrência das suas influências e do próprio papel que desempenham no tocante às relações vivenciais no bairro e a forma como atuam acaba por lhes dar certo destaque do ponto de vista de reconhecimento dos sujeitos que residem no bairro. Destaca-se, nesse sentido, a atuação da Polícia Militar.

Subordinado ao Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), cabe ao 29º Batalhão de Polícia Militar (29º BPM) o policiamento ostensivo e repressivo do bairro do PAAR e adjacências, excluídas as Cidades Novas. Com sede no próprio bairro, é a partir desse batalhão que policiais em viaturas e motos fazem rondas constantes pelas ruas do bairro, tendo com pontos fixos o início e o fim do Canteiro Central, onde duas viaturas ficam permanentemente estacionadas, uma em cada extremo. Atualmente, pouco se veem abordagens feitas por policiais a transeuntes, como antigamente, quando o exercício de autoridade da polícia era um verdadeiro ritual de sujeição (SOARES, 2010), onde os abordados quase sempre eram

colocados de frente a um muro ou parede, tinham seus documentos revirados e jogados, tendo o autor desta pesquisa presenciado algumas dessas abordagens, que recebiam o nome popular de “baculejo”, quase sempre acompanhadas por “pescoções” (tapas que o revistado recebia na nuca) e uso de palavras de baixo calão.

O que se nota da atuação policial no bairro hoje é a presença diária de viaturas em frente aos supermercados e mercearias de médio porte por todo o PAAR; nesse sentido, a presença que pode parecer mais uma rotina dentro do planejamento de segurança para o bairro acaba se revelando como algo de que a população em certa medida acha ruim, mas acaba por aprovar. Em melhores termos: na área do Bosquinho do PAAR, na Avenida, há um comércio de médio porte construído ao longo de anos por um cearense radicado no bairro desde sua ocupação.

É comum que se ouça que a viatura de onde saem os policiais que diuturnamente entram no comércio não está ali para unicamente dar segurança à população, mas lá está para, à revelia da lei, dar proteção apenas àquele empreendimento pelo que se deve sempre “dar o (dinheiro) do lanche” aos policiais. O mesmo se pode ver na feira onde ficam os três maiores supermercados do bairro: quase sempre uma hora antes do fechamento, viaturas ficam estacionadas em frente a eles; o caso é que isso não chega a causar estranhamento nos moradores malgrado o fato de eles não contarem com tamanha atenção por parte desses mesmos policiais que diligentemente esperam os supermercados fecharem para prosseguirem sua ronda.

Sobre isso ainda é importante trazer presente a forma como dois “poderes” se correlacionam em pleno Canteiro Central do bairro que hoje, em parte, abriga a feira coberta do PAAR. Lugar comum e de ciência de qualquer morador das redondezas é o fato de haver um intenso comércio de drogas nas barracas que ficam mais no início da feira; ali usa-se um código já escutado pelo autor por parte de quem tem profundo conhecimento desse *modus operandi*: basta chegar ao box certo e usar esse código para receber no embrulho de verduras o entorpecente. Tudo bem negociado a menos de 10 metros de uma das viaturas que ficam estacionadas no início do Canteiro Central.

Para os moradores do entorno, o comércio de drogas ali existente tem a convivência dos policiais; o autor não pode afirmar categoricamente isso, uma vez que não se ouviu nenhum dos envolvidos diretos nessa realidade, mas pode afirmar que a movimentação no referido box de feira é constante e foge à tipicidade do que ocorre nos demais, até mesmo em se tratando dos horários de funcionamento.

Assim, outro “poder” a ser destacado e que apresenta seus veios pelo bairro é o do comércio de drogas. Em nenhuma das interlocuções realizadas, especialmente no local estrito da pesquisa, se ouviu falar em organizações criminosas que tenham ali atuação, nem local nem

nacional. Em que pese alguns sujeitos falem abertamente sobre a venda e consumo de drogas na área, não passavam de usar o termo “traficante” a quem quase sempre atribuíam características de vendedor e não propriamente de alguém que atuasse de maneira mais específica no tráfico de drogas. Entretanto, a existência das chamadas “bocas de fumo” em áreas específicas do bairro é algo quase sempre não falado, mas sabido.

Igualmente sabido é o fato de ser constante a presença de viaturas policiais nesses locais, quase sempre em altas horas da madrugada, algo que se revela apenas em uma conversa ao pé do ouvido e sob a taxativa recomendação de não se comentar a respeito. Se é verdade que o exercício de um possível poder paralelo acaba por se confrontar com o exercício do poder legítimo, é verdade também que para os moradores, no limite do suportável, não é essa relação que importa, mas sim o fato de não haver roubos, furtos, assaltos em casas por meio de arrombamento ou outras situações que acabem por despertar ações mais enérgicas por parte da polícia naquela área.

Ao assentar a destruição do poder advinda da violência e sua fisionomia instrumental desta para o exercício daquele, Arendt auxilia na interpretação de uma justaposição interessante entre a aparente falta de repressão por parte da polícia ao comércio de drogas no bairro e, ao mesmo tempo, a instauração de um clima de aparente tranquilidade na dinâmica do bairro que só é perturbada quando, de um ou outro lado, cruza-se a fronteira estabelecida em tácitos contratos de normalidade.

Tais abordagens teórico-práticas são diametralmente diferentes de uma abordagem institucionalizada, seja pela visão de organizações, ou de conceitos cristalizados ausentes de reflexões. O exemplo do primeiro é o Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência, em 2014, da Organização Mundial da Saúde (OMS), que assume como conceito de violência uma ideia que já antes enunciada ao afirmar que ela é

o uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015, p. 2).

Ressalte-se que a referida organização separa os casos de violência da seguinte maneira: a interpessoal é a que ocorre entre indivíduos que podem ter convivência próxima ou não do que se depreende que ela pode ser intrafamiliar ou comunitária; a autodirigida é caracterizada por ocorrências como automutilação e comportamento suicida já que é um tipo de violência em que o autor atenta contra sua própria integridade; e a violência coletiva é tratada pela OMS como uma violência instrumental que é perpetrada por grupos mais amplos (p. ex.: estados-nação,

milícias, organizações terroristas) cujos objetivos são direcionados para questões políticas, econômicas ou sociais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

A violência é objeto de inúmeras classificações e adjetivações. Detenhamo-nos, por ora, em refletir acerca da violência interpessoal cujas manifestações podem ir desde “pequenas” importunações entre conhecidos ou desconhecidos até a eliminação de outro indivíduo por meio de homicídios. Assim, a violência interpessoal assume as seguintes maneiras de ocorrência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (GROSZ e SPIENDLER, 2021).

Em que pese sejam essas modalidades discernidas, se não introduzidas, no ambiente jurídico brasileiro por meio da Lei nº 11.340/2006, cognominada de Lei Maria da Penha, não se pode pensar que elas estejam a coibir apenas atos de violência contra mulheres uma vez que também outros diplomas legais apresentam tipos similares a fim de darem proteção, por exemplo, a crianças e adolescentes (Lei 8.069/1990) ou a pessoas idosas (Lei 10.741/2006) e assentarem justa reprimenda a perpetradores.

Partindo para a violência letal, dados do Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência (OMS, 2014) apontam os países da América Latina no topo dos índices de homicídios no mundo e que desses 75% foram causados por disparos de armas de fogo. Em que pese o distanciamento temporal, esses indicadores também reverberam no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018, 2019, 2020, 2021). Os números gerais a respeito de mortes violentas intencionais no Brasil estão colocados no Quadro 1.

Quadro 1 – Os números de mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil de 2018 a 2021

ANO	NÚMERO DE MVI	TAXA/100 mil hab.	Variação
2018/2017	63.895	30,8	+2,9%
			(em referência a 2016 e 2017)
2019/2018	53.358	27,5	-10,8%
2020/2019	47.796	22,7	-17,7%
2021/2020	50.033	23,6	+4%

Olhar os números de maneira distante pode ser um bom caminho para uma vez descontextualizadas as ocorrências, tomar-se por certo que as providências legislativas e executivas tomadas a partir de 2017 (ano após o golpe parlamentar na então presidenta Dilma Rousseff e ascensão de grupos reacionários ao poder) deram bom resultado no efetivo controle da violência no Brasil. Entretanto, um olhar mais profundo nas minudências desses números revela, por exemplo, algo que será melhor trabalhado nessa pesquisa, qual seja, os resultados das intervenções policiais no Brasil nos anos em questão. Podem-se ver os números referentes a essa realidade no Quadro 2.

Quadro 2 – Os números de mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil entre 2019 e 2021, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública

ANO	NÚMERO DE MORTES	Varição
2019/2018	6.220	+19,6% (em relação a 2017)
2020/2019	6.357	+13,3%
2021/2020	6.416	+0,3%

Patentemente se pode observar que, em que pese haver reduções nos índices gerais de mortes violentas intencionais, as intervenções policiais em ocorrências têm gerado sempre aumento de mortalidade. Daí se poderia levantar uma questão: por que apesar das reduções, em alguns anos, e do pouco aumento, em outros, sempre há uma constante de aumento de mortes em operações policiais? Trata-se de uma polícia violenta simplesmente? Por óbvio que tais questões se levantam apenas para exercício de reflexão retórica, vez que não se objetiva nesse trabalho discorrer sobre essa face da violência; registre-se, contudo, a pertinência desse dado para a pesquisa ora realizada pelo fato de que o bairro do PAAR também é palco de operações realizadas pela polícia e que quase sempre terminam gerando vítimas letais.

Assim, das 6.220 vítimas letais registradas como decorrentes de intervenção policial em 2018: 99,3% eram homens; 77,9% tinham entre 15 e 29 anos; e 75,4% eram negros (FBSP, 2019). Em 2019, quando se registraram 6.357 vítimas letais: 99,2% eram homens; 74,3% tinham até 29 anos; e 79,1% eram negros (FBSP, 2020). Das 6.416 vítimas letais decorrentes de intervenção policial em 2020: 98,4% eram homens; 76,2% tinham entre 12 e 29 anos; e 78,9% eram negros (FBSP, 2021).

Ao menos aparentemente, tais dados começam a apontar em uma sinistra direção que nos faz questionar de maneira não desprovida de realidade se há vítimas “preferenciais” nessas intervenções policiais ou se se trata tão simplesmente de uma trágica coincidência. Durante os diálogos realizados no campo, algumas das colocações apareceram nesse sentido: por que a polícia só faz vítimas entre negros e moradores de periferia, o que nos pode demonstrar que a sociedade tem refletido sobre essas questões e não se aceita mais passivamente certas explicações que surgem no bojo de acontecimentos fatídicos que envolvem a polícia.

A violência autodirigida, como se pode deduzir, difere da interpessoal em decorrência de ser aquela em que a própria pessoa se inflige sofrimento físico ou psicológico traduzindo-se como ideação suicida ou automutilação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 apontam um aumento de 0,4% nos números absolutos de suicídios no Brasil entre os anos de 2019 e 2020. Enquanto em 2019 foram registrados 12.745 casos, em 2020 foram 12.895. Em ambos os casos, não há variação estatística significativa entre as taxas, que é quando se interpretam os números em um grupo de

100 mil habitantes. Em que pese não se descer às minudências desses casos, aqui são declinados a título de exemplo de dados referentes à chamada violência autodirigida.

Por seu turno, o terceiro tipo de violência destacado pela OMS é a violência coletiva, caracterizada como uma violência instrumental que é perpetrada por grupos mais amplos (p. ex.: estados-nação, milícias, organizações terroristas) e cujos objetivos são direcionados para questões políticas, econômicas ou sociais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

Em outra tomada sobre conceituações de violência, em 1969, Johan Galtung apresentou o sentido do que ele intitula como “*structural or indirect violence*” (p. 170). Ocorre que o autor trata nesse artigo algumas dimensões sobre o que se entende por violência. Ao traçar algumas distinções do que se toma como tal, o autor propõe a questão sobre danos, físicos e psicológicos, que poderiam decorrer de ações violentas perpetradas por um uma pessoa contra outra de maneira direta ou não.

A questão por ele trabalhada serve a uma reflexão bastante atual e cujas consequências ampliam o horizonte de análise para algo bem mais profundo que a simples e mera assimilação de violência com criminalidade ou delinquência. Trata-se de saber “can we talk about violence when nobody is committing direct violence, is acting?” (GALTUNG, 1969, p. 170). De acordo com o autor, tanto quando a violência tem sujeitos e objetos claros, quanto quando não há um sujeito evidente, pessoas podem ser mortas ou mutiladas, feridas ou batidas e também manipuladas por meio de estratégias de repressão ou recompensa.

O fato diferenciador de ambos é que enquanto na sua forma direta as consequências podem ser rastreadas até pessoas em concreto, no segundo caso, quando essa violência não tem um agente específico, isso não é significativamente possível. Quando se pensa na estrutura, não haverá necessariamente uma pessoa que cause os danos a alguém, mas esta se encontra subsumida na própria estrutura. “The violence is built into the structure and shows up as unequal power and consequently as unequal life chances” (GALTUNG, 1969, p. 171).

Aprofundando a temática sobre a sua forma estrutural ou indireta, Minayo e Souza (1998) também consideram que a violência não pode ser tomada em seu significado singular, pois que consideram que ela é um dado plural e diferenciado cujas especificidades precisam ser consideradas. As autoras assumem um conceito de violência que leva em conta as ações materiais perpetradas tanto por indivíduos, quanto por instituições, e que ocasionam morte de outrem ou que afetam a sua integridade física, moral, mental e espiritual.

Para as referidas autoras, as teorias e explicações que visam dar sentido ao fenômeno da violência podem ser divididos em dois grandes blocos: se há os teóricos que advogam no sentido de que a violência é um dado inato à humanidade sendo tratada como resultado de necessidades

biológicas, psicológicas ou sociais, há também aqueles que afirmam que a violência tem causas sociais que se originam na dissolução da ordem, seja pela fraqueza do Estado, seja pela vingança dos oprimidos.

Se no primeiro grupo reside a ideia fundamental da subjugação de questões de cunho sociológico à determinação impassível da natureza, no segundo grupo tem-se a supremacia do dado sociológico sobre questões de foro biopsicológico e da própria ética. Nesse sentido, as autoras entendem os diversos grupos de teóricos da violência.

O primeiro grupo destacado por Minayo e Souza (1998) compreende autores que interpretam a violência como um dado inato ao ser humano a partir de uma assimilação entre a sociedade como um campo de lutas e as disputas existentes no âmbito natural; a agressividade verificada no cenário da vida social nada mais seria do que um reflexo daquelas disputas visualizadas na natureza dando-lhes um caráter natural e perene. Os dados humanos no que tange à agressividade, à disputa, aos conflitos estariam, destarte, subordinados aos dados biológicos, entre os quais o instinto da própria sobrevivência.

Não seria, entretanto, apenas a biologia a explicar o fenômeno da violência no meio social. Por trás da conduta violenta, ainda seguindo a esteira do primeiro grupo destacado por Minayo e Souza (1998), estaria também o componente psicológico. O ser humano, envolto nas transformações de então, tenderia a uma violência como fruto de seu não encontro nesse mesmo mundo em mudanças rápidas e, aparentemente, incontroláveis. Mudar, portanto, as relações sociais seria, antes de tudo, mudar o espectro de consciência do próprio indivíduo.

Nesse grupo, segundo as autoras, a questão central a ser enfrentada seria até que ponto a relação entre fatores sociais e fatores naturais (biopsicológicos) estariam coadunados a fim de que se tivesse, por fim, a clareza do ponto divisório entre ambos. Nem se pode abandonar as explicações aos ventos das transformações sociais, mas também não se pode buscar na natureza nua as explicações para a violência.

O segundo grupo de teorias a respeito das causas da violência se plantam sobre questões amplamente sociológicas. Os acelerados processos de industrialização e urbanização teriam, em certo momento, gerado cidades disformes e altamente comprometidas do ponto de vista do que hoje se consideram direitos sociais, tais como, a moradia digna. Assim, correntes migratórias teriam conduzido os núcleos urbanos a uma ocupação não planejada deixando os trabalhadores migrantes em locais propícios ao surgimento de favelas, as periferias. Nessas zonas periféricas grassariam a falta de ordem, a ausência de leis e, por conseguinte, a perda de elementos culturais homogeneizantes que caracterizariam esses lugares como perigosos (MINAYO; SOUZA, 1998).

O contraponto a esse conjunto de teorias e ideias se faz a partir de um desvelamento das intenções que o sustentam; em primeiro lugar, violência não é sinônimo de criminalidade e delinquência, dadas as suas múltiplas formas de existência; em segundo lugar, essa visão, ainda hoje presente em muitas rodas, aniquilaria a possibilidade de se ver essas populações, as das periferias, como vítimas uma vez que não se enxergariam as minudências de uma violência estrutural, tanto no sentido micro, quanto macro das relações existentes entre opressores e oprimidos.

Inspirados nas ideias de Sorel e Engels, o terceiro grupo de teóricos da violência a entendem enquanto estratégias de sobrevivência de camadas populares que se encontrariam na condição de vítimas das contradições gritantes do capitalismo (MINAYO; SOUZA, 1998). “As desigualdades sociais, o contraste brutal entre opulência e indigência, as poucas oportunidades de emprego, de ascensão social e remuneração condignas” (idem, p. 519) teriam como consequência a revolta dos pobres os quais buscariam, por meio da violência, tomar de volta o excedente que lhes fora tirado.

Caberia, nesse passo, questionar até que ponto ações violentas são exclusivas a uma ou outra camada da população ou grupo social particular, quer seja tomado do ponto de vista socioeconômico, quer seja étnico ou mesmo de gênero. Assim, visar-se-iam muito mais os aspectos de uma suposta justiça, ou sua reposição, do que propriamente se estaria a dar conta dos intrincados aspectos que regem a multiplicidade de relações entre os seres humanos. A redução dessas relações a uma tomada meramente econômica pode mascarar o aspecto, dizemos, central do que gera as desigualdades ora descritas, qual seja, o modelo social cuja gênese já é, por si, uma violência vez que segrega e divide as sociedades entre possuidores e despossuídos.

Por seu turno, no entendimento de Minayo e Souza (1998), o quarto grupo de teorias que se aventuram a tentar dar explicação ao fenômeno da violência é aquele no qual se advoga que ela seria o resultado da falta de autoridade do Estado, assimilando esse conceito à repressão e à dissuasão a partir dos aparatos jurídicos e policiais.

Aqui, o Estado seria um ente neutro, mas preocupado em apenas manter a ordem da qual toda a sociedade seria beneficiária; o papel arbitral dessa instituição poderia ser visualizado e entendido como meramente funcional e alheio às questões de classe, dos interesses econômicos, políticos e sociais. Nesse conjunto de teorias as ideias de intelectuais e do senso comum se coadunariam em advogar a favor da força repressiva do Estado como sendo algo indispensável ao estabelecimento e à manutenção da ordem para se alcançar o progresso. Destarte, não se



consideraria a violência do Estado como algo negativo, uma vez que ela seria utilizada em vista de algo maior: o bem-estar geral (MINAYO e SOUZA, 1998).

Tais entendimentos parecem estar muito próximas às inúmeras falas escutadas em reportagens e documentários sobre ações policiais que muito frequentemente tomam conta de TVs e jornais, como também de outras mídias sociais; são matérias jornalísticas e vídeos de diversas plataformas que mostram prisões de suspeitos, invasão de domicílios, xingamentos a cidadãos, palavrões, agressões físicas, interrogatórios à revelia do devido processo legal e psicológicas e tudo revestido de uma aparente legalidade vez que os agentes públicos usam do discurso de proteção a um fantasmagórico “cidadão de bem” em benefício do solapamento dos direitos individuais. Algo muito similar ao que Pacheco de Oliveira (2016) expõe no que tange às comunidades-alvo do processo de neo pacificação no Rio de Janeiro.

No Estado do Pará, especificamente na Região Metropolitana de Belém, as grades de programação de algumas das principais emissoras de TV aberta exibem já há bastante tempo programas que se caracterizam por uma proposta de “mostrar a vida como ela é”, seguindo um padrão do que se chama dentro do jornalismo de subgênero policial. Nesse sentido, se destaca a TV Rede Brasil Amazônia de Televisão (TV RBA) cujo grupo detém ainda um jornal impresso (Diário do Pará), rádios e um portal de notícias (Diário Online). No que concerne à programação televisiva, inúmeros são os programas que se caracterizam por esse tipo de jornalismo.

A maneira de dar a notícia e interpretá-la é, em todas as vezes, sempre pela ótica da polícia e abonando as piores truculências que porventura aconteçam durante a ação policial, sempre em vista do benefício de um imaginário “cidadão de bem” cujas características ou fisionomia nunca é revelada.

Aparentemente, considerando o quadro acima descrito no que tange à violência, poder-se-ia entender, como Arendt (2022) assentou, que o cotidiano violento pelos quais a sociedade vive tem o efeito de não mais fazer da violência algo a ser discutido, seja porque ela é um dado real e evidente, seja porque ela já não mais causaria espécie nas sociedades humanas. A questão é que Arendt amplia a noção que se tem sobre a própria violência, especialmente por colocá-la em correlação com o poder.

Como mencionado no início deste capítulo, a novidade da abordagem de Arendt (2022) reside em não assimilar poder e violência, como se fazia até então. É provável que todo o rol de acontecimentos de que Arendt foi contemporânea a tenham feito olhar para além da simples naturalização da violência e tenha ido em busca de compreendê-la enquanto instrumento em

um processo mais amplo, afinal, onde impera a violência, não há exercício do poder (ARENDR, 2022) (FEITOZA, 2021).

Tal impossibilidade de assimilação decorre, conseqüentemente, pelo fato de que o poder, segundo ela, advém de uma concessão dada por um grupo a alguém que lhe vai estar acima; nesse sentido, ele se aproxima mais do conceito de política. Uma vez desaparecido o grupo ou sofrendo quaisquer alterações, finda-se também o poder de que o indivíduo era o representante (ARENDR, 2022).

De outro lado, destaca-se a fisionomia instrumental na violência, mas não sem adendar o fato de que tais definições podem não ser vistas de pronto no mundo real, mas delas são retiradas. Nesse sentido é que Arendt (2022) acrescenta de que o dado instrumental da violência é também visível no fato de que ela, justamente por não ser o fim em si, precisa de justificativas constantes a partir exatamente do fim pretendido.

Não se poderia aqui deixar de citar os inúmeros casos em que, logo após verificadas ocorrências violentas em operações policiais, quase sempre com dezenas de corpos exterminados, as autoridades da cúpula das polícias e da segurança pública fazem coletivas de imprensa e, na mais das vezes, jamais para dizer que o Estado agiu com truculência, mas para informar à população que se lamenta pelas perdas de vidas, mas que a violência, mesmo a letal, foi necessária em virtude de que foi preciso revidar injusta agressão ou que os ceifados eram criminosos.

Entretanto, as acepções acerca da violência que ora declinam-se nesse trabalho servem para que se possa ter em mente a diversidade de possibilidades que se abrem quando a tentativa é no sentido de entender esse fenômeno social tão cortejado por governos e instituições; utiliza-se o verbo cortejar em sua semântica mais própria, uma vez que, enquanto pauta política, ela é a responsável pela elevação e queda de inúmeros programas político-administrativos, seja em nível local, seja em nível nacional.

Questiona-se retoricamente, contudo, a validade de tais variações para o estudo que se empreende na presente pesquisa. Por óbvio, conclui-se que há importância em todos os apontamentos realizados pelos autores e autoras retrocitados; mesmo os números e as estatísticas trazidas nesse bojo podem, a título de exemplo, ser úteis para demonstrar que há relevância nessa temática, a despeito do que outrora já afirmamos de que não se pode parar nos números sem que se compreendam as pessoas e suas histórias, das quais as manchetes jornalísticas e os gráficos governamentais se exoneram de dar a conhecer à sociedade.

Assim, a compreensão política da violência, mormente quando se utiliza o Estado e suas forças como categoria a ser analisada, e seu contraponto com o exercício do poder,

arrazoamento presente largamente em Arendt, pode resultar em uma macro compreensão de correlação de forças entre países e/ou dimensões dentro de um mesmo Estado; contudo, não se cuida nesse trabalho dessa questão específica, ou seja, das relações políticas que circundam a violência ou da violência enquanto consequência de processos políticos e embate de forças e exercício de poder.

Mesmo reconhecendo a importância histórica, conjuntural e lógica que a compreensão arendtiana trouxe a esse debate, quer seja em seu tempo, quer seja ainda nos dias atuais, há que se buscar compreender a violência como uma consequência de outros elementos que se manifestam ora visivelmente, ora invisivelmente, na vida e nas relações entre os indivíduos de determinado local. Nesse sentido, Žižek (2004) oferece caminhos profícuos para fazermos essa compreensão.

### 3.1. A tríade žižekiana que direciona a visão e a apreensão do fato

A linha de raciocínio a respeito da violência enquanto elemento de fundo para a pesquisa que ora se realiza leva agora a buscar em um filósofo esloveno proposições que possam ajudar a melhor embasar a teoria que temos apresentado a respeito dessa temática. Trata-se de Slavoj Žižek. Em primeiro lugar, objetiva-se cuidar da assim chamada visão em paralaxe no que tange aos aspectos da violência (ŽIŽEK, 2008).

Iniciemos essa abordagem pela lembrança de como se fazia para responder a problemas geométricos que exigiam, no ensino básico, que se encontrasse o tamanho de distâncias consideráveis, como, por exemplo, a distância entre um observador e uma árvore do outro lado de um caudaloso e perigoso rio. Bastava que se aplicasse um princípio simples: o da triangulação. Tomando-se a árvore como ponto A, seguia-se uma linha base até o ponto B (primeiro observador) e o terceiro ponto (C) sendo o segundo observador. Dentro dele, devia ser construído um triângulo menor semelhante ao maior que podia ser CDE; assim, a AB e AC são as direções do objeto, vistas de cada extremidade da linha base. Logo:

$$\frac{AB}{BC} = \frac{DE}{EC}$$

Como se consegue calcular as distâncias BC, DE e EC, então é possível calcular o lado AB que é a distância  $d$ . Mas, as lições que surgem dessa experiência não param por aí. Quem já passou por situação semelhante sabe que, quando o observador se encontra no ponto B, sua percepção do objeto não será a mesma de quando se coloca no ponto C. É justamente a esse deslocamento aparente na direção do objeto observado (a árvore) causado pela mudança de posição do observador que se chama paralaxe. Trata-se de um dispositivo biológico do sentido

da visão humana (estereoscópica) que leva a um cálculo aproximado da distância dos objetos pela diferença de ângulo, considerando os dois olhos. E mais: quanto maior for a distância, menor será a paralaxe.

A redução desse conceito a uma mera discrepância de posição do observador em relação ao objeto poderia ser mais pacificamente enfrentada enquanto se faz a introdução às classificações de Žižek sobre a violência; contudo, julga-se que é importante, antes de se chegar lá, ir buscar o que o autor propõe como uma tríade no que concerne a uma melhor compreensão do estado de coisas em que a sociedade se pode encontrar.

Žižek (2008) trata a visão em paralaxe como uma visão em constante mutação no que concerne aos fatos e que tal mutação advém justamente da variação do ponto de vista do observador, o que ele define como sendo o padrão; ocorre que a essa definição saída das lições das ciências naturais, Žižek acrescenta o fator filosófico; dessa maneira, não se trata apenas de uma visão subjetiva condutora de diferenciação tão-somente pela mudança de posição, ou seja, não é o mesmo objeto visto de ângulos de posição diferentes.

Trata-se, isso sim, da mediação que é inerente tanto ao sujeito, quanto ao objeto; entra-se, desta maneira, em um exercício de complementaridade entre este e aquele. A mudança não existe apenas no exterior, mas é também inscrita de maneira epistemológica no ponto de vista do sujeito o que reflete a mudança ontológica do objeto mesmo (ŽIŽEK, 2008).

Destarte, entre os pontos de observação B e C sobre a árvore A incidem fatores que levarão B a enxergar uma parte apenas do que A apresenta, na medida em que C focará aspectos não identificados por B em A. Nesse caso, não acudiria razão aos que propugnam por uma liberdade de interpretação dos fatos sociais? Em outros termos: essa dissertação está sendo escrita entre o fim da pandemia de COVID-19 e os alvares de descobertas de esquemas sórdidos de solapamento da ordem democrática no Brasil coincidente com a troca de governo de turno.

Tanto durante a pandemia, quanto agora, vozes de grupos conservadores exigem sobre si o manto da liberdade a ensejar a possibilidade da divergência e da não aceitação da imposição de postulados, quer sejam científicos, quer sejam jurídicos, tendo como subterfúgio justamente, ainda que inconscientemente, a mudança de ponto de observação do sujeito com relação ao objeto. Na esteira da discussão que ora se empreende, poderíamos tratar da própria questão da violência.

Atos que poderiam ser classificados como violentos (a invasão das sedes dos poderes da República, por exemplo) não poderiam ser *a priori* tidos como tal, vez que isto poderia ser escrutinado pela ótica estereoscópica relativamente ao ponto em que o observador se encontra. Contudo, crê-se que as coisas não são exatamente desta maneira; sinal disso é o que já aqui foi

afirmado com o socorro de Žižek (2008): não se trata apenas e tão-somente de uma mudança geográfica, mas sim variação epistemológica e ontológica. Nessa linha de raciocínio, não há que se deixar de lado a tríade da qual o triângulo ABC pode ser tido como parábola, afinal

Em sua escrita, Žižek demonstra diferentes situações sociais nas quais aquilo que é tomado como verdade, de fato não passa de ilusão. Como se fora ficção, a realidade ludibria o homem, envolvendo-o nas malhas do Simbólico e impedindo-o de enxergar a verdade dos fatos. E é justamente nesse contexto, na relação entre o Real e o Simbólico, que é possível identificar como a ideologia opera (DE ARAÚJO, 2020, p. 321).

O Real, o Simbólico e a Ideologia são vértices da visão paraláctica como a questão a ser realmente enfrentada na busca por compreender, entender, visualizar e discernir o que se apresenta à frente do indivíduo. Se aqui se busca imergir nessa discussão é porque isso, a nosso sentir, é importante para que se possa pavimentar o caminho rumo à compreensão daquelas adjetivações que o filósofo esloveno faz sobre a violência.

Ao problematizar a questão do Real, Žižek nos propõe uma reflexão ampla não apenas sobre o modo como se pode ver as coisas, mas sobre as próprias coisas a serem vistas. A primeira questão é que não dá para simplificar o entendimento do que seja o Real; não há solidez nessa dimensão. Dessa maneira, há dificuldade de se lhe penetrar, ver, conhecer. O que enxergamos é apenas o que lhe recobre. Então, o que de fato está em nossa frente?

O Real só pode ser apreendido a partir de suas fagulhas. A partir do Simbólico. É isso que constitui a realidade: o simbólico, que abre então a possibilidade de alcance de parte do Real. Assim, ao enxergarmos um ato violento, o que realmente estamos vendo? A questão parece interessante, mas não tão importante quanto à sua congênera: de que maneira e por que lentes estamos vendo? As ocupações de áreas como a que ocorreu no bairro do PAAR, originalmente um conjunto habitacional, são atos violentos em si ou essa classificação depende de outro fator, presente no contexto em que tal ocupação se realizou? O direito à propriedade é maior que o direito à moradia digna? A resposta a esse modo de ver se dá justamente pelo terceiro vértice dessa tríade: a Ideologia.

Esta, em Žižek, funciona como lentes pelas quais se vê a realidade, por sua origem, carregada do Simbólico; é mediadora entre o observador e o objeto. Destarte, uma vez que não se pode alcançar o Real, dada sua gênese invisível, apreende-se a realidade pelo Simbólico e isso não se faz sem a mediação da Ideologia como um foco de ajuste da visão o que, grosso modo, corrobora com aquela lógica em que a divergência paraláctica não está meramente na posição geográfica.

Em suma, há que se considerar nos fatos sociais o não alcance do Real como tal se não apenas por meio do contato com aquilo que lhe é imanente, qual seja, o Simbólico; é este que, uma vez apresentado na realidade, permite o contato com aquele. Nessa correlação entre Real e Simbólico – que preenche a realidade –, se apresenta a Ideologia como mediadora.

### **3.2. A violência em Žižek**

Iniciamos as tratativas a respeito da violência por considerá-la em sua semântica e as derivações dela. Assim, a coligação entre violência e crime, ou o entendimento de que esse é um decorrente daquela, não é mera formalidade senão também é um meio de se aproximar da realidade que permeia não apenas o cotidiano, mas o imaginário de ampla margem de pessoas na sociedade que, sem exagero ou erro, não conseguem ampliar a visão para o Real violento.

De outro lado, trilhou-se também abordagem a respeito do entendimento da violência enquanto um dado político, ou de negação da política, na qual as determinantes passam por entre sistemas políticos, especialmente se tomadas as possibilidades de o Estado agir ainda que corra o risco de substituir o exercício do poder que lhe é preponderante pela violência aberta. Em que pese se julgue que essa é uma necessária discussão, compreende-se que trazê-la à base dos acontecimentos fáticos, especialmente o que serve de ponto de partida a essa pesquisa, poderia não ser tão útil quanto se observa a uma primeira vista.

Afinando, contudo, a visão para uma abordagem mais próxima àquilo que se pretende investigar nessa pesquisa, será travado diálogo com Žižek (2014) a fim de que se possa desvelar itinerário mais assentado ao que se observa no bairro em que a pesquisa se desenvolveu e, a nosso ver, pode ser mais útil para visualizar as nuances que se pretende alcançar.

Em primeiro lugar, há que se ponderar que este é um autor que sempre propõe olhar os fatos para além da superficialidade com que eles se nos apresentam em muitos casos. Abandonar o simplismo e estar preparado para o desafio de enxergar as circunstâncias e recalibrar o entendimento. Se anteriormente tratamos da visão em paralaxe não é por menos: esta é, a nosso ver, a exigência para o surgimento de respostas aos fenômenos analisados.

Assim, a violência não ganha apenas um relevo do que ela aparenta ser e se evita, por conseguinte, buscá-la no Real das coisas, dado que esse Real subjaz, isso sim, apenas em um solo não sólido, não palpável, mas com ele se mantém contato por meio da realidade, esta sim, prenhe do Simbólico que, muitas vezes, nos passa despercebido. Troca-se a realidade pela ideia do Real e acaba-se por convencer-se de que isto sim é o existente, induzindo, nesse sentido, a não consideração da Ideologia que, como antes afirmado, é mediadora entre os dados da realidade, do Simbólico e do Real efetivo.

O efeito didático das explicações que seguem auxilia bastante ao entendimento das inter-relações que se vai buscar construir até que se chegue à demonstração de como essa teoria se fez presente no desenvolvimento do campo, na pesquisa propriamente dita, junto aos indivíduos cujas vivências e convivências se procurou investigar.

Assim, é o próprio Žižek que nos explicita, *in verbis*:

a violência subjetiva é somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma violência “simbólica” encarnada na linguagem e em suas formas [...]. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo violência “sistêmica”, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político (ŽIŽEK, 2014, p. 17) (destaques no original).

Sem ainda entrar nas questões relativas à emergência do tema da violência nem na construção do medo<sup>5</sup> como um construto cínico, mas eficiente de controle social, também presentes em Žižek, detenhamo-nos no pormenor do que de chamativo há nessa violência a qual ele de subjetiva.

Sobre isso, o autor assinala que “a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência” (ŽIŽEK, 2014, p. 17). É esse o tipo de violência que acaba por ser a degradante de uma pretensa normalidade, a qual é inerente ao ambiente da própria violência objetiva com sua desfaçatez contingenciadora que determina que a violência se restringe ao fato de alguém ferir, letalmente ou não, outrem no ambiente escolar.

Tomando como referência os dados sobre homicídios trazidos a esse texto, é lícito dizer que são justamente esses os fatos que, servindo a um propósito midiático, também tem o condão de manifestar a perturbação no *status quo* de uma aparente normalidade; a violência subjetiva, aquela que impacta diretamente aos sujeitos e suas vivências e convivências, alarma, inquieta, preocupa e, no fim da linha, é fonte de renda. É provável que essa seja a causa de que programas de TV, em proporções cada vez maiores, parem onde escorre o sangue, sem entrarem no que está por trás e ao redor deste mesmo sangue.

---

<sup>5</sup> Essa dissertação está sendo escrita em meio aos eventos que tiveram lugar no Brasil após a semana santa e que concernem à assim intitulada “violência nas escolas”. Em que pese nesses eventos boa parte das reflexões de Žižek poderem ser encontradas, o que nesse momento queremos por em evidência é a capacidade de a sociedade ser, de fato, levada a ver as coisas onde elas não estão, ou vê-las de maneira miúda, sem se dar conta da imbricação fática entre o Real, o Simbólico e a Ideologia.

A irrupção da violência como ato efetivo não cega o indivíduo; essa violência subjetiva pode ser interpretada como o desvio do ponto de observação característico de uma visão paraláctica sobre a própria violência, mais ainda quando se dá a emergência desse fato social.

Modelo e exemplo disso foram as movimentações em torno dos planos nacional, estadual, municipal e para cada unidade de ensino, público ou privado, concernente à assim chamada “cultura de paz nas escolas”. Tratou-se de se dar respostas ao mais novel dos problemas e colocar em curso soluções para problemas desconhecidos. As escolas pelo Brasil afora eram orientadas a promover ações, palestras, eventos, manifestações para se abordarem as questões da violência; ideias as mais alegóricas possíveis surgiram, nas esferas legislativa e executiva.

Portas com detector de metais, portas giratórias, revistas em mochilas, escalonamento de entrada e saída, proibição do porte de tesouras, redução de maioridade penal e permissão para que professores/as portem armas de fogo em sala de aula; observando as “propostas” surgidas no bojo da “emergência” da violência no ambiente escolar, não se vê, por exemplo, nenhuma discussão acerca do sistema escolar brasileiro fortemente calcado na meritocracia e na habilidade de repetição de conteúdos e fórmulas, tão violento em suas consequências – vez que reproduz sempre e sempre o modelo social vigente – quanto os fatos visíveis para os quais mães e pais exigiam soluções.

O papel que a mídia e as instâncias decisórias de poder exercem nesse momento está sendo decisivo para que as visões se desloquem e, nas mais das vezes, se descolem do que, grosso modo, chama-se pelo genérico nome de realidade, afinal “a tarefa é precisamente *mudar de assunto*, passar do desesperado apelo de SOS humanitário para acabar com a violência à análise desse outro SOS” (ŽIŽEK, 2014, p. 25). O mais notável, entretanto, é como tal comoção surge diante das múltiplas formas da violência subjetiva e, ao mesmo tempo, mascara os princípios mesmos das múltiplas faces da violência objetiva.

Já é da ciência do leitor que a presente pesquisa tem um evento determinado em torno do qual a coleta de dados e as análises posteriores serão construídas. *A priori*, a questão é referente à violência subjetiva já que envolve indivíduos em sua concretude a contrastar com a abstração da humanidade como vítimas de violência, especialmente a letal. Interessa, nesse sentido, não se prender ao evento, mas procurar desvendar o que lhe fica no entorno e segue como derivativo dele.

Se o sentido que acode à violência subjetiva pode ser aplicado ao caso concreto – o que será analisado em seção própria –, é preciso que se busque desnudar o contexto carregado do que se chama de Simbólico, ou seja, a ordem das coisas que se encontram subsumidas no que se chama de violência objetiva, a qual “es invisible porque sostiene la normalidad y a partir de



ella se construye la forma hegemónica de concebir la violencia y es la que legitimamos” (GONZÁLEZ, 2021, p. 316).

Dentro do que se denomina de objetiva, Žižek (2014) divide-a em sistêmica e simbólica. Em primeiro lugar, se deve reafirmar que esta é uma violência invisível; tal invisibilidade é exatamente o trabalho eficiente da atuação da Ideologia que serve de lente entre a aproximação do Real por meio do Simbólico; destarte, como a realidade é construída simbolicamente, qual não deverá ser o resultado da Ideologia para os fins de se compreender a violência, segundo o que estamos aqui a debater?

Ocorre que “muito dificilmente se procuraria uma bala quando uma explosão acontece” – diria uma personagem de um dos filmes de Sherlock Holmes ao investigar o assassinato de um indivíduo alvejado com um tiro na testa em meio à explosão de um teatro causada pelo próprio assassino. Em sentido oposto, quem se preocuparia com as dezenas de crianças mortas pela fome em determinado período de tempo se tem um corpo a ser filmado nas ruas de uma grande cidade?

Quem estaria disposto a levantar questões acerca das severas incongruências sociais, econômicas e políticas que acometem os indivíduos moradores de áreas periféricas, que muitas vezes não tem nem mesmo seu acesso a direitos básicos assegurado, quando o que importa é mostrar a ação policial de um suposto combate ao crime mais ainda quando o resultado foi o “cancelamento do CPF” de um pretense marginal?

Mesmo aí (a expressão entre aspas é um jargão utilizado por um conhecido apresentador de TV), é possível enxergar derivações fáticas da afirmação žižekiana de uma das faces da violência objetiva, qual seja, a violência simbólica, “la cual está incorporada en el lenguaje y sus formas” (GONZÁLEZ, 2021, p. 316). Exatamente essa é mais uma das camadas da análise que ora se empreende: de que maneira a operação dispositiva da violência subjetiva – encarada cotidianamente em bairros como o PAAR – é também, e de forma paradoxal, o escondimento mesmo da violência em suas formas mais perniciosas pois que se situam na base de toda a dinâmica da violência.

Em um dos diálogos em campo – com a única senhora que não apenas autorizou usar seu nome, mas até mesmo pediu que assim o fizesse –, dona Ivânia afirma: “*Olha, Fernando, aqui no setor, a violência tem um início: as drogas*”. O que poderia ser uma visão elementar de quem convive em meio às mazelas sociais, estruturais e econômicas já há décadas, se revela como uma das mais diretas constatações dos dispositivos de operação com que a desfaçatez da violência sistêmica se articula. E aí, retornamos à obviedade já anteriormente enunciada: é preferível problematizar a morte de um usuário de entorpecentes que haja ficado com dívida na

“biqueira” do que o ciclo vicioso de financiamentos – inclusive a políticos – supostamente feitos pelo crime organizado e pelo narcotráfico.

Em suma, o caráter instrumental destacado por Arendt a respeito da violência faz que o poder seja um fim em si mesmo e, em que pese ela distinguir um do outro, sempre haverá um caminho percorrido em dupla, ora pela proximidade, ora pela anulação de um para com o outro. Essa perspectiva dualística é encarada por Žižek que, em última análise, entende que o poder não existe sem a violência.

### **3.3. Em busca das múltiplas formas da violência: trabalhos correlatos**

Na perspectiva de demonstrar que as formas de violência – sejam dos modos apontados por Žižek (2014) ou não – fazem parte da preocupação de pesquisadores nas mais diversas áreas de conhecimento, propomos acompanhar alguns trabalhos que podem ser comparados a esta pesquisa, quer seja pelo método, quer seja pelos objetivos. Nesse sentido, selecionamos alguns trabalhos entabulados no cenário da violência para, ao final, podermos demonstrar a atualidade dos debates que se fazem acerca dessa temática.

Nesse sentido, Fazzioni (2019) objetivou “refletir sobre a relação entre violência armada e políticas públicas de saúde a partir de uma etnografia realizada em uma unidade de atenção primária à saúde” (p. 167). Propondo pensar nos embates conflituosos, marcados quase sempre pelas trocas de tiros no Morro do Alemão, como “eventos críticos” a autora buscou colaborar com o debate sobre as diversas formas de violência, especificamente no que tange à sua interface com a saúde mental dos moradores assistidos pela Estratégia Saúde da Família (ESF).

Fazzioni (2019) acompanhou o trabalho de equipes de atenção à saúde, visitando algumas ruas e casas da comunidade. Sua hipótese de que o adoecimento dos moradores adviria das condições violentas em que se encontram residindo é refutada pelos resultados da pesquisa, na qual ela encontrou inúmeras situações as quais poderiam ser, grosso modo, refúgios para o enfrentamento dessas mesmas violências; nesse caso, a pesquisadora logrou encontrar que a violência (subjativa, nos termos žižekianos) já faz parte da vida mesma dos moradores a ponto que eles mesmos utilizam o riso e a piada como formas de se referirem aos “eventos críticos”.

Santos e Silva (2022) empreenderam estudo etnográfico a fim de analisarem e compreenderem os desdobramentos da violência armada na Educação Física de crianças que estudam em uma escola localizada em área onde são os constantes os enfrentamentos entre policiais e comerciantes de drogas. Valeram-se de técnicas de observação participante e entrevistas para, ao fim, constatarem que os efeitos dos tiroteios na parte externa da escola não apenas afetam o cotidiano de estudantes e docentes, mas acabam por impactar toda a sua vida,

uma vez que o “efeito fantasma” os acompanha e é responsável pela evasão e abandono escolar para ambos.

De Oliveira e Pontes (2021) procuraram analisar as violências sofridas por ativistas LGBT no contexto da cidade de Belém do Pará; optaram por utilizar o método etnográfico de pesquisa “pois apenas com uma pesquisa de campo é que seria possível compreender de forma concreta as vulnerabilizações sofridas por defensores de direitos humanos” (p. 2). Durante o trabalho, os autores entrevistaram cinco indivíduos por meio de questionamento previamente elaborados, mas flexíveis, a fim de que pudessem extrair mais e melhores informações a respeito da problemática investigada.

Ao fim de sua pesquisa, De Oliveira e Pontes (2021) levantaram a existência três níveis de impacto causados pela violência: em nível social, em nível interpessoal e em nível intraindividual. Há impactos de nível social positivos, como, por exemplo, o estreitamento dos laços com outras pessoas LGBT, criando um sentimento de comunidade entre eles e elas, mas há também os que são negativos, como as restrições de sociabilidade vistas pelos autores como “forma de proteção” de violências.

Impactos de nível interpessoal dizem respeito a uma postura de defesa mesmo em relação a familiares e colegas de trabalho, isso enquanto aspecto negativo; como aspecto positivo, há pessoas LGBT que se sentiram mais acolhidos por seus familiares e colegas, visto que eles se tornaram mais respeitados por aqueles (DE OLIVEIRA e PONTES, 2021).

Por fim, do ponto de vista dos impactos de nível intraindividual, os autores destacaram que a abusividade da família e os ataques sofridos em público causam prejuízos à autoestima das pessoas LGBT, causando ainda situações de declínio da saúde mental em decorrência do estado de vigilância constante, vez que se sentem sob ameaça iminente de alguma violência (DE OLIVEIRA e PONTES, 2021).

A leitura e análise desses trabalhos se faz à guisa de demonstrar pesquisas recentes que se referem à violência e cujos autores se utilizaram de metodologia etnográfica sem estarem especificamente no campo da Antropologia. A compreensão de um determinado fato social por meio de imersão em situações que muitas vezes são desconhecidas do pesquisador traz como consequência mudanças de olhares e de sentidos a partir do contato com indivíduos tidos como Outros.

Diferentemente das pesquisas citadas – selecionadas entre várias outras –, este presente trabalho busca investigar e analisar fatos e contextos também com características de violência, mas não a partir da imersão no estranho, mas no diferente que é o mesmo.

#### **4. OS EFEITOS DAS VIOLÊNCIAS NAS VIVÊNCIAS E CONVIVÊNCIAS**

Nesta seção apresenta-se a concretude da pesquisa e também se faz a discussão dos seus achados à luz da literatura estudada, das informações obtidas e das observações e diálogos com sujeitos residentes no entorno da área do Bosquinho do PAAR, mas não apenas da Alameda São Paulo, mas também da Avenida Rio Tapajós.

Antes, contudo, de chegarmos a essa parte do trabalho, é importante relembrar alguns pontos e descrever outros. Assim, não tenho exata noção de quando estive pela primeira vez na área de pesquisa desse trabalho. Talvez em fins da década de 1990 e início da década seguinte; estive aí por conta de atividades religiosas desenvolvidas na paróquia de São Vicente de Paulo. Aqui é necessário que se ratifique ao leitor que o fator da religião tem uma certa predominância na conjuntura metodológica dessa pesquisa; afinal, o autor iniciou sua trajetória no bairro em 1994 e em 1996 começou a atuar como catequista, em seguida como animador nas comunidades, visitador, coroinha e coordenador de algumas pastorais. Dos interlocutores da pesquisa, apenas três tem uma ligação mais forte com a comunidade católica, enquanto os demais ou apenas participam esporadicamente ou não participam da comunidade.

Não figuram como interlocutores dessa pesquisa lideranças religiosas de destaque na hierarquia como padres ou freiras, por distintas razões: no primeiro caso, a falta de vivência na vida da comunidade foi entendida como um dificultador na abordagem que se pretendeu fazer e, no decorrer da pesquisa, outro sacerdote assumiu a paróquia, pouco conhecendo, portanto, da realidade etnografada; quanto ao segundo caso, elas preferiram não participar afirmando em conversa preliminar que jamais se tocasse nesse tema com as famílias da comunidade, menos ainda com a de Ivânia, que viria a ser importante interlocutora, quiçá a principal para essa pesquisa.

Assim, retomando aos fins de 1990, não havia ainda as ruas asfaltadas e as casas ainda não tinham as boas melhoras que hoje possuem; a Avenida Rio Tapajós ainda não era ocupada à altura do Bosquinho; as muitas famílias que moravam o fim dessa rua eram pródigas em crianças que, quase sempre, estudavam em escolas um pouco distantes do local. Os sujeitos ali residentes precisavam andar meio quilômetro até o ponto de ônibus mais próximo – e ainda hoje é assim.

Quase sempre nas casas estavam as mulheres. Os homens saíam para trabalhar. Cena comum nesse momento eram as mães indo deixar e buscar as crianças nas escolas; a vida, contudo, que poderia parecer tranquila, guardava consigo a marca do que está na ótica dessa

pesquisa. Nas falas de Ivânia Borges: *“Nós sempre tivemos essa preocupação, não dava pra ficar tranquilo... quantas vezes a polícia passou pelo quintal da gente pra pegar bandido”*.

Sobre esse passado, da fala de um morador – ligado à comunidade católica – entendo que sua observação é que sempre houve violência em toda a parte; vindo de um bairro de Belém, ele me relatou sobre diversos episódios ali ocorridos e que, quando de sua chegada ao PAAR, ainda na primeira parte da década de 1990, o bairro era como qualquer outro.

O fato é que aos poucos, crescendo em idade e responsabilidades na área pastoral, também foi necessário conhecer, ou melhor, familiarizar-se com pessoas, ambientes e situações diversas daquilo com o que estive sempre habituado a ter relação. Foi nesse momento que fui convidado a ser o padrinho de uma criança cujos pais, bastante novos em idade, residiam na Avenida Rio Tapajós, quase na esquina da Alameda São Paulo, em casa dos avós paternos de meu afilhado. Os avós maternos residiam na Alameda São Paulo.

Por conta disso, muitas foram as tardes em que me detive em conversas sobre outras famílias do entorno; também, muitas foram as vezes em que tive notícia de atos de violência ocorridos com este ou aquele morador, com esta ou aquela vizinha; de igual modo, foi possível ser espectador de contendas entre jovens que por ali moravam.

Recordo de uma tarde de fins de carnaval em que, estando em casa dessa família na Avenida, brincando com meu afilhado, vi que uma confusão começara na rua, a poucos metros da casa. Ao olhar pela janela, vi dois jovens – dos quais sabia o nome de apenas um, ou melhor, o apelido pelo qual o chamavam – em luta corporal. Balu derrubou o oponente quase no meio-fio da rua e, ato seguinte, socou a cabeça deste com um dos pés, gerando um barulho que até hoje ecoa na minha memória e que não tenho com o que comparar.

Dias depois desse fato, Balu foi surpreendido em uma festa com um soco e tentou revidar; talvez algum parente do jovem agredido buscava vingança; o certo é que alguém o golpeou enfiando-lhe uma faca no abdome e a levantando alguns centímetros. Balu foi socorrido e, passadas algumas semanas, saiu do hospital; à época, as pessoas que comentavam o fato diziam que ele saíra sem nenhuma sequela dessa agressão. Era uma personagem temida, mas que já fazia parte da vida dos sujeitos daquela área do bairro de tal maneira que, quando se mudou, muitos afirmavam sentirem falta dele.

Sobre Balu, diziam que ele era usuário de drogas e que sempre tivera um comportamento agressivo; bebia bastante e, vez ou outra, podia ser visto andando bêbado pela rua, especialmente no início das manhãs; lembro-me de ouvir as pessoas se referirem a ele como “rapaz”, nunca como “bandido” ou “marginal”. Nunca ficou claro se seus vizinhos o tinham

como ameaça ou como um mero rapaz da vizinhança; o certo é que nunca houve notícia de que ele tivesse sido detido ou mesmo enfrentado por alguém dali sobre sua conduta.

A briga há pouco narrada, percebida agora e revisitada sob o tom da memória, leva a perceber uma certa convivência “pacífica” com algumas situações que poderíamos chamar de violentas. Por que as pessoas que estavam sentadas à beira das calçadas não intervieram? Por que nem mesmo os parentes de ambos não se envolveram na confusão? Qual o motivo de ninguém ter acionado a polícia – que muito constantemente estava, e sempre está estacionada junto a pequenas vendas existentes no entorno?

Tudo isso se via como o ponto mais visível da violência. No sentido de Žižek, eu percebia a violência subjetiva como o problema daquela área do bairro e nisso forçara sempre o discurso – em reuniões de Igreja, especialmente – de que deveríamos ir “em busca” desses jovens que, uma vez que não tivessem perspectivas de desenvolvimento humano, eram os perpetradores de perturbações à paz das famílias daquela e de outras comunidades. Nisso me detinha sempre ao falar com as lideranças religiosas da paróquia.

Entretanto, foi quando acompanhei as vicissitudes de uma família moradora da Alameda São Paulo, especialmente da mãe, que vi que a violência também tinha outro componente. Lembro-me de que até aquele momento – talvez pela influência de uma visão conservadora – eu tinha como concepção aquele “mito da polaridade” (SOARES, 2010) sob o qual de um lado se encontra a polícia e de outro está o tráfico, nesse caso, o bandido.

Nunca consegui entender o porquê, mas quase sempre pessoas com problemas graves, e outras nem tanto, me procuravam para tratar sobre esses problemas e buscar junto a mim alguma solução. Pessoas simples, mas de uma generosidade nobre, talvez vissem no “sacristão” – como me chamavam uns, e “futuro padre”, outros – alguém com maiores chances de aconselhar e direcionar algumas dessas situações. Assim foi quando recebi o telefonema – já aqui relatado – vindo da mãe dessa família que pedia ajuda de um advogado.

Passado algum tempo daquele pedido e buscando entender melhor a situação, lembro de ter visitado a casa dessa senhora. Entendi à época que eram vítimas de uma possível extorsão por parte de policiais que atuavam ali pela área; dizia aquela senhora que já havia conversado com esses policiais, explicando sua situação de pobreza econômica, mas nem isso os havia feito parar com as cobranças, a qualquer hora do dia ou da noite.

A renda dessa família – que também está no centro do evento de 2018 – vinha de pequenos serviços feitos pelo pai a alguns vizinhos, dos trabalhos esporádicos que a mãe fazia e de uma aposentadoria que a idosa da casa recebia, uma senhora, cujo nome não poderei declinar a

pedido de participantes dessa pesquisa, de mais de 70 anos, então morando em sua própria casa, na mesma rua, e também atuante na paróquia, apesar da idade.

Assim, essa família recorria às vezes a empréstimos das mais diferentes pessoas a fim de darem conta de pagar os valores aos policiais e fazer o sustento de casa. Não tenho notícia se outra família também passava por essa situação, mas sempre se comentava entre uma ou outra conversa que os policiais parados junto às pequenas vendas do local não estavam lá por coincidência, dando uma segurança quase privada aos comerciantes. Nunca tive nenhuma comprovação ou confirmação por parte desses comerciantes sobre isso, mas é fato que, das poucas vezes em que se ouviu falar em roubo ou assalto a uma ou outra venda, os acusados eram sempre encontrados pela polícia.

A lida dessa família continuou ainda por algum tempo; o pai conseguiu um emprego fixo; a mãe continuou atuando na paróquia e cuidando da casa; os filhos começaram a procurar trabalho e arrumaram família; e a idosa, em decorrência da deterioração de sua saúde, passou a morar na mesma casa, deixando a sua com uma das filhas, vinda do interior definitivamente no início do ano de 2005.

Minha presença nessa área ficou menos visível por um período de tempo que começa em 2005, quando ingressei na Universidade Federal do Pará (UFPA). Apenas quatro anos depois, 2009, intensifiquei minha presença nesse local em virtude de estar coordenando um movimento religioso em toda a paróquia, do qual seria formalmente instalada a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cuja capela, já o disse, se encontra na Alameda São Paulo.

No biênio 2009/2010 reencontrei, portanto, por meio de visitas e reuniões, os moradores dessa área da paróquia e agora os cenários já estavam modificados. Os níveis de infraestrutura, acesso à água, escolas públicas e trabalho e renda haviam se elevado; as alamedas, desde a São Pedro até a São Paulo, estavam asfaltadas e cenas de brigas entre jovens haviam ficado no passado. Alguns comércios haviam ficado maiores e quase todas as casas eram já de alvenaria, com uma outra de altos e baixos.

Bourdieu (2008) tratou a respeito da hierarquização do espaço em uma sociedade hierarquizada; já se tratou aqui sobre a relação entre o “canteiro” e as “baixadas” do PAAR; as mudanças ocorridas junto ao Bosquinho do PAAR trouxeram também para essa área uma visível divisão entre a realidade vivida na Avenida e aquela que se passa na Alameda São Paulo. Uma mostra dessa dicotomia está, inclusive, presente no seio da própria comunidade religiosa.

Em resumo, anos após a implantação da comunidade e a aquisição de um terreno na Alameda São Paulo para a edificação da capela, muitas lideranças e pessoas da comunidade deixaram de participar das atividades, preferindo andarem uma distância maior até a igreja

matriz que descer alguns metros até o fim da Alameda; algumas dessas pessoas relatavam a insegurança como um fator decisivo para não mais participarem das atividades da capela. Ocorre que enquanto as atividades eram desenvolvidas em um imóvel do outro lado da Avenida, em frente à Alameda, havia essa participação, encerrada com a descida de descida da “baixada”.

É assim que até hoje crianças da Alameda brincam com crianças da Alameda; vê-se, especialmente no fim da tarde, muitas delas brincando no meio da rua, nas calçadas ou no pátio de algumas das casas maiores; já as crianças da Avenida, são vistas com frequência em alguns poucos trechos de calçadas transitáveis ou em pátio de algumas casas brincando; hoje a Avenida Rio Tapajós, de um extremo a outro (Estrada do Curuçambá até a Avenida Independência) está asfaltada e recebe um considerável fluxo de veículos, o que inibe as brincadeiras de rua como o jogo de “travinha” que ainda se vê na Alameda.

Cumpra dizer, contudo, que desde o início da construção da capela, pelos idos de 2012, nunca se registrou nenhum assalto, furto ou roubo ao local sagrado ou a quem para ele se dirige ou dele sai e as atividades seguem sua normalidade.

Ivânia, personagem já apresentada nesse trabalho, já me houvera dito que “*Olha, Fernando, aqui no setor, a violência tem um início: as drogas*”. Desde sua definitiva mudança para o atual endereço, em 2005, diz que já presenciou inúmeras situações ligadas a esse comércio, especialmente tendo como foco o beco aberto à esquerda de quem entra na Alameda São Paulo. Trata-se de uma ocupação irregular com poucas casas e de frente para a mata do Bosquinho. Ela diz:

*Sim, muita coisa acontecia pra aí... Uma vez, me lembro bem, trouxeram aí um cara, um rapaz; aqui atrás era tudo aberto, sabe? Não tinha o muro e eles passavam aqui atrás, aqui do lado. Era de noite. Começamos a ouvir grito e era forte; meu filho foi lá, olhou, era o Nazo [antigo traficante que morava no beco] que tava mandando dar porrada nesse rapaz, não sei porque, mas acho que por coisa de droga. Foi meu filho que ajudou ele depois; mas, sobre matarem gente aí, nunca teve isso, não... nem de jogarem gente morta pra aí.*

Assim, os anos passaram desde que a comunidade se consolidou; continuei na Universidade e à minha atividade de professor somou-se uma função pública na Prefeitura Municipal, reduzindo consideravelmente meu tempo de estada nessa área da paróquia; em geral, participava apenas das celebrações comunitárias. Foi quando, em 2015, iniciei a campanha para o cargo de Conselheiro Tutelar do município e tive oportunidade de retomar algumas visitas, agora para tratar de questões referentes mais à proteção de crianças e adolescentes.



Eu ainda desempenhava essa função quando me vi mais uma vez às voltas com o pedido de socorro vindo daquela área: era o dia 04 de maio de 2018, uma sexta-feira, e eu me encontrava na UFPA, vindo do Conselho Tutelar.

Importante destacar que o relato do fato será feito mostrando-o pelo que saiu nas mídias noticiosas sobre aquele evento crítico; trazem-se as visões e a narração de indivíduos diretamente envolvidos no evento de 04 de maio de 2018; e, também as vozes de indivíduos que, tendo participado de algum modo daquele fato, aceitaram conversar sobre ele e o cotidiano daquela área do bairro.

#### **4.1. Mais um caso?**

O mês de maio de 2018 marcava os 23 anos desde que ocorrera a famosa “Chacina do PAAR”, já citada nesse trabalho. Ainda tenho bem vivo o clima de apreensão que tomou conta do bairro por alguns dias; lembro-me das dezenas de horas de telejornalismo abordando os pormenores daquele fato; entrevistas com populares e autoridades; a “festa” feita por policiais quando do desfecho trágico da perseguição aos suspeitos.

O prédio em que isso aconteceu passou a ser, depois de alguns anos, uma sede de um grupamento do Corpo de Bombeiros e atualmente abriga a sede do 29º Batalhão de Polícia Militar, ligado ao Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM); nunca estive dentro dos blocos que compunham a então delegacia, entretanto, a Avenida Rio Negro, onde ela se localiza, sempre foi meu caminho, ora para o trabalho, ora para a igreja, quando não optava por andar pelo canteiro central.

O fato em si não alterou à época o modelo de atuação da polícia no bairro e, apesar de terem havido algumas manifestações, passeatas, reuniões e fóruns, o que se viu de concreto foi algumas melhorias infraestruturais no PAAR e melhoria de acesso a transporte coletivo público; especificamente do ponto de vista de segurança, anos depois foi construída a 7ª Seccional Urbana de Polícia Civil, localizada na Avenida Rio Tocantins.

Uma busca rápida pelas edições online de alguns dos jornais ou empresas de comunicação que atuam na região metropolitana vai mostrar que o ano de 2018, especialmente o primeiro semestre, foi um período em que a comunidade do bairro se viu às voltas, novamente, com ocorrências violentas letais, em curtíssimo espaço geográfico e temporal. Até o evento de 04 de maio, quatro assassinatos de grande repercussão tiveram lugar. Desses quatro, dois foram no Canteiro Central, um foi fora do bairro vitimando um jovem bastante conhecido no bairro e

outro aconteceu já às proximidades da Avenida Independência. Eu estive presente em 2 dos 4 velórios.

Os dois primeiros ocorreram na segunda semana do ano. O primeiro foi de um jovem que ainda não contava duas décadas de vida; o segundo, uma reação a assalto em que a vítima foi um senhor bastante conhecido na área do canteiro central. Acompanhando o processo de velório e sepultamento do jovem, que deixara uma companheira grávida, escutei a revolta presente nas falas de seus parentes sobre como a notícia houvera sido divulgada pela mídia. A frase recorrente era “*ele não tinha passagem*” que é uma maneira de dizer que ele nunca estivera envolvido em ilicitude, contrariando o que a própria polícia havia informado.

O outro velório que pude acompanhar foi o de um segurança de um local de festa, atingido na noite anterior por vários tiros; os relatos davam conta de que ele tentara separar uma briga alguns dias antes e, apesar de não se pode dizer que foi em consequência disso, alguém saiu de um carro que estacionou em frente ao local de trabalho da vítima e o alvejara. Aqui, nessa oportunidade, não ouvi relatos de revolta; igualmente, nenhum dos familiares disse estar interessado em procurar justiça ao ocorrido, mesmo que a quantidade de balas disparadas não indicasse ter sido caso de bala perdida. O que mais se repetiu nesse velório foram palavras de certa conformação quanto à impossibilidade de punição aos envolvidos.

Dias depois, escutando parentes e vizinhos do jovem assassinado por primeiro, percebi que as opiniões se dividiam: enquanto a maior parte relatava a responsabilidade do jovem, lembravam de quando ele, ainda criança, sendo o mais velho, saía para a feira para auxiliar feirantes em alguns trabalhos a fim de trazer alguma comida para casa, outros diziam da possibilidade de ele ter tido envolvimento com entorpecentes e que, dada a forma como se dera seu assassinato, o fato se tratava de um “acerto de contas”. Hoje, distante alguns anos e algumas leituras daqueles relatos, lembro-me do questionamento: “O que é, então, a vida do *homo sacer*, se ela se situa no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade, fora tanto do direito humano quanto daquele divino?” (AGAMBEN, 2002, p. 81).

E por que essa imagem me vem à mente? Esse jovem acompanhara a avó por muitos anos, quando criança, em suas atividades na paróquia; por meio dela, entrara na escola e, anos mais tarde, a abandonara. Nunca fora reconhecido pelo pai biológico e até o momento de sua morte não tivera um emprego fixo. Fora alvejado enquanto fechava a pequena banca de venda de frutas – um carrinho, na verdade – que mantinha onde hoje está construído um monumento com um letreiro com o nome do bairro, no Canteiro Central. Segundo a família, em relato recente, nunca a polícia chegou a concluir o inquérito sobre seu assassinato.

As notícias sobre o quinto caso, somente daquele primeiro semestre de 2018, começaram a circular por meio das redes sociais e dos *sites* locais. Houvera acontecido uma tentativa de assalto a uma pequena mercearia do bairro e que, no decorrer da ação, um policial que estava no local teria reagido e sido morto pelos suspeitos os quais empreenderam fuga. Assim, as notícias à época foram divulgadas pelo portal de notícias Diário Online (DOL), do grupo Rede Brasil Amazônia de Televisão (RBA); pelo portal de notícias G1 Pará, da Rede Globo/TV Liberal; pelo portal ROMA News<sup>6</sup>.

Até o início do mês de maio, 23 policiais haviam sido mortos e, somente entre o início do domingo anterior ao dia 04 e a noite do dia 02, 46 assassinatos de civis foram registrados, sendo o dia 30 de abril o que teve mais mortes (15). De tal maneira, o quadro estava alarmante que o Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará baixou a Instrução Normativa nº 001/2018 ordenando que policiais não poderiam mais dar informações diretamente à imprensa<sup>7</sup>.

Já era por volta de 22h daquela sexta-feira quando o portal de notícias DOL veiculou reportagem com o título “Seguem as buscas para encontrar dois suspeitos de matar PM em Ananindeua”<sup>8</sup>. No texto do portal, dois suspeitos são informados. Trata-se de Gabriel Santa Brígida (o “Galo Cego”) e Bruno Borges da Silva (o “Bruninho”). Diz-se ainda que “Após o baleamento do sargento, uma força-tarefa foi formada por militares do 24º e 9º batalhões, Rotam, CIOE, Grupamento Aéreo da Segup e policiais civis da Delegacia do Paar e da Divisão de Homicídios (DH)”. E mais: “a força-tarefa apreendeu duas armas (modelo cartucheira) de grande poder de fogo e recuperou o colete do policial”, após a morte dos suspeitos. A reportagem frisa que os dois suspeitos baleados foram ainda socorridos, mas não resistiram. É nessa reportagem que aparece a única imagem daquela operação, conforme se pode ver na Figura 3.

---

<sup>6</sup> Preso acusado de matar policial no PAAR. **Roma News**, 2018. Estava disponível em: <<https://www.romanews.com.br/cidade/preso-acusado-de-matar-policial-no-paar/899/>>. Acesso em: 25 Agosto 2021.

<sup>7</sup> “Em meio à onda de violência no Pará, Polícia Militar proíbe policiais de passar informações diretamente à imprensa”. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/em-meio-a-onda-de-violencia-no-para-policia-militar-proibe-policiais-de-passar-informacoes-diretamente-a-imprensa.ghtml>.

<sup>8</sup> Disponível em <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-505848-seguem-as-buscas-para-encontrar-dois-suspeitos-de-matar-pm-em-ananindeua.html?d=1>.

Figura 3 – A entrada da Rua São Paulo com Av. Rio Tapajós no momento da operação



Fonte: Diário do Pará, 2018.

Com o título “Polícia Civil prende em Terra Alta envolvido no latrocínio de policial militar”<sup>9</sup>, a Assessoria de Comunicação da Polícia Civil volta a esse episódio em 22 de maio para relatar que o terceiro suspeito de envolvimento na morte do Sargento Mourão houvera sido preso na cidade de Terra Alta, nordeste paraense. Agora, além de nomes dos suspeitos, aparece o tipo penal: trata-se de um latrocínio, ou seja, roubo seguido de morte. O detido é Rômulo Rodrigo Andrade dos Santos (o “Caranguejo”).

Entre os eventos do dia 04 de maio e a prisão de Rômulo dos Santos, ocorrida em 22 de maio, a Autoridade Policial representou junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará pela prisão temporária deste por suposta prática do crime previsto no art. 157, § 3º, II, do Código Penal Brasileiro (CPB)<sup>10</sup>. Essa temporária foi concedida em 11 de maio; em 22 de maio houve o cumprimento do mandado e em 28 de maio a Justiça acatou o pedido da conversão de prisão para preventiva. Em despacho publicado no Diário da Justiça de 15 de junho de 2018, edição 6445/2018, às páginas 1331, resume-se o relato policial nos seguintes termos, *in verbis*:

Narram os autos da medida investigatória, que, no dia 04.05.2018, por volta de 11h, o policial militar CARLOS DE LIMA MOURÃO, foi vítima de latrocínio, tendo os agentes ceifado sua vida antes de lhe subtrair a arma de fogo que portava. Por meio das investigações, os policiais militares conseguiram identificar como autores do crime os nacionais ROMULO RODRIGO ANDRADE DOS SANTOS, BRUNO BORGES DA SILVA E GABRIEL RODRIGUES SANTA BRIGIDA, no entanto, estes últimos, após confronto com os policiais, evoluíram a óbito. O nacional ROMULO DOS SANTOS, não foi localizado.

---

<sup>9</sup> AGÊNCIA PARÁ. Preso em Terra Alta envolvido no latrocínio de policial militar. **Agência Pará**, 2018. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/foto/4177/>>. Acesso em: 25 agosto 2021.

<sup>10</sup> Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: § 3º – Se da violência resulta: II – morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa.

São esses os relatos colhidos acerca dos fatos que se sucederam naquele dia 04 de maio de 2018. Após ver alguns vídeos e ler diversas matérias sobre o ocorrido, não é apenas o conceito da vida matável que me vem à mente; penso também no “mito da polaridade” (SOARES, 2010). Mesmo ao escutar relatos de alguns indivíduos no bairro, me parece que essa mentalidade de polícia boa e bandido ruim faz parte do imaginário das pessoas.

Assim, esse foi o evento crítico que me trouxe de volta ao contato mais próximo com as pessoas residentes nessa área do bairro e da paróquia em que atuo até hoje. Olhar essa ponta de *iceberg* que é a violência subjetiva, conforme Žižek (2004), é ver apenas a partir de um ponto da realidade; avançar para passar da mera familiaridade para o conhecimento exige uma tarefa – conforme já aqui declinado – de aproximação ao diferente e de estar disponível à escuta, bem mais que à fala. Tarefa que para mim pode não ser tão fácil, mas que é talvez a maneira mais eficiente de ver as realidades e entendê-las a partir de uma ótica diferente.

Quando recebi mensagem de texto em meu celular pedindo que no dia seguinte, 05 de maio, eu fosse realizar o Rito de Exéquias<sup>11</sup> do sobrinho de uma das agentes de pastoral da paróquia, respondi: “Mais um caso de assassinato?”. Não imaginava minimamente o que me aguardava nessa que, para mim, era uma tarefa já corriqueira, a de rezar junto aos familiares e amigos de um defunto; era, contudo, espantoso que aquela já seria a terceira vez em menos de seis meses que a morte vinha em circunstâncias tão trágicas de violência.

Não tenho como descrever a sensação ao ver a imagem mostrada na Figura 3. A apreensão aumentava ao ler as mensagens em grupos de WhatsApp que traziam detalhes sobre a operação, nomes dos envolvidos, o passo a passo de como tudo pretensamente houvera se desenvolvido desde a manhã até o meio daquela tarde; recordo-me apenas de ter pensado nos relatos de extorsão policial e de algumas “visitas” que vez ou outra se comentava a respeito. Voltando da UFPA, vinha imaginando o que dizer, como dizer e com encarar as pessoas que estariam ali no dia seguinte e que, naquele momento, passavam por situações que só após o início dessa pesquisa eu viera descobrir.

O primeiro impacto no sábado, 05 de maio, foi ver uma rua quase sempre tomada por crianças brincando e adultos indo e voltando da feira completamente vazia. O único bar da alameda, quase sempre cheio àquela hora, estava fechado assim como todas as casas que

---

<sup>11</sup> Trata-se de uma celebração conferida a fiéis católicos que pode ser realizada por um fiel leigo, ou não seja, que não recebeu as ordens sacerdotais, devidamente autorizado pelo bispo diocesano quando não for possível a um membro do clero oficiá-la.

naquele momento estariam a ser faxinadas pelos moradores. O silêncio era a única manifestação que ali havia naquela manhã.

Ao chegar em frente à casa do jovem Bruno, fui recebido por uma de suas irmãs, considerando que a mãe estava se recuperando de uma cirurgia; na sala, o caixão era ladeado pelas duas irmãs, a mãe sentada em um sofá e poucos conhecidos acompanharam a cerimônia, interrompida aqui e ali por alguém que falava mais alto. A mãe sobre o caixão, ao fim daquele rito, se perguntava o porquê de terem feito aquilo, mas também falava que ele fosse em paz.

Das famílias do entorno, pertencentes à comunidade, nenhuma esteve presente fora os parentes que moravam em frente; permanecendo na casa por alguns minutos após a fim da cerimônia e enquanto aguardava a chegada da funerária que transportaria o corpo até o cemitério nada escutei sobre o ocorrido no dia anterior; pareceu-me no primeiro momento que ninguém se atreveria a contar tudo quanto de fato se desenrolara no dia anterior.

Como estava finalizando a especialização, não me interessei de pronto em analisar do ponto de vista acadêmico esse fato; semanas após o ocorrido, em conversa com duas religiosas que passaram a residir na mesma rua, uma delas me alertou para que nunca tocasse nesse assunto, uma vez que as pessoas, especialmente os familiares de Bruno, estavam aterrorizados com tudo quanto ocorreu em decorrência daquele evento.

Após isso, ainda cheguei a encontrar a mãe de Bruno, Ivânia, algumas vezes na capela; sempre era um encontro afetuoso, com um abraço e a pergunta de como ela estava, receoso de tocar diretamente no assunto, após aquela advertência vinda da religiosa. Assim, entrei no mestrado em 2019 com outro projeto de pesquisa; mas, dada a inviabilidade de prosseguir naquela temática, passamos para o tema da violência sob a ótica da Necropolítica; já dentro dos anos de pandemia (2020/2021) formulamos a ideia de partir desse fato para analisar operações policiais na periferia; rota posteriormente alterada para a atual proposta a qual venho trilhando desde 2022, quando finalmente retomei uma aproximação agora acadêmica com os sujeitos dessa pesquisa a começar por alguns familiares de Bruno.

Não lembro ao certo em que momento consegui sentar com uma tia de Bruno – que pediu para não ter seu nome citado – e ter uma conversa sobre o que ocorrera em maio de 2018; foi aí que percebi mais claramente o quanto de um único fato se podem extrair elementos de análise que conduzem nossa visão para muito além do que estaria no que se pode chamar de obviedades.

Tendo exposto à tia de Bruno o projeto que tinha em mente, ela me levou à casa de Ivânia com quem tive o primeiro encontro mais formal nesse dia, após 2018. Daí em diante, ambas passaram a ser minhas interlocutoras na busca de tornar o familiar conhecido (VELHO, 1978)

e, assim, poder passar de um lado para outro como observador das realidades eivadas do simbólico.

#### 4.2. “E aí? Ele ainda tá vivo?”

A primeira vez em que, *oficialmente*, fui a campo foi no fim de uma manhã e se estendeu por boa parte da tarde; era um sábado, dia em que não estava no meu trabalho profissional. Os cumprimentos de praxe à porta da casa de uma tia de Bruno não se diferenciavam da forma costumeira como sempre fui recebido nas residências daquela área. Tive que aguardar um pouco, afinal ela estava se aprontando ainda.

De suas palavras, resgato nas anotações algo que identifiquei com um ritual de subjugação que, na prática, poderia ser tido como um resumo de como as vidas naquela área estavam sempre no limiar entre o exercício pleno de direitos e a estada fora desse direito, em estado de inclusão pela exclusão. Após relatar um pouco do que fora sua história de vida, desde os anos no interior do estado até sua vinda para a capital, ela me descreveu como a chegada de sua família ao PAAR se dera e como as impressões da violência tocaram-lhe naquele início.

A falta de emprego para os filhos já jovens, a distância para a escola mais próxima, a falta de postos de saúde e a precária infraestrutura de então eram algumas das dificuldades enfrentadas por ela, vinda do bairro do Jurunas, de uma área alagadiça. Foi essa senhora, cujo sotaque de paraense do interior é bastante marcado, que me havia telefonado anos antes pedindo um advogado para o filho mais velho que tivera envolvido em ato infracional; também fora ela a relatora dos casos de extorsão policial envolvendo esse mesmo filho.

Foi por meio dela que fiquei sabendo de mais elementos atrelados àquele ao qual me dedicara estudando dias antes desse diálogo. Percebi em seu relato quase as mesmas notas de desamparo presentes naquele pedido de ajuda por telefone de anos atrás. Tudo se desenrolara na semana anterior ao assassinato de seu sobrinho.

*Eu tinha ido na Cidade Nova; eu saí cedo naquele dia. O [nome do marido] ainda nem tava em casa ainda; os menino ficaram aqui, a mamãe tava dormindo... que tu sabe que ela não podia ficar só, né? Mas, eu fui lá rápido que quando eu voltei, aquilo me subiu assim [passa as mãos do peito em direção ao pescoço]; eu vinha com aquilo... parecia que tava acontecendo alguma coisa. Desci ali, que quando eu dobrei aqui, os menino tava tudo assustado, o quarto da mamãe revirado, tava tudo assim...jogado, né? Que parecia que tavam procurando alguma coisa... Perguntei pro [cita um dos filhos] que era aquilo. Era atrás do Bruno que eles tavam; acharam que ele tava aqui...que ele tinha entrado em casa. Eles bateram muito nos maior, trancaram aqui na frente, eles não deixaram nem o [marido] entrar... Chamaram ele de vagabundo, tudo isso... A mamãe, que tu sabe, como ela tava, né, ainda brigou com eles, perguntando o que eles tavam fazendo no*

*quarto dela, coisa horrível, sabe? Mas, era o Bruno, o Bruninho, que eles tavam atrás; até que o [um dos filhos] disse pra eles e eles se convenceram; ali, eles pararam ali na frente e ainda ameaçaram... eles disseram que era pra ele aparecer, né? Que ele não ia escapar. Foi muito horrível esse dia aqui.*

Seu sotaque ajuda a dar o tom dramático a esse verdadeiro ritual de sujeição (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014) em que a violência já não se volta apenas contra o sujeito, mas atinge aquilo e o que de mais nobre a população inferiorizada tem: sua casa e sua família. Acontece que, aparentemente, não é o suficiente as “pequenas” humilhações nos chamados “baculejos” nem a intimidação por força do ganho pecuniário ilícito; há também que se fazer a intimidação e a inferiorização do indivíduo por meio da vitimização e vandalização de sua família, de seu grupo familiar.

Ouvindo seus relatos, penso em como essa mãe, imersa em um ciclo de violências repetidas, conseguiria elaborar tudo isso dentro de si e ainda ter tempo de cuidar da mãe idosa e com Alzheimer, quase com 90 anos, e estar nas atividades da igreja; mais ainda: tinha a capacidade da generosidade e do sorriso. Contudo, fiquei a pensar também nas complicações psicológicas que ela poderia desenvolver e como, caso isso aconteça, ela não seria assistida pelo mesmo Estado que houvera lhe sido a causa de inúmeras preocupações ao longo das últimas décadas.

Relendo pesquisas a respeito de como a gente da periferia lidava com questões da violência subjetiva intrincada com os sinais de uma violência objetiva, observei que o espaço do riso e da descontração é, em muitos casos, a maneira de se lutar contra o domínio do medo e das consequências danosas à saúde física e mental desses sujeitos. Contudo, não há que se desprezar os efeitos difusos de um aglomerado de sintomas cujas causas quase sempre estão ligadas às situações cotidianas de violência (CAVALCANTI, 2008). Nesse sentido, eu consegui entender o que ela me disse – depois de fazer outros relatos – sobre o dia 04 de maio de 2018: “Desse dia pra cá, Fernando, não consigo mais escutar as sirene, aquele negócio da luz do carro de polícia, sabe... Quando eu escuto aquele barulho, sei lá, eu não fico nem em mim, né, eu chego tremer toda”. Foi nesse dia que ela pediu para não citar seu nome e que também não se sentia à vontade se eu gravasse o que ela me dizia.

Dali, como se eu não fosse familiarizado com a maioria das pessoas da rua nem com o local, ela me acompanhou em uma caminhada em percorremos algumas dezenas de metros até o fim da alameda e depois até o beco à esquerda da entrada da rua. Cumprimentando as pessoas que sempre me viam e a quem sempre vi por ali, fui percebendo que os olhares das pessoas a ela não eram indiferentes; ao contrário, parecia mesmo que outras senhoras e os senhores dali



não a diferenciavam como uma vítima cativa da violência, seja como uma mãe de um quase sempre suspeito, seja como tia de alguém que fora vitimado em circunstâncias duvidosas.

Era já quase no fim de tarde quando paramos na casa de Ivânia Borges que nos recebeu com um sorriso que lhe é costumeiro. Deu-me um abraço apertado e disse que estava ansiosa por colaborar com minha pesquisa, uma vez que anteriormente já lhe houvera dito que estava fazendo um trabalho que envolvia o fato ocorrido com seu filho Bruno.

Ivânia fora professora em Viseu, região nordeste do Pará, e, por conta de inúmeras questões de ordem pessoal, ao chegar o tempo de sua aposentadoria, mudou-se para Ananindeua, especificamente para o PAAR; mãe de 11 filhos, houvera, àquela altura, perdido 4: duas moças, por causas naturais, e 2 rapazes, em situações de violência. Pode-se dizer mesmo que se trata de uma mulher para quem o luto pela perda é um dos sentimentos mais presentes, mais constantes.

A vida no interior não lhe fora muito desfavorável; contudo, via sempre as dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde, educação e oportunidades de emprego e geração de renda; assim, foi que em 2005 sua mudança para a cidade se completou. A princípio, lhe pergunto sobre colocar seu nome ou não no meu trabalho ao que ela exclama de pronto: “*Se pode? Deve. Já não fico mais calada, não...*” – o que me causou estranheza dada aquela advertência recebida de uma freira sobre a família e os demais moradores preferirem não falar mais nesse assunto.

Após as leituras necessárias a essa dissertação, pude verificar o quanto as reflexões de Velho (1978) fazem sentido no trabalho do pesquisador social. Uma senhora com quem sempre achei ter uma relação de conhecidos me fez ver que visitas mensais a uma comunidade, um cafezinho de vez em quando ou um abraço em cada reunião de igreja não nos torna efetivamente conhecedores e conhecidos; talvez nos torne familiares e familiarizados. De seus relatos, colhi ensinamentos de resiliência frente a todos os percalços pelos que ela até então havia passado. O assassinato de Bruno houvera sido apenas outro assassinato de um filho.

Bruno contava entre 12 e 13 anos quando, em maio de 2011 – maio novamente –, o filho mais velho de Ivânia foi morto. Ela não nega que esse tivera contato com maconha desde sua adolescência, mas disse desconhecer consumo de outras drogas. Assim ela relatou a primeira experiência com a qual achava que nunca mais teria:

*Era de noite e acho que era um jogo de bola que ia ter ou tava tendo na televisão, nem lembro direito, sabe... Logo cedo ele tava por aqui... A gente tinha jantado, tudo certo. E eu deitei; ele tava aí; quando foi depois, teve alguém que veio chamar ele, Fernando. Nisso, tu sabe que eu parece uma coisa... eu dormi que não ouvi mais nada. Só acordei com a irmã dele me chamando: “mamãe, mamãe, acorde” e eu me*

*espantei. Tinha um amigo dele aqui que veio dizer que tinham atirado nele... Nessa hora, parece assim que a gente sai do corpo, sabe; eu só tive a reação de perguntar pra ele: “e aí? Ele tá vivo?”. Aí só sei que ele me levou com essa minha filha aqui pra cá pra trás... quando chegamo lá, ele tava jogado no chão, já morto. Depois, ficamo sabendo que todos os menino que tavam lá era nossos amigos, sabe. O que atirou nele mesmo era amigo dele desde lá de Viseu; eu acho que foi casinha que fizeram pra ele. Uns disseram por aí que era porque ele tava devendo dez reais.*

O semblante de Ivânia enquanto narrava esses fatos era de uma mulher, de uma mãe, que parecia tirar a força de superação de algum lugar a meu ver invisível. Era justamente um mês de maio de 2021, 10 anos após esse acontecimento, o dia em que eu fazia que ela revirasse sua memória para trazer de volta ao presente o primeiro dia em que um filho era vítima letal da violência, que ela própria me houvera resumido no comércio de drogas naquela área. Não falava da morte desse filho com revolta ou com sentimento de vingança, mas cada palavra saía com o vigor e a tranquilidade de alguém que já estava calejada pela dor da perda.

Sobre isso, lhe provoquei a respeito dessa constante presença da morte em sua casa e ela: “*Não, a morte não é igual uma da outra, não. Desses dois eu senti muito mais*”. Contou que tempos depois um dos suspeitos foi detido pela polícia e ela, uma vez avisada, foi ter com ele na cadeia. Era ele que havia dado fuga ao assassino do filho; narrou então o perdão que lhe houvera dado, mas também a recomendação que escutou de um dos policiais envolvidos na investigação: “*Minha senhora, a senhora deve ficar calada porque ele é perigoso*”.

Aqui abro parênteses para, a título de exemplo, mostrar como as faces da violência, que sim, pode ser vista pelo lado do comércio de drogas e de inúmeras outras faces. Após ouvir os relatos de Ivânia sobre as circunstâncias do assassinato de seu primeiro filho, tempos depois lhe perguntei se, por acaso, ele não seria um que se tornara em reconhecido traficante do bairro, de prenome Miquéias. Ela confirmou ter sido ele. Miquéias liderava o comércio de drogas e conseguiu envolver mais um de seus irmãos nessa atividade. Reconhecido pela sua frieza e brutalidade, houvera escapado de algumas emboscadas, mas dois de seus irmãos não. Um deles inocente. Fora morto no início de uma noite de Sábado Santo às proximidades da feira do PAAR. Residiam próximo à minha residência desde que haviam chegado de Viseu, terra da família de Ivânia.

De 2011 a 2018 são os sete anos que separam a primeira da segunda experiência. Em maio, Ivânia se recuperava de uma cirurgia; estava acamada quando pela manhã do dia 04 despedira Bruno que iria pegar um ônibus na BR 316, centro de Ananindeua.

*Que não demorou muito, começou aquela confusão toda, eles mandaram todo mundo se recolher nas casa; polícia pra todo lado, Fernando, nunca que eu tinha passado uma coisa como foi aquele dia aqui. Entraram aqui, primeiro*

*um, depois outro mandando a gente entregar o Bruno, sabe; um deles disse “se encontrar na rua, já sabe”. E a minha menina não sabia o que tava acontecendo; o alvoroço todo, era por cima o barulho do helicóptero da polícia e os grito aí na rua...e eles dizendo que se não entregasse o Bruno iam matar toda a família; Fernando, foi uma agonia maior do mundo aquele dia, sabe. Levaram uma das irmã dele presa, colocaram ela na parte de trás da viatura. Nisso, começou a rodar uma foto do Bruno já morto...eu vi...eles me mostraram, ele tava jogado no chão, morto. Depois, me disseram que eles pegaram o corpo e só fizeram jogar em cima do carro, não deixaram ninguém chegar perto pra ver se tava morto mesmo; e eu aqui tava, aqui fiquei... e o barulho na parava, de helicóptero e de carro de polícia...*

Como interpretar, como entender, compreender ou analisar essa narrativa? Aquilo que Pacheco de Oliveira (2014) apontara a respeito de como a polícia intervém nas comunidades cariocas parece ser um *modus operandi* que ora visto sob o aspecto da violência subjetiva entrelaçada visceralmente à violência objetiva reforça a ausência da autoridade e do poder justamente pela exacerbação da própria violência.

Se é verdade que fatos como esse podem ser analisados à luz das correntes teóricas da violência do Estado, é verdade também que em última análise se trata do poder decisório do agente policial sobre quem deve viver e quem precisa ser eliminado. É, nesse sentido, um extermínio violento, mas pedagógico. Esconde em si, de maneira desabrida, o forte teor de um grotesco espetáculo de eliminação daquele que fora construído como inimigo a ser vencido (MBEMBE, 2018).

De tal modo a operacionalização da violência age que mesmo quando não se vê o outro com a fisionomia do inimigo, leva-se a confrontá-lo como tal. Violência que faz que uma senhora recém operada se transforme no algoz de um, até ali, companheiro do filho já exterminado. Foi assim que Ivânia se transformou na delatora do paradeiro do outro acusado de ser responsável pelo suposto assalto, ocorrido mais cedo, do qual saíra vítima fatal o Sargento Mourão, da Polícia Militar.

*Nisso que eu tô aqui deitada, que eu não sabia mais nem como eu tava naquela agonia, sabe, eu tava ali naquele quarto e escutei aqui pra trás um barulho... Eu chamei pra ver quem era, mas ninguém respondeu... vim me escorando na parede, vim, vim, vim, até que eu cheguei aqui. Parei, olhei, aqui por essa janela, vim... foi quando olhei o outro rapaz, o Galo Cego, ele tava ali escondido no banheiro, sabe. Fernando, eu me virei pra voltar pra cama e nisso o policial já tava vindo por esse corredor que eu não tive ação... Eu fico até hoje com esse peso, sabe. Eu jamais pensei que eles iam exterminar ele aí, no meu banheiro. O policial me fez um sinal que não falasse nada e voltasse pro quarto. Nisso, já vieram entrando... um monte de policial; eu fui e deitei e eles vieram, eram quatro e me pegaram um em cada ponta do colchão, me tiraram de casa e me colocaram ali na casa dessa vizinha aqui da frente, sabe... que de lá, nós só ouvimos aquela coisa assim de um barulho dos tiros;*

*era uma coisa que eu nunca tinha escutado; o pessoal conta que tinha até fumaça no telhado aqui, não sei... Nós lá ficamos tudo horrorizado; depois disso, tudo ficou em silêncio.*

A motivação por ir em busca desses relatos está em compreender a maneira pela qual, apesar de um ambiente aparentemente manchado pela violência, as convivências se estruturam e se constroem e de que modos as repercussões dessa mesma violência subsistem nas relações estabelecidas entre os sujeitos residentes em locais com essa fisionomia. Assim, Žižek (2004; 2008) levou-me a pensar que a visão em paralaxe também era a responsável por ver de diferentes ângulos as aplicações práticas de conceituações teóricas sobre a violência.

Destarte, após a acurada avaliação do meu projeto de pesquisa pela banca de Qualificação, me pus a refletir se aquilo que eu próprio encarava como violência no meu bairro, de fato, era uma visão compartilhada por outras pessoas; nisso, vi nesse episódio a oportunidade para colocar isso em questão. De outro lado, vinha de ver situações de violência como responsáveis por divisões incuráveis entre famílias, comunidades, países etc. Assim, li textos cuja abordagem sobre a violência utilizavam procedimentos metodológicos da etnografia.

Ancorado, portanto, nessas experiências, pus-me como um quase desconhecido em uma das áreas do meu bairro que mais visitara desde os anos de que começara a trabalhar na paróquia do bairro. Esse percurso me fez estar diante de uma senhora quase septuagenária que já houvera experimentado a perda definitiva de quatro de seus onze filhos: sendo que dois deles em situações extremamente difíceis. Uma senhora que no mesmo dia em que vira uma foto do filho morto por policiais, também de certo modo participara da execução de um outro jovem, desta vez em sua própria residência.

Ela mesma dissera a respeito de Bruno: *“Eu ia entregar ele pra polícia. Covardia o que fizeram com eles”*. Já no fim daquela sexta-feira, ela regressou para casa e, enquanto outros parentes cuidavam dos trâmites de liberação de corpo e sepultamento, viu muita água ainda espalhada na sua cozinha de onde se pode acessar o banheiro. Ainda tinha *“sangue com cheiro vivo, pitiú, sabe”*. Ela, mesmo sem poder fazer esforços, contou que ainda pegou água e tentou tirar o restante do sangue que ficara preso às paredes e parece fazer uma *mea culpa*: *“não era, né, pra eu ter lavado; era pra ter tirado foto primeiro”*.

Nisso, sinto suas palavras como que um pedido de que a compreendam. Primeiramente quando ela me esclarece, repetidas vezes, que ela não iria entregar Galo Cego como se fosse realmente ela a ter chamado os policiais tendo-o flagrado em seu banheiro; e também no momento em que relatou que era primeiro para ter fotografado o local da execução do jovem. Que pretendia ela? Levar à Corregedoria? Chamar os jornais e mostrar os traços de uma

execução sumária? Quem a ouviria uma vez que a Polícia Militar houvera livrado a sociedade de mais dois inimigos? E mais ainda naquele período do ano em que se cobravam ações mais enérgicas do governo no que dizia respeito à segurança de policiais no Estado.

Os fatos daquele fim de semana não se encerrariam antes de ela receber a visita de pessoas que até hoje ela não consegue definir claramente quem seriam, de onde vinham e o que realmente queriam.

*Já era assim de noite, sabe Fernando, quando uns carro pararam aqui na frente. Era um branco e tinha outros também. Eram aí não sei de onde, mas eu lembro de falarem de Marituba, não sei. Mas, eles queriam saber tudo o que tinha acontecido, sabe, assim perguntaram quem era os policiais. Aí minha filha me fez um sinal assim [o indicador na frente dos lábios] e eu disse pra eles que eu não tinha visto nada, que tava na cama deitada, não sabia quem era os policiais... nunca mais voltaram aqui, mas de vez em quando ligava um número de celular desconhecido ou um ou outro vinha falava que não era pra gente falar nada... Até agora não sei quem era aquele pessoal, Fernando.*

As investigações no âmbito policial não prosseguiram. O terceiro acusado foi preso no mesmo mês de maio de 2018, em Terra Alta, sob a acusação de latrocínio. Nunca foi mostrado a Ivânia o laudo do Instituto Médico Legal (IML) e ela nem sabe se foi feito o exame no corpo do filho ou no de Galo Cego. O que diriam os corpos? Preencheu-se algum “auto de resistência” silenciador real e simbólico da violência perpetrada? Não estamos diretamente em busca dessas respostas, mas é importante agora entender de que maneira esses fatos se somam na vida dos indivíduos desse local e de que modo repercutem nas relações entre eles existentes.

#### **4.3. “Não tem como a gente apoiar o que fizeram...”**

Buscadas as notícias divulgadas sobre os acontecimentos de 04 de maio de 2018, colocadas e discutidas as visões de pessoas diretamente envolvidas nesses fatos e compreendido o espaço no qual essas perspectivas se enquadram, percebi o quanto deveria buscar de outros indivíduos da comunidade suas visões e seus entendimentos a respeito das relações entre eles e, particularmente, como viam esses fatos acometerem sua própria vivência no espaço em que houveram construído sua existência.

Assim, os meses em que passei percorrendo, às vezes com pressa, às vezes com um pouco mais de tempo, a área em que esses fatos ora narrados aconteceram, ouvindo os sujeitos que ali residem pude escutar, ou reescutar, algumas das falas mais expressivas sobre tudo quanto em nosso bairro se perpetra. A bem da verdade, que após o ano de 2018 percebeu-se redução de

casos tão emblemáticos de violência letal. Todavia, isso poderia ser objeto de uma apreciação mais acurada, especialmente sobre causas e repercussões.

No intento de buscar tornar conhecido o que para mim, descobri no caminho, me era apenas familiar, tentei ver a violência pelos olhos dos que ali construíram parte de sua história e, alguns, toda a sua história. Como já antes declinei, a busca não era mais por fazer a discussão política sobre a questão da violência, em que pese, nesse caso, ela ter tido um viés de abuso policial – especialmente, o do dia 04 de maio de 2018; mas, sim intencionava conhecer de que maneiras as pessoas afetadas por esses fatos lidavam com essa situação, como a interpretavam e como as relações entre si se consolidavam.

Foi nesse mister que me detive em algumas interlocuções, algumas breves, outras um pouco mais detidas, algumas com tempo de se sentar, outras em uma calçada, com o barulho de crianças ao fundo em uma brincadeira com vozerio nas alturas; ora, essas idas a campo se davam em fins de semana, outras vezes era com o cansaço de um dia de trabalho. Contudo, isso acabava por dar mais proximidade com os sujeitos da área; quando explicava a um e a outro o propósito daquela conversa, mesmo sem entenderem bem o que tudo significava, me elogiavam e lembravam de como houveram me conhecido anos atrás.

Assim, desde maio de 2021 – com todo o cuidado ainda da pandemia – fiz as primeiras interlocuções; não era, entretanto, com o foco nas pessoas, mas a busca era na violência que até ali entendia que deveria ser a partir da atuação do Estado sobre aquela área, tendo como caso de estudo o extermínio de Galo Cego e Bruninho. Assim, o ano se passou na tentativa de reconstruir um projeto que pudesse dar conta do que eu objetivava.

Tendo assumido um cargo de trabalho extremamente exigente em inícios de 2022, a pesquisa em campo foi aos poucos ficando mais difícil; contudo, animado pela minha orientadora e com a extrema paciência do meu Núcleo, concluí texto apresentado à qualificação em agosto de 2022; ali, ficaram mais claras as linhas por onde deveria seguir na minha pesquisa. Tinha como meta defender a dissertação em 2022 ainda; contudo, o exíguo tempo que me sobrava, afora do tempo de trabalho, me fez estender bastante o tempo de pesquisa e de elaboração desse texto.

Assim, quando digo que comecei a pesquisa de campo em maio de 2021 e a encerrei a em março de 2023, o leitor entenda que não foi um tempo contado de maneira corrida, nem intensiva; pelo contrário, foram idas esparsas, sempre intercaladas com momentos de leitura, ora interrompidas pela necessidade de dar conta de meu trabalho profissional, ora – o digo sem medo – pelo cansaço físico.

É também salutar que se esclareça que os objetivos alterados a partir de agosto de 2022 levaram a considerar de maneira mais qualitativa as falas de pessoas diversas da área de estudo, uma vez que até aquele momento se pensava em buscar apenas as falas dos familiares dos assassinados em maio de 2018; as observações realizadas pelos avaliadores na qualificação me levaram a ver a necessidade de escutar mais.

Assim, após a qualificação, selecionei as falas de pessoas que, pela sua antiguidade no local, por sua função de liderança na comunidade católica e pela proximidade com a família diretamente atingida pelos fatos antes narrados e, a partir delas, construir minha análise considerando o foco que tinha em entender como as relações entre os sujeitos se estabelecem e se realizam, mesmo em meio a essas violências.

Desta maneira, os diálogos não foram feitos na forma de entrevistas fechadas e quase sempre começavam com uma ou outra piada, um comentário sobre algo do cotidiano ou mesmo uma lembrança de algo vivido em tempos pretéritos. Há temas, entretanto, obviamente recorrentes nas falas introduzidos por mim mesmo, como por exemplo, a violência, a insegurança, as relações entre os sujeitos da área, um pouco mais da história das famílias e o dia 04 de maio de 2018. Suas identificações serão feitas de maneira a não declinar nomes a pedido de todos que aceitaram que apenas suas falas fossem aqui utilizadas.

Nesse sentido, uma das pessoas que exercem liderança naquela comunidade católica existente às proximidades do Bosquinho do PAAR faz, como lhe é próprio, uma explicação sobre a violência, com uma voz forte e sempre gesticulando:

*Bicho, é assim... tu pode ver. Quando a gente fala nessa violência, né, tipo esses crimes, tal... Isso é o que a gente vê... é droga, é assalto e assim a coisa vai, meu. Agora já não tem tanta coisa desse tipo aqui; é mais esses menino aí que não tem o que fazer, não querem estudar... Aí, cara, também não tem onde se divertir e aí vem o traficante e já era. É isso que gera esse clima que a gente vive. [...] Sobre esse caso aí dos dois que um era filho da senhora ali, todo mundo ficou assustado um tempo... Mas, ela continuou na comunidade... Deus na vida da gente é tudo... Teve umas pessoas que se mudaram depois daquilo, sabe, mas violência mesmo é o que eu te disse, meu amigo, falta políticas públicas pra atender esses menino, escola, trabalho e tudo isso.*

Tais palavras levam-me a voltar à questão sobre que tipo de violência estaria eu a procurar naquela localidade do bairro. Melhor dizendo, qual das nuances mais abertas da violência estaria a grassar sobre esses sujeitos, considerando que “a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas” (ŽIŽEK, 2014, p. 18). O estado de coisas, nesse caso, é manifesto na falta de escola e de perspectivas para os jovens da localidade e que

não contam com políticas públicas que lhe proporcionem uma vida com possibilidades positivas no futuro?

Nessa órbita, assaltos, assassinios, consumo de drogas ilícitas e suas consequências, enquanto mostras de uma violência subjetiva que caracteriza realidades em inúmeros cenários, são a quebra da “rotina” em uma situação de violência objetiva, permanente, e que se manifesta exatamente na inexistência de uma presença efetiva daquele mesmo poder público que só olha para locais como essa no bairro do PAAR quando é preciso vir em atendimento a uma situação limite do estado de violência subjetiva (ŽIŽEK, 2014).

Contudo, a própria abordagem sumarizante da violência objetiva não pode encontrar guarida quando se trata de entender as faltas que se fazem presentes na vida dos sujeitos com que se faz essa pesquisa, quais sejam, aquelas que são frutos das consequências de uma estrutura capitalista, em sua gênese, violenta, afinal “É necessário historicizar minuciosamente a noção de violência objetiva, que assumiu uma nova forma com o capitalismo” (ŽIŽEK, 2014, p. 25).

É exatamente na concretude da História que se consolidam as mais perversas consequências dessa violência que só subsiste revestida do teor ideológico com a qual se vivenciam as realidades uma vez eivadas do simbólico. Assim, o reconhecimento de que as amarras sistêmicas geradoras de uma atmosfera normal na realidade não é exatamente o exercício que se pretende quando se desnuda o Real pretendido; à experiência da ausência das perspectivas que o capitalismo reserva a pequenas parcelas da população mundial corresponde, em certa medida, à experiência de violências subjetivas que só não rompem a bolha da invisibilidade ideológica das consequências inumanizadoras do sistema porque, em muitos casos, essas violências são as urgências que devem ser sanadas.

Destarte, não importaria sobremaneira se os jovens mortos tinham ou não acesso à escola, a emprego digno, à formação profissional, à moradia, infraestrutura, salário e alimentação; importa que, uma vez que se tenham revestido do caráter de inimigo da sociedade e, portanto, causadores da violência subjetiva, devem merecer a interdição por parte desse mesmo *status quo*.

Outra perspectiva que se pode notar nas falas é uma que se molda pela revolta contra o ocorrido no dia em questão e que miram basicamente a truculência policial e a impossibilidade de os indivíduos àquela altura se protegerem.

*Nós ficamos aqui acuado, né professor? Ninguém podia sair nem de casa... A polícia saiu arrumbando porta e chutando... horrível. Será que eles não podia só ter prendido eles não? Na hora assim a gente pensava que ia morrer todo mundo. Professor, a gente não sabe nem o que passava na cabeça da gente,*



*só pensava que ia morrer. E aí, quem ia peitar eles? Se os menino tinham feito coisa errada, não sei, custava levar embora, prender, fazer o certo, quer dizer, que eu acho que é certo, né? [...] Não tem como a gente apoiar o que fizeram.*

Já se tratou aqui, mesmo que *en passant*, sobre os ritos de sujeição (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014). Se logra êxito uma situação de atuação policial com vítimas letais contra imaginados inimigos é porque seu efeito é sempre pedagógico (diriam os ativistas, *anti-pedagógico*, mas não entremos nesse pormenor): não se trata apenas de exterminar fisicamente o suposto inimigo, mas também de dar a quem pretende se travestir como tal de que ali não se criará. Assim, o componente efetivamente disposto é o medo, “um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje” (ŽIŽEK, 2014, p. 45).

Não há como se traçar uma métrica que nos possa dizer se esse foi o evento determinante de nunca mais nada parecido ter ocorrido naquela localidade que tenha despertado repressão tão assertiva por parte das forças policiais; afinal, não se pode querer que locais de crimes violentos sejam sempre locais de crimes violentos. O fato é que “*depois daquele dia, muita coisa mudou... até mesmo esses menino que ficava ali no Batista [uma mercearia próxima], aqui no vizinho [aponta em direção da venda à entrada da alameda], nunca mais ficaram aí até tarde da noite, viu professor?*”.

Tal mudança de comportamento que “esses menino” demonstraram seria a consequência da imposição pedagógica do medo como um dispositivo a disciplinar a quem eventualmente poderia seguir o exemplo dos alvejados naquela manhã-tarde de maio de 2018? O fato é que a marca simbólica da violência que se concretiza no pavor como um substrato do sentimento de estar sem proteção fica. Desse modo, a violência não fica demarcada no tempo-espaço do ato cometido/sofrido, mas sim acompanha o sujeito de tal maneira que até mesmo o corpo treme ao escutar sirene de polícia, como informou uma tia de Bruno, relato já feito anteriormente.

Partícipes da mesma realidade de espalhamento e geração do medo como dispositivo pedagógico de sujeição, esses sujeitos conseguem estabelecer entre si que tipo de vínculos? A minha pretensa ideia de que o quadro das violências em que esses sujeitos estão colocados consegue esgarçar essas relações e torná-los cada vez mais distantes uns dos outros ainda carecia de mais diálogos.

Foi assim que me detive escutando os relatos de “antigamente” de um senhor sentado à frente de sua casa. Colocado diante do tema da violência, sacou uma das mais expressões que, com raras diferentes versões, faz do passado o idealizado lócus da perfeição. Crescera durante o Regime Militar e recordava de como seus pais lhe haviam educado de maneira rígida e “*sem*

essa história de Conselho Tutelar”. Longos veios de um saudosismo modelar para o momento presente foram abertos desaguando em uma dupla interpretação dos fatos de maio de 2018.

Concordara com os vizinhos e vizinhas sobre a truculência policial e na reprovação do que os agentes fizeram com ambos os rapazes; mas, igualmente, não era favorável ao assassinato do policial; compreendia que matar não é a solução, mas que em alguns casos é o púnico caminho. Não se sentira diretamente violentado pela forma como se havia realizado a operação policial, mas compreendia os demais ressaltando, contudo, que ninguém houvera buscado reparação para os danos que pretensamente houveram sofrido.

Um pormenor na Alameda São Paulo é a quase congruência entre a existência de pessoas idosas com a quantidade de crianças e adolescentes; aparentemente, o maior número de pessoas não frequenta nenhum credo religioso e são demarcadas as residências em que as pessoas vão ou à comunidade católica ou a alguma igreja de outras denominações cristãs. Durante as eleições daquele ano de 2018, eram mais visíveis bandeiras verdes que vermelhas apontando uma tendência cuja análise fica dificultada nesse trabalho por não lhe ser o objeto.

#### **4.4. “Ninguém me virou as costa...”**

Foi na última semana de março passado que voltei a fazer as últimas interlocuções na área de pesquisa. Aquela semana que iniciou sob o signo da violência agora, como se disse à época, “nas escolas”. Ocorreu na semana que começou com o esfaqueamento da professora Elisabete Tenreiro em uma escola na cidade de São Paulo. Dali em diante, começaria uma verdadeira caçada às causas da violência nas escolas e uma cruzada em busca de soluções as mais variadas possíveis.

Dias depois, mais um fato violento de grande repercussão em ambiente escolar acabou levando a um acirramento das obrigações dos gestores escolares, que passaram a lidar com inúmeras situações estranhas ao ambiente de seu trabalho e a planejar ações de combate à violência a partir das realidades de cada cidade ou bairro. Era mais uma vez em que a violência, em suas múltiplas faces e sob seus diversos signos, me acompanhava.

Assim foi que em uma tarde no fim de março encontrei-me mais uma vez com Ivânia. Desta vez, nosso diálogo começou por seu espanto em eu ainda estar nessa pesquisa; eu houvera lhe dito – por mais de vez – que ela já estaria terminando. Foi junto à porta da cozinha que dá acesso ao banheiro onde Galo Seco houvera sido morto que nosso diálogo se deu. Um dos filhos passando pela cozinha atende seu pedido de me servir “*um cafezinho, se ainda tiver, senão faço já já*”.

Agora na casa está seu ex esposo, um senhor já idoso que a houvera deixado anos atrás com alguns dos filhos a quem ela terminou de criar. *“É desse jeito, né Fernando... Sabe, ele ficou doente, não tinha onde ficar; aí, né, veio morar aqui e tá aí... o tratamento dele é aqui”*. A casa não mudou muito desde quando iniciei minhas idas àquela localidade com vistas a essa pesquisa. Apenas não recorro de nenhuma vez em que as mesmas pessoas estivessem na casa a cada visita; onde nossa conversa aconteceu dessa vez imagino que era o mesmo local em que ela se deparara com o policial no dia 04 de maio de 2018. Várias vezes aquela cena – criada em minha mente desde quando ela me a descreveu – parecia tomar conta de meus pensamentos.

Não recorro de nada parecido à sensação que experimentava olhando para um local onde o sangue se espalhara, de onde ela sentira o cheiro de sangue vivo, onde os policiais – segundo ela – teriam lavado, mas deixado vestígios de sangue; me impressiono como aquela pequena passagem é utilizada, especialmente por ela, a todos os dias, mais de uma vez a cada dia, e imagino como isso ainda deve estar dentro de Ivânia, onde ela guardaria tudo isso e como, em certa medida, agora já com a distância temporal, essas questões ainda lhe impactam ou não. Por isso, dessa vez, procurei recobrar elementos mais pessoais ainda, buscando essencialmente entender como ela acabou por trabalhar isso em si, em relação aos demais vizinhos e conhecidos e como ela sentiu deles para ela.

Começamos por voltar ao contexto violento em que seu filho Bruno lhe fora tirado. Refiz com ela, em um apanhado geral, os caminhos após os fatos do dia 04 até a hora em que o corpo foi levado ao sepultamento. Em que pese uma outra situação ou fala já não tenha a mesma ordem do que antes eu ouvira, percebi que tudo era minuciosamente guardado. Detive-me dessa vez sobre o pequeno número de pessoas no velório, especialmente quando de minha presença. *“Sim, Fernando, o pessoal tava ainda assustado. Tava os menino daqui do lado, as irmãs dele, uns colega... Eu achei que naquela hora, sim, o pessoal me deixou, deixou a gente...”*.

Parto para a despedida do corpo para o sepultamento que foi realizado no Cemitério Municipal Girassol, lado Sul de Ananindeua, no início da tarde do dia 05, sábado. Seu rosto muda de expressão e um leve sorriso aparece; na verdade, parecia bem mais um ar de alívio, serenidade; houveram acontecido quatro mortes em sua família, duas de suas filhas e dois de seus filhos já se tinham encontrado com o destino final. Para ela, *“desses dois eu senti bem mais”*.

Em que pese não ser esse o propósito, é importante que nos detenhamos nesse pormenor: a perda e o luto. Verdadeiramente, se trata de um tema complexo e que envolve nuances que não podem ser consideradas de maneira isolada, menos ainda quando se trata da relação de parentesco, intrafamiliar ou da relação mãe e filho. Assim,

Há mães que perdem seus filhos por acidente, por suicídio, adoecimento agudo ou crônico e que as colocam em posições diversas diante da vivência do luto, impossibilitando a generalização desta experiência. Há mães que acreditam não terem cumprido com seus papéis adequadamente e se culpam. Há aquelas que não desempenham outros papéis em seus grupos e se mantêm cuidando do filho já falecido por meio de variados modos: lutas judiciais, sentimentos de vingança ou justiça (seja com os homens ou com Deus), caridade, homenagens aos entes queridos (DE LUCAS FREITAS, 2013, p. 100).

Ivânia já tinha com essa experiência uma larga convivência. Já experimentara tanto o término natural da vida de duas filhas, quanto o abrupto ocaso da vida de dois de sua prole. Em que medida ela continuava a cuidar dos filhos? Quanto ao primeiro filho, ela concedera o perdão a um dos envolvidos; agora, não falava em processos, justiça ou revolta; contudo, no caso de Bruno, tivera coragem de cumprir os ritos fúnebres inerentes ao processo de luto: providenciara lugar para os restos mortais do filho, envidara esforços para a alma se inserir entre os mortos por meio daquilo que a cultura cristã tem por tradição e assim buscara se liberar do próprio luto (DE LUCAS FREITAS, 2013).

Nesse sentido, se há algum elemento a buscar dessa mulher, agora vista por mim como a mãe a superar perdas deletérias na vida, é se o sofrimento pelo que ela passou fora acompanhado pela rejeição, pelo abandono e pelo afrouxamento de laços entre ela, como a mãe de um suspeito, e os indivíduos de seu entorno. Assim, buscando, nesse mister, entender se essa superação aparente pode ter sido apoiada ou dificultada por aqueles que com ela convivem. Então,

*Olha, Fernando, como tu viu no dia aqui,... Pessoal não veio, assim, não tava aqui. Nesse dia eu senti meio abandonada. Sabe que a gente numa hora dessa, olha, vê alguém, abraça, sabe...isso dá mais uma força, né. Até o pessoal aqui da comunidade não vieram. Eu pensei que tudo bem? Fiquei aqui com os menino, os colega dele que tavam aqui, poucos, porque também era aquilo, sabe. Aí tu chegou [...]. Então, assim, não podia obrigar ninguém. Mas, depois, quando as coisa se acalmaram, que a poeira baixou, não senti rejeição, não. O pessoal aqui me acolheu, vinham aqui em casa, sabe? Por tudo que aconteceu, sabe, Fernando, a comunidade não discriminou a gente.*

Não me fica claro de que maneira esse apoio da comunidade aconteceu; a própria liderança da comunidade já houvera em outra oportunidade dito que Ivânia não saíra de seu seio e que, apesar de o filho ser ou não culpado, ela não poderia ser culpada pelos erros do filho.

Em outra oportunidade, já me haviam dito sobre essa questão: “*Meu filho também quando era menor, entende,... também teve umas camaradagem aí que meu Deus... Me deu trabalho, olha. Por isso, a gente não pode também ser culpada das coisas que eles fazem*”. A

compreensão para com Ivânia viria então de um possível compartilhamento de experiência de umas e da irmandade de fé no caso de outras pessoas?

#### 4.5. Do familiar ao conhecido

Perscrutando tudo quanto vi e ouvi, senti e presenciei observando um pouco da rotina e do cotidiano dos sujeitos residentes às proximidades do Bosquinho do PAAR, tento agora buscar um sentido para as coisas que estiveram à minha frente e aos meus ouvidos. Talvez uma das primeiras questões que me falam dessa rotina é o modo como Ivânia viveu as tragédias que lhe passaram pela vida.

E, ao analisar isso, vejo que sua realidade é perpassada pela religiosidade. Recordo que do velório, por mim dirigido em seus últimos momentos, ela tomou parte, fez as orações, mesmo em meio a uma ou outra lágrima; vez ou outra em suas falas, ela lembrava de Deus e olhava para o céu; ao se referir aos sujeitos de seu entorno, sempre falava em comunidade no sentido da vivência religiosa e não apenas no sentido lato de uma mera reunião de pessoas ligadas pelos laços de sociabilidade nem mesmo de sociação nos termos de Simmel (1983).

Cabe, nesse sentido, também mencionar a maneira como ela própria houvera trabalhado as duas situações em que a violência letal se fez presente em sua família: de um, veio o perdão; no outro, veio a entrega de tudo a Deus. Sempre que o mês de maio inicia, a figura daquela mãe se incumbe de buscar a comunidade religiosa a fim de “encomendar” missas e orações pela alma dos filhos que partiram.

Não percebo em sua residência enfeites, imagens, quadros e outros elementos próprios da fé católica; ela carrega ao pescoço um cordão que lembra um terço; a isso, trago novamente Žižek (2014) que trata da violência também sob o aspecto divino. Recordo o filósofo esloveno:

Como se liga, portanto, este ressentimento autêntico à tríade composta pela punição (vingança), perdão e esquecimento, que são os três modos habituais de lidar com um crime? A primeira coisa a fazer aqui é afirmarmos a prioridade do princípio judaico da vingança/castigo justos – “olho por olho”, o *ius talionis* – sobre a fórmula costumada do “perdoaremos seu crime, mas não o esqueceremos”. A única maneira de perdoar e esquecer é exercer a vingança (ou castigo justo); depois do criminoso ter sido devidamente punido, posso tocar a vida e deixar todo o assunto para trás. Assim, há algo de libertador no fato de sermos punidos pelo nosso crime: pago a minha dívida à sociedade e sou de novo livre, não carrego fardos pesados. A lógica “misericordiosa” do “perdoar, mas não esquecer” é, pelo contrário, muito mais opressiva: eu (o criminoso perdoado) continuo para sempre assombrado pelo crime que cometi, uma vez que o crime não foi “desfeito” (*ungeschehengemacht*), anulado retroativamente, apagado, por meio daquilo que Hegel vê como sendo o sentido do castigo (ŽIŽEK, 2014, p. 149) (destaques no original).

Existe algo de muito singular na maneira como mulheres que são mães lidam com a perda de seus filhos. Em muitos dos casos, a luta parece ser o único caminho de continuar honrando o fruto das entranhas de uma mulher que a fez entrar em uma categoria nova, a de mãe. A busca por justiça e a vontade de verem os crimes punidos e os criminosos presos servem como o arrimo da persistência na vida, ou no que dela restou. Nesses casos, o esquecimento não faz parte do horizonte, mas tampouco a lei de Talião. Por fim, sentem que a retirada que se lhes fez de “ser mãe” também lhes retirou todas as outras possibilidades como consequência de estarem nessa categoria; resta-lhes a irresignação (VIANNA e FARIAS, 2011).

Ivânia em nenhum momento falou sobre ir em busca de vingança ou procurar justiça; antes disso, falou em perdão. Žižek (2014) recorda a oposição entre justiça na fé judaica e misericórdia na fé cristã. Se para o judaísmo, a implacável justiça divina usada para com o crente é a expiação definitiva pelo pecado, para o cristianismo há um Deus que perdoa, mesmo sem razão ou sem merecimento mínimo do que peca.

A celebração dos ritos católicos, acompanhados fidedignamente por Ivânia quando pede pela expiação dos pecados da alma dos filhos, é também o símbolo de um Deus que perdoa, mas com a diferença de que, em seu caso, não se percebe que ela o faz para reter a si a possibilidade de sempre recobrar ao pecador o seu pecado, ao criminoso o seu crime. A não punição não é simplesmente algo superado; é algo a ser entregue ao curso daquela justiça divina invocada pelo judaísmo. Estaria aí presente apenas um jogo de palavras como a dizer: “eu não pude fazer o que Deus fará”? Não é esse o mérito do que pretendo investigar, mas a sutileza e grandiosidade de que ela usa para falar sobre quem retirou-lhe a condição de mãe dos que morreram, em sentido categórico, não parece autorizar essa inferência.

Se entrei aqui na questão da violência por um viés divino é pelo fato de que as recorrentes vezes em que ouvi a palavra comunidade ela estava referida ao sentido da religião; contudo, não há como deixar de lado as demais nuances que observamos e que podem agora desfechar essa pesquisa; assim, o jogo constante entre as reflexões žižekianas na abordagem da violência, especialmente o contraste entre a subjetiva e a objetiva, sustentam a perspectiva da realidade local no sentido em que se entrelaçam nas causas das situações vivenciadas no entorno do Bosquinho do PAAR.

Em primeiro lugar, o reconhecido comércio de drogas existente não é problematizado pelos sujeitos em sentido mais amplo e que considera os diversos níveis desse comércio, suas raízes e suas ramificações. Ivânia já houvera apontado nesse sentido ao dizer a violência ali se resume a drogas, juntando a isso a descrição de como um antigo “traficante” sempre recebia a visita de policiais que nada faziam contra sua atividade. Portanto, não percebo que se consiga

entender-se como vítima de algo sistêmico como o comércio de drogas, mas se percebem, ao menos em parte, vítimas pelo fato de haver crianças e adolescentes já cooptados por esse mundo criminoso.

Assim, aspectos de uma violência objetiva não conseguem – tal como Žižek (2014) houvera escrito –, ser de pronto vistas nem percebidas. O próprio autor houvera traçado uma lógica segundo a qual a ideologia se encarrega de fazer subsumir as consequências mesmas da violência e diluí-las em sínteses de agressões e contendas, especialmente físicas, que rompem o *status quo* de uma violência que se insere como espinha dorsal de todas as mais reais formas de violência: assim, como olhar para a falta de uma política habitacional à altura das problemáticas no local se o “mais importante” é buscar a punição desse ou daquele jovem que, no início da manhã, roubou um celular, deixando sua vítima jogada ao chão?

Isto posto, comecei a trabalhar nessa pesquisa com a hipótese de que todos esses emaranhados e entrelaçamentos condizentes com os aspectos de violência žižekiana, especialmente a subjetiva, deixavam marcas tão profundamente arraigadas nos sujeitos daquela localidade que suas relações sociais estariam abaladas e se poderia enxergar, no decorrer do trabalho, o esgarçamento de valores vivenciados em conjunto.

Assim, ao fim desse trabalho e tendo visualizado diversas maneiras de interação e de convivência respeitosa entre sujeitos com uma diversidade visível, seja religiosa, econômica, étnico-racial, concluo que as violências em suas múltiplas faces vivenciada por esses sujeitos marcam e demarcam uma duplicidade de realidades: se por um lado, os sujeitos que ali residem procuram conviver por meio de estreitamento de laços, assim eles o fazem para tentarem de alguma maneira enfrentarem o que, dentro de um espaço social hierarquizado, faz que moradores da “Avenida”, tomada aqui como uma alegoria, não desçam para a Alameda, conforme descrito aqui no que tange inclusive à participação religiosa.

Por fim, os ganhos maiores dessa pesquisa estão sempre voltados para o próprio pesquisador. Sempre fui focado no entendimento de que conhecia muita gente e tudo do meu bairro. Entretanto, o encontro com as histórias, o contato com situações não presenciadas antes e o escutar com paciência tudo quanto comigo partilhavam me fizeram, na trilha de Velho (1978), perceber o quanto não se pode, verdadeiramente, confundir o familiar com o conhecido

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essas linhas finais são escritas muito a conta-gotas. É entre um e outro atendimento a estudantes, mães, pais, tios e avós que escrevo as Considerações Finais de minha dissertação. Desde fevereiro de 2022 exerço em Ananindeua o cargo de Gestor Escolar. Por situações que aqui não cabem, gasto nesse trabalho bem mais de 10 horas diárias de expediente. Tempo suficiente para treinar a escuta, mas extremamente dificultador para o exercício de outras tarefas.

Como já afirmado, o texto final está sendo escrito em meio a toda a confusão advinda de mais um ciclo da dinâmica de violência potencializado por meio das mídias e redes sociais. Bilhetes e recados com ameaças pululam em um frenesi perturbador – eu próprio sendo objeto de uma dessas ameaças. Não sei porque o “CV” decretaria a minha morte, mas não foi algo que me tenha impressionado.

Vejo, contudo, colegas gestores e gestoras, professores e professoras, adoecendo, pedindo licença, fazendo tratamento até psiquiátrico; mães e pais cobram medidas enérgicas para garantir-lhes a segurança de que nada acontecerá com seus filhos e filhas; a cobrança social sobre a escola se materializa em comentários e pressões vindas de todos os lugares. Nem mesmo quando se pretende repousar corpo e mente o descanso vem, porque imaginamos que amanhã seremos os próximos a estamparmos as capas de jornais em mais uma tragédia sangrenta.

Assim, à medida em que o tempo vai sendo generoso, vou escrevendo o desfecho de uma verdadeira saga cujas idas e voltas caberiam em um livro. Mudanças de projeto de pesquisa, busca por uma abordagem condizente, leituras, pandemia. Recordo-me agora de que por vezes minha orientadora me incentivava a retomar a escrita, mesmo em meio ao desânimo de ver corpos e mais corpos sendo conduzidos a seu destino final sem, ao menos, terem, se cristãos, o sepultamento digno com todos os rituais.

Perdas que me falaram fundo porque não ficaram apenas nas imagens de televisão ou nas notícias da internet. Perda que me tocou e teve repercussões sérias para o andamento dessa pesquisa; repercussões que chegaram ao auge quando da impossibilidade de ir a campo; impossibilidades de sair de casa e fazer dela o mundo naqueles fatídicos dias.

Longe de isso significar autocomiseração, faz parte de tudo quanto está nessas laudas; afinal, a produção de ciência e conhecimento não pode ser estranha aos percalços próprios da vida daquele que os produz; por óbvio, carregam-se consigo todas as suas experiências e todas as vivências que nos fazem ver as realidades e compreendê-las e analisá-las. Assim, concluir



essa pesquisa é também agora uma parte integrante de minha história de vida e já compõe tudo quanto será trilhado em um futuro próximo.

Antes, contudo, de se chegar a traçar as conclusões relativas aos pontos-chave dessa dissertação urge que se teçam arazoamentos acerca de como a cidade de Ananindeua, enquanto um município que está inserido na RMB, se estruturou e se consolidou a princípio como uma cidade-dormitório e de que maneira a falta de planejamento de ocupação e uso do solo das décadas de 1970 a 1990 redundou em um município com disparidades e com claros traços de concentração de terras, urbanas e rurais. O surgimento de conjuntos habitacionais desprovidos de uma rede de equipamentos, de ações e de políticas públicas indutoras de desenvolvimento local foi realizado de maneira que tais conjuntos se viram isolados dos centros econômicos, redundando, em certa medida, na ocupação desordenada de espaços que hoje são tidos como violentos, caracterização que por anos também foi utilizada para o PAAR.

Sobre o mérito da pesquisa ora finalizada, uma primeira questão a ser feita é quanto a termos alcançado a compreensão a respeito dos conceitos múltiplos e polissêmicos de violência e como ela pode ser interpretada no campo das ciências sociais. Ao longo dessa pesquisa e com base nas leituras trazidas à tela, percebe-se que tais conceitos podem, em muitos casos, significar o escondimento da violência dentro de explicações também violentas. Assim, se é verdade que a discussão sobre violência é o exercício mesmo que demonstra a necessidade de ela ser debatida sempre, é também verdade que os enviesamentos colaboram para a prática de puros exercícios de reprodução da violência.

As referências abordadas em sede de referenciais teóricos comprovam que, a depender de como se opta e de que caminho se opta para a discussão, o debate pode se refugiar em dissonâncias com a própria realidade vivenciada na pesquisa; por causa disso, ao elegermos o fato sob o qual faríamos a pesquisa que ora se conclui, optamos por colocar ao leitor algumas abordagens à guisa de demonstração, mas logramos dar-lhe conhecer que nosso caminho era o de discernir a violência objetiva e a violência subjetiva, noções žižekianas, a fim de colocá-las em cotejamento com a realidade do problema a ser pesquisado.

A segunda questão a ser enfrentada, e que se liga à terceira, é quanto a investigar a maneira como se dão as relações entre os indivíduos afetados por essas faces da violência e como elas se organizam na área do Bosquinho do PAAR; junto a isso, entendemos ser necessário analisar as maneiras pelas quais esses indivíduos interpretam a violência subjetiva e como elaboram a dinâmica do cotidiano expostos a ela.

A partir de utilizar o procedimento etnográfico para alcançar o objetivo geral, percebemos que os indivíduos não conseguem elaborar seu próprio entendimento de vítimas de violência

objetiva, nos termos žižekianos. Tratam de questões ligadas à falta de políticas públicas, por exemplo, mas não aprofundam as circunstâncias de existência e incremento do tráfico de drogas, especialmente quando este se dá com o aval (alegado pelos sujeitos de pesquisa) do braço armado do Estado.

A não percepção como violentados do ponto de vista da objetividade parece não constar de suas preocupações; penso que a questão esteja bem mais além de uma mera não percepção. A influência midiática, considerando os programas que a maioria desses sujeitos assistem na TV, pode estar sendo a responsável por eles visualizarem bem mais os jovens que roubam celulares no início de uma manhã que a falta de oportunidades de emprego para alguns dos jovens que moram naquela área.

Contudo, em que pese se sentirem mais vítimas da violência em sua face subjetiva que em sua face verdadeiramente violenta, destaca-se o fato de não parecer que suas relações de sociabilidade se tenham esgarçado de tal modo que não consigam construir uma convivência harmônica; ao contrário, parece-me que quanto mais se vivem situações de violência naquela localidade, mais eles reforçam os laços que os integra em uma mesma realidade, ratificando suas vivências modestas e solidárias.

Vitimados que foram pela truculência policial em maio de 2018, não abandonaram uma mulher e mãe de alguém que, a priori, houvera sido a causa exata daqueles momentos de terror que todos vivenciaram naquela manhã-tarde de uma sexta-feira. O depoimento de Ivânia, com todas as suas emoções, mostra que sua acolhida pelos vizinhos era fruto de uma interpretação, por eles feita, de que ela nada tinha de culpa; culpa que aparece em algumas de suas falas por entender ser sua responsabilidade o fato de a polícia ter encontrado no banheiro de sua casa um jovem cuja vida era matável.

Destaco nesse contexto, a figura dessa mãe que, tendo se despedido de duas filhas – por causas naturais – e de dois filhos – esses em situação de violência –, não mais olhava para a morte com dureza, mas que conseguia até falar do sepultamento do filho morto, em aparente extermínio, com um ar de serenidade e até com uma expressão de sorriso tímido e aliviado. Uma mãe que concedera ao cúmplice do matador de seu primeiro filho o perdão houvera entregue “nas mãos de Deus” o caso do segundo.

Percorrido o caminho que ora se direciona para um final, o leitor poderá levantar pertinentemente questão acerca de vozes que não se ouviram ao longo dessa pesquisa, quais sejam a dos policiais, quer sejam dos que participaram daquela operação de 04 de maio de 2018, quer sejam dos que atuam no bairro do PAAR; em primeiro lugar, esclareça-se que uma das causas para a mudança de perspectiva desse trabalho foi justamente a falta de uma postura

colaborativa por parte de policiais civis o que impediu acesso a documentos sobre aqueles fatos; de outro lado, não oficialmente alguns policiais foram ouvidos e sempre a mensagem, ora direta, ora indireta, era de que não se pode mexer em certos assuntos; contudo, definitivamente a causa para que não se fossem buscar depoimentos de policiais é o próprio objetivo dessa etnografia: não se trata de uma pesquisa sobre a atividade policial, mas sim sobre os efeitos da violência sentidos por pessoas que foram vitimadas pela violência; não se descarta futuramente, em uma nova pesquisa, dar outro enfoque quando se fala desses efeitos, mas não foi o caso nesse trabalho.

Finalizando, portanto, a presente pesquisa cumpre-nos dizer de que a presumida visualização de esgarçamentos das relações como possíveis efeitos das violências sofridas pelos sujeitos daquela Alameda não se verificaram na prática de seu cotidiano; pensar, nesse sentido, que se está a finalizar uma pesquisa na área do Planejamento do Desenvolvimento nos leva a ver que não há como pensar em desenvolvimento sem que se considerem justamente essas vivências e essas convivências.

Vivências que se traduzem em olhar com nobreza as vicissitudes da História pessoal e coletiva; convivências que integram sujeitos em uma comunidade. Assim, nada mais importante a um pesquisador que entender até que ponto aquilo que se tem como emergência, como a violência, por exemplo, e que fará parte de sua preocupação enquanto pensador-planejador de desenvolvimento tem sua repercussão direta e prática na vida de pessoas como as da Alameda São Paulo.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA PARÁ. Preso em Terra Alta envolvido no latrocínio de policial militar. **Agência Pará**, 2018. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/foto/4177/>>. Acesso em: 25 agosto 2021.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BORGES, R. H. M. et al. TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE O. In: CARDOZO, E. D. L. **A sociedade e o espaço geográfico brasileiro**. Curitiba: Atena, 2016. Cap. 3, p. 30-40.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 159-166.

BRANCO, J. C.; DA ROCHA, L. F. Medo, terror e inação segundo Hannah Arendt. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Marília, v. VIII, n. Especial, p. 39-53, Dezembro 2016. ISSN 1984-8900.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. 0. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, v. I, 2020.

CASTRO, E. R. N. La etnografía es memoria o no es nada. El papel de la historia en el método etnográfico. **Iberoforum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, Cidade do México, v. 15, n. 30, p. 1-30, julho-dezembro 2020. ISSN 2007-0675.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

DE ARAÚJO, R. B. A VISÃO EM PARALAXE COMO MÉTODO PARA DESVELAR A IDEOLOGIA. **Polifonia**, Cuiabá, v. 27, n. 47, p. 320-337, jul.-set. 2020. ISSN 22376844.

DE LUCAS FREITAS, J. Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 97-105, janeiro-junho 2013. ISSN 1809-6867.

DE MATTOS, C. L. G. A Abordagem Etnográfica na Investigação Científica. **Revista Espaço**, p. 44-61, 2001.

DE OLIVEIRA, M. R. D.; PONTES, J. L. “Minha própria vivência é minha militância”: análise da violência sofrida por militantes LGBT em Belém do Pará. **Diálogo**, Canoas, v. 46, p. 1-13, 2021.

ESTADO DO PARÁ, POLÍCIA CIVIL. Polícia Civil prende em Terra Alta envolvido no latrocínio de policial militar. **Polícia Civil**, 2018. Disponível em: <<https://www.policiacivil.pa.gov.br/pol%C3%ADcia-civil-prende-em-terra-alta-envolvido-no-latroc%C3%ADnio-de-policial-militar>>. Acesso em: 25 Agosto 2021.

FAZZIONI, N. Tiro que mata, tiro que “cura”, tiro que fere: notas etnográficas sobre violência armada e direito à saúde. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 47, p. 167-190, jul-dez 2019.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, p. 218. 2019. (1983-7364).

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, p. 332. 2020. (1983-7364).

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, p. 380. 2021. (1983-7364).

FEITOZA, B. M. B. Poder e violência em Michel Foucault e Hannah Arendt: breves reflexões. **Digitus-Sociotechnological Studies in Communications and Media**, v. 1, p. 83-91, Jan - Abr 2021. ISSN 0000-0000.

G1 PARÁ. Corpo de 23º PM morto é velado e polícia tenta localizar outros dois suspeitos de participar do homicídio. **G1 Pará**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/corpo-de-23-pm-morto-e-velado-e-policia-tenta-localizar-outros-dois-suspeitos-de-participar-do-homicidio.ghtml>>. Acesso em: 25 agosto 2021.

G1 PARÁ. Policial militar é morto em tentativa de assalto, na Grande Belém; é o 23º de 2018. **G1 Pará**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/policial-militar-e-morto-em-tentativa-de-assalto-no-bairro-do-paar-na-grande-belem.ghtml>>. Acesso em: 25 agosto 2020.

G1 PARÁ. Segundo suspeito de envolvimento na morte de sargento da PM é assassinado. **G1 Pará**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/morre-o-segundo-suspeito-de-envolvimento-no-assassinato-do-sargento-da-pm-no-paar.ghtml>>. Acesso em: 25 agosto 2021.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. In: GEERTZ, C. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. Cap. 1, p. 15-54.

GLOBOPLAY. Mais um policial é morto na onda de violência que atinge o Pará há uma semana. **Globoplay**, 2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6713588/>>. Acesso em: 25 agosto 2021.

GONZÁLEZ, M. E. N. Aproximación teórica para entender la violencia desde un enfoque crítico. **Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales**, v. 23, n. 2, p. 305-324, Maio-Agosto 2021. ISSN 1317-0570.

GROSZ, J.; SPIENDLER, S. Y. Relação entre violência interpessoal e discriminação: retrato de uma cultura de ódio. **Aletheia**, Canoas, v. 54, n. 2, p. 112-122, dezembro 2021. ISSN 1413-0394.

LIMA, J. J. F.; CARDOSO, A. C. D.; HOLANDA, A. C. G. Impasses e desafios na gestão da Região Metropolitana de Belém. **Cadernos metrópole**, São Paulo, n. 14, p. 103-126, jul-dez 2005.

LIMA, M. F. G. **PEQUENOS LOTES E GRANDES ESPERANÇAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BAIRRO PAAR COMO JOGO POLÍTICO E LUTA EM 1991**. História e Cidade: Narrativas e práticas sociais. Belém: Cabana. 2021. p. 81-89.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. R. D. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 513-531, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014**. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.). São Paulo, p. 288. 2015. (9241545623).

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125-161, 2014.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul.-dez. 2014.

ROCHA, A. L. C. D.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS**, Porto Alegre, n. 21, p. 23, 2008.

ROCHA, A. P. D. Fonte Segura. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 12 janeiro 2022. ISSN 000000. Disponível em: <<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/operacoes-policiais-no-estado-de-direito-democratico/>>. Acesso em: 3 maio 2022.

ROCHA, M. S. P. D. **Chacina do PAAR: as dimensões do poder no universo policial**. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Dissertação). Belém, p. 127. 2007.

ROMA NEWS. Preso acusado de matar policial no PAAR. **Roma News**, 2018. Disponível em: <<https://www.romanews.com.br/cidade/preso-acusado-de-matar-policial-no-paar/899/>>. Acesso em: 25 Agosto 2021.

SANTOS, L. C.; SILVA, C. A. F. D. Consequências da violência armada carioca para as aulas de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, maio 2022.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: SIMMEL, G. **Conflict and the web of group-affiliations**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

SOARES, L. E. A crise no Rio e o pastiche midiático, 2010. Disponível em: <<http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>>. Acesso em: 19 Julho 2022.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. D. O. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 9, p. 36-46.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **cadernos pagu**, p. 79-116, julho-dezembro 2011.

ZEIFERT, A. P. B.; LUCAS, M. K. VIOLÊNCIA E MÍDIA: A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E PROPAGAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 365-379, set.-dez. 2021.

ŽIŽEK, S. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.